



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**FLORIANÓPOLIS-SC
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 133/2013).

**FLORIANÓPOLIS-SC
MARÇO/2013**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretora Geral
Maria Alice Nascimento Souza

8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL / SC

Superintendente Regional
Silvinei Vasques

Chefe de Gabinete
Fabiano Sardá

Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização
Fernando Machado de Magalhães

Chefe da Seção Administrativa e Financeira
Eduardo Lugo Samúdio

Chefe da Seção de Recursos Humanos
Allan Carlos Vieira

Corregedor Regional
Fernando Berté Moratelli

Chefe da 1ª Delegacia Metropolitana – São José
Renato Felice Ferrer

Chefe da 2ª Delegacia Metropolitana – Turarão
Ewaldo Stelzenberger

Chefe da 3ª Delegacia Metropolitana – Joinville
André Luiz Ortega

Chefe da 4ª Delegacia Metropolitana – Itajaí
João Atadeu de Mello

Chefe da 5ª Delegacia Regional – Lages
João José Blomer

Chefe da 6ª Delegacia Regional – Mafra
Luciano Crisafulli Rodrigues

Chefe da 7ª Delegacia de Fronteira – Joaçaba
Jocelito Nunes de Figueiredo

Chefe da 7ª Delegacia de Fronteira – Chapecó
Ivo Heidrich Silveira

Comissão para Elaboração do Relatório de Gestão 2012 da 8ª SRPRF/SC
Maurício Maciel Pereira Júnior
Fabiano Sardá



Missão Institucional

“Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.”

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

8ª SRPRF/SC - 8ª Superintendªncia Regional de Polªcia Rodoviªria Federal – Santa Catarina

ABIN - Agªncia Brasileira de Inteligªncia

ABS - *Anti-lock Braking System*

ACT - Acordo de Cooperao Tªcnica

AGU - Advocacia-Geral da União

ANTT - Agªncia Nacional de Transportes Terrestres

ANVISA - Agªncia Nacional de Vigilªncia Sanitªria

BAT - Boletim de Acidente de Trªnsito

CADA - Comissão Administrativa de Defesa da Autuao

CCO - Centro de Comando e Operao

CGU - Controladoria-Geral da União

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DBR - Declarao de Bens e Rendas

DENATRAN - Departamento Nacional de Trªnsito

DN - Decisão Normativa

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DPRF - Departamento de Polªcia Rodoviªria Federal

EDA - *Enterprise Digital Assistant*

ENAFRON - Estratªgia Nacional de Segurança Pªblica nas Fronteiras

EPE - Escritório de Projetos Estratªgicos

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovªveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infraoes

LOA - Lei Oramentªria Anual

MJ - Ministªrio da Justiça

MPOG - Ministªrio do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPT - Ministªrio Pªblico do Trabalho

NMP - Nªcleo de Multas e Penalidades

NOE - Nªcleo de Operaoes Especiais

NUAD - Nªcleo de Execuo Administrativa

NUAP - Nªcleo de Administrao de Pessoal

NUAT - Nªcleo de Apoio Tªcnico

NUCAP - Nªcleo de Capacitao

NUCOM - Nªcleo de Comunicao Social

NUDOC - Nªcleo de Documentao

NUINT - Nªcleo de Inteligªncia

NUOFI - Nªcleo de Orçamentos e Finanças

NUPAT - Nªcleo de Patrimônio e Material

NURAM - Nªcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviªria

NUSEG - Nªcleo de Serviços Gerais

NUTEL - Nªcleo de Informªtica e Telecomunicaoes

OCR - *Optical Character Recognition*

OG - Objetivos de Governo

PPA - Plano Plurianual

PRF - Polªcia Rodoviªria Federal

RNTRC - Registro Nacional de Transportadores Rodoviªrios de Cargas

SAF - Seção Administrativa e Financeiras

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgªncia

SENAST - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SEST - Serviço Social do Transporte
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER - Sistema de Informações Gerenciais
SILVER - Sistema de Liberação e Recolhimento de Veículos
SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISBIN - Sistema Brasileiro de Inteligência
SPF - Seção de Policiamento e Fiscalização
SRPRF - Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
SYSPD - Sistema de Parte Diária Informatizada da 8ª SRPRF/SC
TCO - Termo Circunstanciado de Ocorrência
TCT - Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNEFRON - Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal
UO - Unidade Orçamentária
UOP - Unidade Operacional (Posto de Fiscalização PRF)

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	7
LISTA DE QUADROS DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	11
LISTA DE QUADROS DA 8ª SRPRF/SC.....	12
LISTA DE TABELAS DA 8ª SRPRF/SC.....	12
LISTA DE GRÁFICOS DA 8ª SRPRF/SC.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
DESENVOLVIMENTO.....	15
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE.....	15
1.1 IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	15
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	16
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	20
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	23
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	27
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	28
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	31
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	31
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	33
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	36
2.4 INDICADORES.....	41
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	44
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	44
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	45
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA N° 1.043/2007 DA CGU.....	46
4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. 47	47
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	47
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	47
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	48
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	48
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	48
•ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON.....	48
•CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS E DELEGACIAS DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	49
•CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	49
•POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS.....	50
•SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	51
•REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	52
•MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	53
•PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	54
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	55
4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	55
•PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS.....	55
•ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.....	56
•ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	56
•ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....	57
•AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....	57

•AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....	58
•PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO.....	58
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	59
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	59
4.2.2 Programação de Despesas.....	59
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes.....	59
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital.....	59
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	59
4.2.2.4 Análise Crítica.....	59
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	60
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	61
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	61
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	61
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	61
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	62
4.2.4.2.3 Análise Crítica.....	63
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	64
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	64
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	64
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	64
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	64
5.2.2 Análise Crítica.....	64
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	66
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	66
5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	66
5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes.....	66
5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	66
5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	66
5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	67
5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	67
5.4.1.1 Suprimento Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria de Fundos – Visão Geral.....	67
5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.....	67
5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	68
5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.....	69
5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	70
5.4.1.6 Análise Crítica.....	70
5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ.....	71
5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	71
5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.....	71
5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física.....	71
5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídica.....	71
5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária.....	71
5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	71
5.5.7 Comunicações à RFB.....	71
5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	71
5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal.....	71
5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB.....	72
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	73

6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	73
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	73
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	73
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	74
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	75
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	75
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	77
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	79
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	79
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	79
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	80
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	80
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	80
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	80
6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	82
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	82
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.....	82
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	82
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	83
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	84
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	85
7	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	86
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	86
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	91
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	91
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	92
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	93
8	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO. 96	
8.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	96
8.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	97
9	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	99
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	99
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	102
10	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	103
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	103
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	103
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	103
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	103
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	103
10.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	104
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	104
10.3.2	Análise Crítica.....	104
10.4	DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	106
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	107

11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	107
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	107
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	108
11.2.2	Declaração com Ressalva.....	108
12	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	109
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	109
	CONCLUSÃO.....	111
	ANEXO I - ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	113
	ANEXO II - REGIMENTO INTERNO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	114
	ANEXO III - ESTRUTURA DAS DELEGACIAS DA 8ª SRPRF/SC.....	126
	ANEXO IV - ROL DE RESPONSÁVEIS.....	128
	ANEXO V - RELATÓRIO CGU-PAD.....	138
	ANEXO VI – RELATÓRIO DE DEFESAS DE AUTUAÇÃO E RECURSOS.....	139

LISTA DE QUADROS DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	15
QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	44
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	48
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	55
QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ.....	59
QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	60
QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	61
QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	62
QUADRO A.5.2 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	64
QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF).....	67
QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	68
QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	69
QUADRO A.5.12 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF).....	70
QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	73
QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12.....	73
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	74
QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	75
QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	75
QUADRO A.6.6 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	77
QUADRO A.6.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO.....	79
QUADRO A.6.8 – INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	79
QUADRO A.6.17 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	83
QUADRO A.6.18 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	84
QUADRO A.6.19 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	85
QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	91
QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	92
QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	93
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	96
QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	99
QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	102
QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	104
QUADRO A.10.6 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	106

QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	108
--	-----

LISTA DE QUADROS DA 8ª SRPRF/SC

QUADRO Q.1 – OBJETIVOS DE GOVERNO X METAS PRF / PPA 2012-2015 – PROGRAMA 2070.....	20
QUADRO Q.2 – DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	24
QUADRO Q.3 – QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO.....	27
QUADRO Q.4 – METAS DO DPRF PARA A 8ª SRPRF/SC.....	32
QUADRO Q.5 – RESULTADOS OPERACIONAIS – 8ª SRPRF/SC.....	39
QUADRO Q.6 – ACIDENTES, MORTES E FERIDOS NAS RODOVIAS FEDERAIS CATARINENSES.....	42
QUADRO Q.7 – RESULTADOS FINALÍSTICOS DE TRÂNSITO.....	51
QUADRO Q.8 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	80
QUADRO Q.9 – CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS.....	87
QUADRO Q.10 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS.....	88
QUADRO Q.11 – IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS.....	88
QUADRO Q.12 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA.....	89

LISTA DE TABELAS DA 8ª SRPRF/SC

TABELA T.1 – ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA 8ª SRPRF/SC.....	29
TABELA T.2 – OPERAÇÕES NACIONAIS DO DPRF.....	32
TABELA T.3 – OPERAÇÕES EXECUTADAS PELA 8ª SRPRF/SC.....	36
TABELA T.4 – INDICADORES DOS PROGRAMAS 2070 E 2048 - PPA 2012-2015.....	42
TABELA T.5 – INDICADORES DE ESFORÇO PROGRAMA 2070 - PPA 2012-2015.....	43
TABELA T.6 – INDICADORES DE ESFORÇO NA 8ª SRPRF/SC.....	43
TABELA T.7 – MALHA RODOVIÁRIA, ACIDENTES, FROTA DE VEÍCULOS E POPULAÇÃO POR UF.....	109

LISTA DE GRÁFICOS DA 8ª SRPRF/SC

GRÁFICO G.1 – PRINCIPAIS TIPOS DE ACIDENTES – 8ª SRPRF/SC.....	33
GRÁFICO G.2 – CAUSA PROVÁVEL DOS ACIDENTES – 8ª SRPRF/SC.....	34
GRÁFICO G.3 – CONDIÇÃO METEOROLÓGICA NOS ACIDENTES – 8ª SRPRF/SC.....	35

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013), e comporá o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2012.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos financeiros da 8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/Santa Catarina, no exercício de 2012. Desse modo, torna-se um instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços, a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito desta UJ.

O relatório está organizado e sistematizado de modo que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 8ª SRPRF/SC no decorrer do exercício de 2012 e a aplicação dos recursos financeiros. Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o orçamento autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2012 e os relatórios de atividade das diversas áreas desta Unidade Jurisdicionada, o que possibilita uma perspectiva macro e também micro, com acompanhamento setorializado.

Faz-se importante ressaltar que o presente relatório segue fielmente a estrutura de tópicos prevista na Portaria TCU nº 150/2012, de 03 de julho de 2012, para assim propiciar melhor compreensão e análise de quem for apreciá-lo. Não obstante a 8ª SRPRF/SC não ser Unidade Orçamentária, os itens/quadros relativos a tais órgãos serão referenciados, porém sem o preenchimento de dados.

Os itens 3.1, 3.3, 5.6, 10.2 e 11.3 a 11.6 da parte A, todos os itens da parte B e todos os itens da parte C do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 não foram preenchidos por não corresponderem à natureza jurídica da UJ.

Dentre o conteúdo do presente Relatório de Gestão, pode-se destacar como principais realizações no exercício 2012 as seguintes:

- O atingimento da meta de redução de mortes em acidentes nas rodovias federais no estado de Santa Catarina, o que demonstra que a 8ª SRPRF/SC tem sido bem sucedida nesse objetivo, executando ações pontuais e inteligentes, que resultaram na diminuição da letalidade dos acidentes;
- Redução do número global de acidentes de trânsito;
- Ação contínua na intensificação da fiscalização minuciosa e constante, obtendo resultados significativos no combate ao narcotráfico, entrada ilegal de armas e munições e no contrabando e descaminho de bens de consumo diversos;
- Realização de diversas operações temáticas, sobretudo, em regiões de fronteira;
- Aquisição de novos radares fotográficos e outros equipamentos, com recursos oriundos dos convênios firmados com concessionárias de rodovias, para proporcionar melhor fiscalização e atividade de policiamento;
- Construção da nova Unidade Operacional de Tubarão, executada pelo DNIT por conta das obras de duplicação da BR-101;
- Reforma das Unidades Operacionais de Chapecó, Joaçaba e Lages, possibilitando a prestação de serviço de melhor qualidade nessas localidades.

Neste relatório também estão abordadas as dificuldades que impediram um melhor desempenho desta Unidade Jurisdicionada, podendo desde já ser citada a deficiência de efetivo operacional para realizar as atividades nas rodovias frente ao expressivo crescimento da frota nacional de veículos.

Nesse diapasão, dentre as expectativas desta UJ, tem-se a expectativa de realização de concurso nacional para ingresso de novos policiais, no qual, considerando a relevância do trânsito nas rodovias federais catarinenses e as fronteiras de nosso estado, bem como as ondas de atentados criminosos aqui ocorridos, buscar-se-á obter um quantitativo de efetivo satisfatório para Santa Catarina.

Com o presente documento, a 8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/Santa Catarina encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

Silvinei Vasques
Policial Rodoviário Federal – Classe Especial
Superintendente Regional em Santa Catarina

DESENVOLVIMENTO

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

“PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012”

1.1 Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/ Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			
Denominação Abreviada: 8ª SRPRF/SC			
Código SIORG: 2833	Código LOA: NÃO SE APLICA		Código SIAFI: 200125
Situação: ATIVA			
Natureza Jurídica: ÓRGÃO PÚBLICO			CNPJ: 00.394.494/0120-61
Principal Atividade: SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(048) 3251 3200	(048) 3251 3201	(048) 3251 3286
Endereço Eletrônico: gab.sc@dprf.gov.br ou saf.sc@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Doutor Alvaro Mullen Da Silveira, 104 – Centro – CEP 88.020-180 – Florianópolis - SC			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Constituição Federal (Art. 144);			
- Lei nº 9.503/1997 (Código Brasileiro de Trânsito);			
- Decreto nº 1.655/1995.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Portaria Ministerial nº 1375 de 02 de agosto de 2007, publicada no D.O.U. De 06 de agosto de 2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Não se aplica à UJ.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200109	Departamento de Polícia Rodoviária Federal		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200109		00001	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

A Polícia Rodoviária Federal tem como missão precípua promover a segurança viária nas rodovias e estradas federais. Naturalmente, o trabalho desenvolvido no leito viário impacta todo o espectro de Segurança Pública, tarefa típica do Estado. Portanto, pode-se dizer que os beneficiários dos serviços da PRF são os usuários dessas vias, bem como a população a ela lindeira e, em última análise, a sociedade de modo geral.

A segurança viária compreende a prevenção da ocorrência de acidentes de trânsito e também o enfrentamento aos ilícitos que se valem dessas vias para sua locomoção ou movimentação. Nas regiões típicas de fronteira o enfrentamento ao tráfico de drogas, armas, contrabando, descaminho, crimes ambientais e crimes contra a dignidade da pessoa humana ganha contornos mais fortes.

As competências da PRF têm seus principais marcos legais na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 9.503/93 (Código de Trânsito Brasileiro), no Decreto 1.655/95 e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria 1.375/2007 do senhor Ministro da Justiça.

Com o advento da Constituição de 1988 a Polícia Rodoviária Federal foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, conforme o artigo 144, *caput*, inciso II, parágrafo 2º, que dispõe:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

(...)

II - polícia rodoviária federal;

(...)

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”

Sob essa nova ótica, a Polícia Rodoviária Federal passou a ter também como missão parte das responsabilidades do Poder Executivo Federal para com a Segurança Pública, além das suas demais atribuições, como prestar segurança aos usuários das vias federais, socorrer as vítimas de acidentes de trânsito, zelar pela proteção do patrimônio da União, entre outras.

No âmbito infraconstitucional destaca-se a inserção da PRF no artigo 20 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), definindo-a como órgão componente do Sistema Nacional de Trânsito, determinando as seguintes competências:

Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

- IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;
- V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;
- VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;
- VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;
- VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;
- IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
- X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;
- XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais. (grifo nosso).

Por sua vez, o Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no DOU de 04 de outubro de 1995, define também competências institucionais da PRF, em especial nos aspectos ligados ao enfrentamento à criminalidade. Eis o texto:

- I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;
- II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;
- IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;
- VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;
- VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão

competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

A Lei 9.654, de 2 de junho de 1.998, alterada pela Leis 11.358/2006, 11.784/2008 e 12.775/2012, estabelece as competências funcionais do Policial Rodoviário Federal, conforme disposto abaixo:

Art. 2o-A. A partir de 1o de janeiro de 2013, a Carreira de que trata esta Lei, composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A, observada a correlação disposta no Anexo II-A. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

§ 1o As atribuições gerais das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes: (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

I - Classe Especial: atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades de corregedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da Primeira Classe; (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

II - Primeira Classe: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação, capacitação, controle e execução administrativa e operacional, bem como articulação e intercâmbio com outras organizações policiais, em âmbito nacional, além das atribuições da Segunda Classe; (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

III - Segunda Classe: atividades de natureza policial envolvendo a execução e controle administrativo e operacional das atividades inerentes ao cargo, além das atribuições da Terceira Classe; e (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

IV - Terceira Classe: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

§ 2o As atribuições específicas de cada uma das classes referidas no § 1o serão estabelecidas em ato dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012).

Existem outros diplomas legais que acometem atribuições à PRF. Entretanto, as normas citadas são as que mais traduzem as competências e finalidade da instituição.

Ainda, oportuno e importante destacar que historicamente a PRF dedicou-se por longas décadas ao policiamento de trânsito. Em sua ação cotidiana pouco se envolvia com operações e ações de combate e enfrentamento à criminalidade. Entretanto, com o passar dos anos e com o aumento da violência, a rodovia, antes palco para o escoamento de riquezas e para o exercício do direito constitucional à livre locomoção, passou a servir também de suporte logístico para a circulação de criminosos e movimentação de produtos ilícitos.

Esse fato trouxe para o seio da PRF uma nova preocupação, qual seja, preparar-se para o

enfrentamento a esses ilícitos, sem descuidar, no entanto, de sua missão histórica de zelar pela segurança e fluidez do trânsito.

Nesse sentido, o elemento norteador de ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas é o Planejamento Estratégico da PRF, o qual está em processo de finalização. Contudo, seu mapa já permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido. Eis o mapa:



O Mapa Estratégico da PRF dialoga perfeitamente com os Programas de Governo. Todas as ações da PRF estão voltadas para o cumprimento do Plano Estratégico de Governo definido no Plano Plurianual 2012-2015. Portanto, o Planejamento Estratégico da PRF, que tem uma cobertura temporal maior que o PPA, a este se submete quando do estabelecimento de indicadores e metas a serem cumpridas pela instituição.

A PRF contribui de forma intrínseca para o cumprimento do Programa Temático de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania, vinculado ao Ministério da Justiça. O quadro abaixo demonstra os Objetivos de Governo aos quais as ações da PRF vinculam-se expressamente. Todavia, como o programa é temático e transversal a muitos outros órgãos, nem todas as metas são afeitas exclusivamente à PRF.

QUADRO Q.1 – OBJETIVOS DE GOVERNO X METAS PRF / PPA 2012-2015 – PROGRAMA 2070

OBJETIVOS DE GOVERNO	METAS PRF / PPA 2012-2015 – PROGRAMA 2070
<p>0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.</p>	<p>Ampliar de 10,4 milhões para 24 milhões os procedimentos de fiscalização de pessoas; Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteira; Implantar 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras; Implantar 21 UNEFRONs da PRF.; Implantar 66 pontos de monitoramento OCR – Sistema Alerta Brasil; Implantar Sistema de tratamento de dados de Inteligência Policial do DPRF nas fronteiras; Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras.</p>
<p>0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.</p>	<p>Implantar 166 pontos de monitoramento – OCR – Sistema Alerta Brasil; Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da PRF, identificando perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores; Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União; Realizar ações de capacitação dos servidores da PRF, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 h/a de capacitação anual; Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento – PRF.</p>
<p>0832 - Implantar o Plano Nacional de Segurança em Grandes Eventos., dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.</p>	<p>Instalar 12 Centros de Comando e Controle Locais nos Estádios – Cidades Sedes CM 2014; 12 Centros de Comando e Controle Integrado regionais nos Estados sede da Copa do Mundo 2014; 15 Centros de Comando e Controle Integrado em outros Estados; 01 Centro de Comando e Controle Integrado Nacional Nacional; 51 Centros de Comando e Controle Móveis Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções; Capacitar 5 mil PRFs em ações específicas voltadas para grandes eventos.</p>
<p>0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.</p>	<p>Alcançar com ações de Educação para o Trânsito 1 milhão de pessoas até 2015; Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde – SAMU Rodoviário; Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais; Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia; Implantar o Centro de Segurança Viária; Implantar Centros de Comando e Controle em todas as SRs (monitorar, despachar, controlar as ações operacionais); Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.</p>

1.3 Organograma Funcional

A Polícia Rodoviária Federal está presente em todo o território nacional, estruturada em 21 Superintendências Regionais, 05 Distritos Regionais, aproximadamente 150 delegacias e 400 unidades operacionais (postos de fiscalização), com sua administração central em Brasília/DF.

A estrutura central de gestão da PRF em Santa Catarina é composta pela Superintendência Regional, assessorada por três Seções (Administrativa e Financeira, Recursos Humanos e Policiamento e Fiscalização) e uma Corregedoria Regional. A atividade operacional é primordialmente promovida pela Seção de Policiamento e Fiscalização, em atuação conjunta com as 8 (oito) delegacias distribuídas pelo estado de Santa Catarina. A essas delegacias vinculam-se 25

unidades operacionais.

O Organograma Funcional está apresentado no [Anexo I](#) do presente relatório (em consonância com a disposição do item II, B, 6, do Anexo III à DN-TCU N° 119/2012) e expõe como está estruturada a 8ª SRPRF/SC. Por sua vez, o [Anexo III](#) contempla a estrutura das delegacias e de suas unidades operacionais, informando suas localizações pelo Estado de Santa Catarina, assim como a definição das suas respectivas circunscrições.

As funções e competências de cada área componente da 8ª SRPRF/SC encontram-se detalhadas do artigo 75 ao 95 do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria MJ n° 1375, de 2 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União na Edição n° 150, de 6/08/2007 ([Anexo II](#)).

Em síntese, as competências e atribuições de responsabilidade de cada área desta UJ são definidas da seguinte forma:

- **8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal:** Executar, no âmbito da sua circunscrição, das atividades pertinentes ao gerenciamento administrativo, operacional, correicional e de recursos humanos;
- **Núcleo de Apoio Técnico:** Promover a instrução processual no âmbito do Gabinete, prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos, organizar, o acervo literário e de publicações jurídico-legais da Superintendência, bem como a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional;
- **Núcleo de Comunicação Social:** Orientar, promover e executar as atividades de comunicação social, relações públicas, divulgação institucional, solenidades, reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência;
- **Núcleo de Inteligência:** Assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência, planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência e segurança orgânica na Superintendência, produzir conhecimentos, identificar ameaças, gerenciar informações, documentação sigilosa e atividades de Inteligência na Superintendência;
- **Seção de Policiamento e Fiscalização:** Programar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais, operações especiais, levantamentos estatísticos e outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional;
- **Núcleo de Operações Especiais:** Orientar, controlar e executar as operações especiais, apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros;
- **Núcleo de Multas e Penalidades:** Orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, organizando normas, cadastros, processos de cancelamento, demonstrativos e coordenar as Comissões Administrativas de Defesa de Autuação -

CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI;

- **Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária:** Planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, cursos e treinamentos, aquisição de materiais, medidas para a redução dos índices de acidentes, boletins de ocorrências, dados estatísticos de acidentes de trânsito e estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário;
- **Seção Administrativa e Financeira:** Coordenar o planejamento da Unidade Regional, bem como das atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras, serviços, informática e telecomunicações, analisando e gerenciando os atos relacionados a procedimentos licitatórios, fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis;
- **Núcleo de Orçamento e Finanças:** Programar, orientar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira, emitindo demonstrativos, informando a disponibilidade orçamentária e efetuando o pagamentos de despesas;
- **Núcleo de Patrimônio e Material:** Gerenciar todas as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado, propondo a aquisição e distribuição de bens, promovendo o inventário patrimonial dos bens e mantendo atualizado o Sistema de Patrimônio com o registro da identificação, quantitativo e numeração do patrimônio;
- **Núcleo de Documentação:** Controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos, e, manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência;
- **Núcleo de Serviços Gerais:** Acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional, promover e acompanhar a manutenção de viaturas, equipamentos, documentação de veículos, gerenciamento da frota, Plano Anual de Aquisição de Veículos no âmbito da sua Unidade;
- **Núcleo de Telemática:** Coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;
- **Seção de Recursos Humanos:** Coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal;
- **Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal:** Orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, planos e programas de aperfeiçoamento, processos seletivos, cursos e estágios. Instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;
- **Núcleo de Administração de Pessoal:** Orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, pagamento, registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- **Corregedoria Regional:** Supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da

Regional, obedecidas as diretrizes correcionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

- **Núcleo de Assuntos Internos:** Auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional, promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;
- **Delegacias de Polícia Rodoviária Federal:** Executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;
- **Núcleo de Policiamento e Fiscalização:** Controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias federais;
- **Unidades Operacionais:** Zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes, adotando medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais.

Ademais, tem-se ainda, vinculadas à Seção de Policiamento e Fiscalização, as seguintes estruturas:

- **Central de Informações Operacionais – CIOP,** responsável pelo registro e troca de informações entre as diversas áreas operacionais, bem como com os usuários das rodovias, principalmente através do número de emergência da PRF – 191;
- **Base da Divisão de Operações Aéreas – BOA,** a qual conta com um helicóptero e tripulação capacitada para resgates e operações de combate à criminalidade;
- **Corpo de Motociclista Regional – CMR,** que atua em missões de escolta, batedor, fiscalização, entre outras.

As atribuições de cada área, conforme exposto acima e no Anexo II (“Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal”), demonstram a qual macroprocesso vincula-se, seja ele finalístico ou de apoio. Nos itens seguintes, destinados aos macroprocessos, será efetuada a vinculação desses com os Objetivos de Governo estabelecidos no Programa Temático 2070.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

A seguir serão apresentados os 10 (dez) principais macroprocessos finalísticos da instituição (DPRF). Todos eles estão vinculados aos Objetivos de Governo (OG) contidos no Programa Temático 2070 – Segurança Pública com Cidadania, de responsabilidade do Ministério da Justiça.

Naturalmente, dada a transversalidade dos programas temáticos, tais macroprocessos, por vezes, dialogam com outros programas governamentais. Entretanto, para efeito didático, só registraremos os Objetivos de Governo do Programa Temático 2070. No final de cada macroprocesso restará registrado, de forma sucinta, como foi sua condução por esta UJ.

No capítulo 2 (“*PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES*”) tratar-se-á com maiores detalhes das estratégias de atuação e da execução das atividades nesta UJ. Portanto, as informações dispostas nesse sentido no quadro abaixo têm por objetivo apenas expor linhas gerais.

QUADRO Q.2 – DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocesso 1	ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Cliente	Usuários da rodovia, vítimas envolvidas em acidentes, condutores alvo de fiscalização.
Necessidades do cliente	Levantamento circunstanciado do acidente, segurança no local de sinistro, resgate de vítimas e apoio ao atendimento pré-hospitalar de urgência, informações para familiares/próximos, auxílio ao usuário da rodovia em situações diversas, análise de defesa da autuação ou recurso de multa, fornecimento de cópia de BAT (Boletim de Acidente de Trânsito), acesso a central de emergência, informações sobre condições da estrada, saúde nas estradas.
Produtos/ Serviços	Sinalização, orientação e segurança do trânsito no local do acidente, serviços de primeiros socorros e remoção, informação sobre ocorrência às pessoas indicadas pelo condutor/vítima, Guarda e remoção de bens (veículo, carga, entre outros), Expedição de BAT, informações estatísticas sobre trafegabilidade e acidentes em rodovias federais, análise de defesas e recursos, comandos de saúde nas rodovias.
Resultados	Garantia de cuidados físicos e patrimoniais, redução de risco de morte, apoio psicossocial em situação crítica, consistência/regularidade/continuidade e assertividade de informações estatísticas para atuação institucional, garantia a ampla defesa e o contraditório.
Objetivo de Governo	0833
A análise das defesas da autuação, realizada pela Comissão Administrativa de Defesa da Autuação (CADA), e dos recursos por penalidades já impostas, efetuada pela Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI), tiveram destaque pelos bons resultados obtidos, conforme expresso no Anexo VI. Foram prestados serviços à população diuturnamente pelas equipes escaladas nas unidades operacionais e em patrulhamento das rodovias. Os boletins de acidente de trânsito (BAT) foram registrados em sistema informatizado (BR-Brasil), ficando o interessado de posse do número da ocorrência, com a qual, somada ao número de seu CPF, o habilitou a retirar a partir de 72 horas cópia do BAT em qualquer lugar que tenha acesso à internet. Essas cópias também puderam ser retiradas em qualquer unidade da PRF. Outro ponto de destaque foram os comandos de saúde realizados nas rodovias.	
Macroprocesso 2	CONDIÇÕES DAS RODOVIAS E REGULARIDADE DA FAIXA DE DOMÍNIO
Cliente	Usuário da rodovia, DNIT e ANTT.
Necessidades do cliente	Conhecimentos adequados e suficientes para decisões sobre ações corretivas e de resgate das condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais; faixas de domínio das rodovias federais livres de uso inadequado e não autorizado.
Produtos/ Serviços	Informações sobre condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais, serviços de fiscalização, notificação e de apoio à regularização do uso das faixas de domínio.
Resultados	Rodovia livre de poluição visual e construções que coloquem em risco a segurança e fluidez do trânsito.
Objetivo de Governo	0833
Além das informações diárias sobre quaisquer alterações, buscou-se realizar levantamento minucioso das condições físicas das vias, bem como de trafegabilidade, a fim de fazer os devidos encaminhamentos ao órgão rodoviário da União e às empresas concessionárias.	
Macroprocesso 3	CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE ESCOLTA
Cliente	Empresas de escolta de cargas excedentes. Usuário da rodovia.
Necessidades do cliente	Regularidade e legalidade das atividades de escolta e similares.
Produtos/ Serviços	Autorização para serviços de escolta e similares.
Resultados	Segurança no transporte de cargas excedentes, superdimensionadas ou especiais.
Objetivo de Governo	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Credenciamento de Escolta, a qual restou incumbida os serviços de recebimento de requerimentos, instrução processual, encaminhamento para a Coordenação-Geral de Operações para emissão da Credencial de Escolta, vistorias, habilitação dos motoristas de escolta e a fiscalização desses serviços.	

Macroprocesso 4	EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários, população lindeira às rodovias federais; Instituições de ensino, organizações sociais e agentes multiplicadores e sociedade de modo geral.
Necessidades do cliente	Conhecimentos sobre legislação, segurança de trânsito e correlatos, entender os riscos que envolvem a prática da direção veicular e perceber a diferença que o comportamento de cada indivíduo faz na segurança da coletividade.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação de trânsito e correlatas, campanhas e palestras educativas sobre o tema, matérias publicadas da mídia com o foco em serviço.
Resultados	Desenvolver no cidadão comportamento adequado para a utilização segura do trânsito.
Objetivo de Governo	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Educação para o Trânsito, a qual recebe e processa todos os pedidos de palestras, campanhas, comandos educativos. Quanto à informação de caráter geral, foi amplamente utilizado o apoio da mídia (jornais, rádio e TV). Todas as operações vinculadas à segurança do trânsito foram divulgadas e nesse momento era discorrido sobre o comportamento esperado de cada condutor.	
Macroprocesso 5	INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE RISCOS
Cliente	Usuários, ABIN, Polícias (Judiciárias e Militares), Ministério Público, Forças Armadas, Secretarias de Segurança Pública, Receitas (Federal e Estadual), Órgãos públicos de controle, Órgãos de imprensa.
Necessidades do cliente	Conhecimento atualizado para ações estratégicas de segurança pública envolvendo rodovias federais, insumos operacionais e informacionais para abertura de inquérito policial e informações sobre ocorrências com potencial de risco de práticas criminosas, conhecimento de deslocamentos de veículos, pessoas, grupos sociais, entre outros, com riscos potenciais aos usuários das rodovias federais e populações de entorno, conhecimento sobre fatos e ocorrências de interesse público e social em rodovias federais.
Produtos/ Serviços	Informações de inteligência, informações circunstanciada, serviços de apreensão de suspeitos e de produtos, informações operacionais sobre ocorrências com potencial de risco e sobre movimentações e práticas irregulares ou criminosas em rodovias federais, informações de interesse público sobre acidentes, apreensões, prisões, campanhas e outras ocorrências em rodovias federais.
Resultados	Agilidade e assertividade de informações para decisões de segurança pública com o devido tratamento de sigilo e segurança da informação, legalidade das informações e conhecimentos gerados, preservação de bens, consistência em inquéritos e investigações, preservação da ordem pública, consistência, credibilidade e assertividade de informações para divulgação.
Objetivo de Governo	0825, 0830, 0832, 0833
Cada equipe de serviço no trecho figurou com fonte de informação sobre acontecimentos, prisões, suspeições, monitoramento de veículos, identificação de pessoas, entre outros. Por outro lado, o Núcleo de Inteligência recebeu e tratou essas informações, agregando-as aos acompanhamentos de assuntos de interesse, difundindo esses conhecimentos, bem como recebeu conhecimentos de outros órgãos integrantes do SISBIN.	
Macroprocesso 6	FISCALIZAÇÃO, FLUIDEZ E SEGURANÇA DO TRÂNSITO
Cliente	Usuários das rodovias federais, população lindeira, sociedade em geral.
Necessidades do cliente	Trafegar pelas rodovias federais com segurança e fluidez no trânsito.
Produtos/ Serviços	Serviços de fiscalização, orientação e sinalização de trânsito nas rodovias federais.
Resultados	Segurança e fluidez do trânsito (redução da violência no trânsito).
Objetivo de Governo	0833
A fiscalização do trânsito foi fator primordial para a prevenção da ocorrência de acidentes. Para tanto, foram estabelecidas metas de fiscalização, cartão programa com o planejamento do patrulhamento diário, comando de fiscalização, operações em datas especiais (feriados e finais de semana prolongados).	
Macroprocesso 7	ESCOLTA E BATEDOR.
Cliente	Usuários, Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário.
Necessidades do cliente	Apoio em operações de segurança do Presidente da República e outras autoridades, Apoio para deslocamentos de comboios e cargas militares, segurança de dignitários.
Produtos/ Serviços	Serviços de Segurança, meios e efetivos para apoio operacional especializado, Serviço de escolta e batedor;
Resultados	Segurança de dignitários nos deslocamentos rodoviários, segurança e proteção em

	deslocamentos de cargas, comboios e contingentes militares, bem como de cargas especiais que exijam a presença da PRF.
Objetivo de Governo	0833
Foram realizados diversos trabalhos de segurança de dignitários. Esse trabalho, em geral, foi realizado em parceria com as demais instituições de Segurança Pública.	
Macroprocesso 8	OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME
Cliente	Condutores de veículos, pedestres, passageiros, transportadores de passageiros e cargas, população da circunvizinhança das rodovias federais, vítimas de acidentes e crimes, proprietários de veículos acidentados, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Judiciárias, Polícias Militares, Receitas (Federal e Estadual), ANTT, DNIT, Vigilância Sanitária, sociedade em geral.
Necessidades do cliente	Prevenção de crimes e segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais, apoio operacional circunstancial para abordagens, fiscalizações, cumprimento de mandados, diligências e outras situações similares, segurança para a realização de grandes eventos.
Produtos/ Serviços	Apoio e proteção pessoal e patrimonial, fiscalização/policiamento ostensivo das rodovias federais, serviços de segurança para diligências e abordagens operacionais de controle, fiscalização, enfrentamento ao furto e roubo de veículos, roubo de cargas, assalto a ônibus, tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes fiscais, ambientais e sanitários, bem como contra a dignidade humana (trabalho em situação análoga à escravidão, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes).
Resultados	Segurança pessoal e patrimonial quando em trânsito em rodovias federais e fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a dignidade da pessoa humana.
Objetivo de Governo	0825, 0832, 0833
Foram realizadas diversas operações com o foco no enfrentamento ao tráfico de drogas e armas na região de fronteira (Operação Sentinela). Esse enfrentamento também permeia a atividade das equipes com atividades diárias nas escalas de serviço, pois o produto do ilícito se movimenta e o criminoso se locomove. Portanto, não raro, na atividade rotineira de fiscalização foram retirados criminosos de circulação, bem como efetuada a apreensão de drogas, de veículos furtados/roubados, entre outros.	
Macroprocesso 9	FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS
Cliente	Condutores e passageiros de veículos em viagem, transportadores de passageiros e cargas, usuários da rodovia.
Necessidades do cliente	Conhecimento básico sobre normas de transporte, condições das rodovias, rotas de viagem, distâncias e localização de cidades e pontos turísticos, linhas, horários e itinerários de ônibus.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação, trafegabilidade, distâncias e rotas de viagem, localização de cidades e pontos turísticos, horários e itinerários de linhas de ônibus, fiscalização das dimensões e peso dos veículos de carga, fiscalização do transporte de produtos perigosos, fiscalização do transporte coletivo de passageiros.
Resultados	Viagem segura para os passageiros do transporte coletivo, adequação do transporte de produtos perigosos, redução de danos a vias por excesso de peso.
Objetivo de Governo	0825, 0833
A fiscalização do transporte integrou a ações diárias de trabalho com operações temáticas desenvolvidas em diversos pontos do estado, sendo obtidos resultados bastante positivos.	
Macroprocesso 10	COMANDO E CONTROLE
Cliente	Usuários da rodovia, população lindeira, sociedade em geral
Necessidades do cliente	Atendimento otimizado de ocorrências (menor tempo de resposta), contato de emergência, presença e disponibilidade do policiamento ostensivo.
Produtos/ Serviços	Acompanhamento e controle centralizado do atendimento das ocorrências, atendimento a chamadas de emergência, acionamento otimizados das equipes em campo, acompanhamento dos Indicadores e Metas.
Resultados	Otimização dos atendimentos aos chamados de emergência, diminuição do tempo de resposta, fortalecimento da prevenção por meio presença e intervenção do policiamento nos pontos previamente definido.
Objetivo de Governo	0825, 0833
As ações de comando e controle foram realizadas pela Seção de Policiamento e Fiscalização por meio da CIOP – Central de Informações Operacionais. Contudo, a carência de efetivo e a falta de uma estrutura adequada prejudicam a execução dessas atividades. Em 2013 esta UJ pretende executar projeto de profissionalização do atendimento do	

191, através de uma contratação que já vem sendo planejada. Ainda, observou-se que as atividades de comando e controle foram realizadas aquém do potencial, uma vez que o sistema de monitoramento georreferenciado das viaturas ainda não está em efetivo uso. Essa é uma oportunidade de melhoria para o exercício 2013.

Esses 10 (dez) macroprocessos obedecem aos quatro eixos de atuação da PRF, quais sejam:

- Atendimento ao usuário da via;
- Fiscalização de trânsito;
- Educação para o trânsito; e
- Enfrentamento à criminalidade.

Restou evidenciado que o principal mecanismo para a execução dessas tarefas é o policiamento ostensivo, que está equilibrado em quatro bases, que são: a visibilidade, a disponibilidade, a pronta-intervenção e o monitoramento e controle viário. Outrossim, todos os macroprocessos finalísticos, bem como os macroprocessos de apoio que veremos a seguir, trabalham para que essa tarefa seja desempenhada com excelência.

1.5 Macroprocessos de Apoio

O quadro abaixo apresenta os 4 (quatro) principais macroprocessos de apoio do DPRF. No final de cada macroprocesso restará registrado, de forma sucinta, como foi sua condução por esta UJ.

QUADRO Q.3 – QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO

Macroprocesso 1	DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL
Cliente	Servidores policiais e do quadro de apoio
Necessidades do cliente	Capacitação continuada, acompanhamento de saúde, concessão de benefícios, progressão funcional.
Produtos/ Serviços	Serviços de capacitação, saúde, perícias médicas, recepção de demanda por concessão de benefícios, análise de direitos, administração de pessoal, geração de folha de pagamento.
Resultados	Servidor em condições globais de prestar o melhor serviço à sociedade
Objetivo de Governo	0825, 0830, 0833
Os trabalhos de análise das demandas por concessão de benefícios e administração de pessoal, bem com a geração e controle da folha de pagamento caminhou na rotina que lhe é peculiar. O Projeto Patrulha da Saúde buscou verificar a condição de saúde dos servidores e os estimular a práticas saudáveis de alimentação e atividade física. A capacitação restou prejudicada pelo baixo quantitativo disponibilizado, uma vez que o DPRF empenhou muitos recursos e esforços para formação do contingente novo formado no exercício.	
Macroprocesso 2	APOIO LOGÍSTICO
Cliente	Principalmente a Atividade Finalística.
Necessidades do cliente	Manutenção de viaturas, equipamentos (radares, bafômetros, rádios, armamento, etc.), abastecimento da frota, aferição de equipamentos, manutenção (limpeza e conservação das estruturas físicas).
Produtos/ Serviços	Viaturas mantidas e abastecidas, equipamentos mantidos, calibrados e aferidos.
Resultados	Frota e equipamentos em condições de serem empregados no patrulhamento e fiscalização.
Objetivo de Governo	0825, 0830, 0833
Foi celebrado contrato de manutenção para toda a frota da Regional. O abastecimento foi feito por meio do contrato nacional com a Ticket Car, ficando um servidor da Regional responsável pelo controle desse abastecimento. Os equipamentos que necessitam de manutenção, calibração e aferição, em especial radares e etilômetros, foram alvos de contratos específicos de acordo com a demanda apresentada. Durante o exercício houve execução de contratação de limpeza e conservação das instalações físicas. Durante o ano foram distribuídas viaturas novas para todas as delegacias e recolhidas as mais antigas para leilão.	
Macroprocesso 3	INFRAESTRUTURA FÍSICA E SERVIÇOS DE TIC
Cliente	Servidores do órgão e usuários que buscam os serviços da PRF.

Necessidades do cliente	Instalações físicas adequadas para a realização das atividades diárias e para o atendimento ao público, serviço de transmissão de dados e voz disponível e com qualidade, cobertura de sinal de rádio, funcionamento e acesso aos sistemas informatizados corporativos.
Produtos/ Serviços	Consultas a sistemas, transmissão e recepção de informação, contatos de voz, recebimento de chamadas de emergência por telefonia gratuita para o usuário.
Resultados	Ambiente adequado para o cumprimento da missão, dotado de capacidade de prover comunicação por dados e voz com o público interno e externo.
Objetivo de Governo	0825, 0830, 0833
Foram realizadas obras de reformas em algumas unidades operacionais e delegacias, bem como a construção da nova UO de Tubarão, em virtude das obras de duplicação da BR-101. Para 2013 haverá a reforma da atual sede da 8ª SRPRF/SC, que está em condições precárias, além de reformas em outras unidades. Tem-se também o plano de contratar empresa para elaborar um projeto para construção de uma nova sede. Em relação à comunicação de dados houve nova contratação em implantação por todo o Estado em 2012. Todavia, a empresa contratada gerou grande atraso na implantação dos serviços, havendo apuração de penalidade. Para 2013 está sendo preparada uma nova contratação. O sistema de radiocomunicação contou com a contratação de uma empresa para prestação de serviço de manutenção, que gerou bons resultados. Contudo, existem muitas zonas com má cobertura, sendo aguardada a execução de projetos do DPRF em 2013, visando melhoria do sistema. O serviço de TI passa por atualização na sede central do DPRF, em Brasília/DF, o que acarretou indisponibilidade dos sistemas em reiteradas oportunidades, prejudicando o serviço nesta Regional. Esta UJ é responsável pela administração da rede apenas em seu âmbito, dependendo dos sistemas do DPRF.	
Macroprocesso 4	CORREIÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA.
Cliente	Esse macroprocesso está no limiar entre o finalístico e o meio, pois o maior beneficiado por ele é o cidadão-usuário. Entretanto, neste caso, o classificamos como meio e delimitamos a clientela como servidores do órgão, pois a todos interessam trabalharem em um Instituição sadia, livre de vícios que desabone sua imagem.
Necessidades do cliente	Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos, trabalhar em um ambiente onde a sua conduta seja buscada e apoiada, orgulhar de pertencer a uma Instituição sólida e respeitada pela sociedade, onde grassa o respeito mútuo e a disciplina consciente.
Produtos/ Serviços	Fomentar ambiente de trabalho que privilegie a boa conduta, a disciplina, respeito mútuo e zelo pela coisa pública.
Resultados	Orgulho de pertencer a uma Instituição admirada e respeitada pelo cidadão.
Objetivo de Governo	0825, 0830, 0833
Este é um dos macroprocessos melhores conduzidos na Regional, pois já é tradição o rigor em qualquer apuração face eventual desvio de conduta, naturalmente, sem descuidar dos direitos e garantias constitucionais, fato que afasta qualquer eventual sentimento de impunidade. Ademais, também foi dada extrema importância para o trabalho preventivo com realização de reuniões, debates, orientações prévias, entre outras.	

1.6 Principais Parceiros

A Polícia Rodoviária Federal, via de regra, sempre conta com a parceria de outros órgãos, visando promover e assegurar com a maior efetividade possível a Segurança Pública. No campo do combate à criminalidade, o ciclo de polícia no Brasil é incompleto. Outrossim, tem-se a Polícia Ostensiva e a Polícia Judiciária. Desse modo, nenhum criminoso chega ao tribunal, mesmo encontrado em situação de flagrância pela PRF, sem passar pela Polícia Judiciária. Esse trabalho se completa com a participação do Ministério Público e, por último, com o julgamento do Poder Judiciário.

No dia a dia das rodovias federais, a PRF tem dois parceiros institucionais que com ela dividem a mesma circunscrição, quais sejam, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Com esses dois órgãos existem termos de cooperação celebrados em sede de suas Direções-Gerais. Do mesmo modo, existe convênio celebrado entre o DPRF e a Procuradoria-Geral do Ministério Público do Trabalho, com o objeto de melhorar o enfrentamento à exploração de trabalhadores.

Nas Superintendências Regionais, mesmo sem a celebração formal de acordo de

cooperação, a PRF e o Ministério Público se apoiam mutuamente. Igualmente, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar figuram como parceiros em diversas situações de emergência. Ainda, não se pode deixar de elencar também o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e a Receita Federal.

Outro Acordo de Cooperação Técnica em nível nacional, que merece destaque, é a parceria firmada pelo DPRF com o SEST/SENAST, cujo objeto é a realização de comandos de saúde nas rodovias, tendo com principal alvo os motoristas profissionais.

No âmbito desta UJ, a gestão tem expendido esforços no sentido da realização de parcerias regionalizadas, a fim de exercer com excelência as competências e atribuições institucionais, bem como de promover uma efetiva Segurança Pública no estado de Santa Catarina. Assim, também gerando reflexo em outras Unidades Federativas. Nesse sentido, a 8ª SRPRF/SC celebrou diversos Acordos de Cooperação Técnica, (ACT) os quais seguem listados na tabela abaixo:

TABELA T.1 – ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA 8ª SRPRF/SC

ÓRGÃO/ENTIDADE	OBJETO	INÍCIO	FIM
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMPARTILHADO DE JUNTAS MÉDICAS	24/05/12	24/05/14
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC	CESSÃO DE EDIFICAÇÃO PARA ABRIGAR A SEDE DA 4ª DEL E UNIDADE OPERACIONAL	08/06/12	08/06/13
MUNICÍPIO DE PALHOÇA/SC	RECOLHIMENTO E GUARDA DE VEÍCULOS	01/07/12	01/07/13
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC	RECOLHIMENTO E GUARDA DE VEÍCULOS	23/08/12	23/08/13
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC	RECOLHIMENTO E GUARDA DE VEÍCULOS	13/09/12	13/09/13
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM RIO DO SUL/SC	ADITIVO-CESSÃO DE EQUIPAMENTO OPACÍMETRO-PRORROGAÇÃO	13/09/12	13/09/17
MUNICÍPIO DE JOINVILLE/SC	RECOLHIMENTO E GUARDA DE VEÍCULOS	24/10/12	24/10/13
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC	RECOLHIMENTO E GUARDA DE VEÍCULOS	25/10/12	25/10/13
INSTITUTO TÉCNICO FEDERAL DE SANTA CATARINA	EXECUÇÃO DE COMANDOS DE SAÚDE	24/05/12	24/05/14
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	ELABORAÇÃO DE TERMOS CIRCUNSTANCIADOS	29/10/09	29/10/14

Fonte: Núcleo de Apoio Técnico - 8ª SRPRF/SC.

Os ATCs celebrados melhoraram substancialmente a execução tanto dos processos finalísticos quanto de apoio nesta UJ. Desses últimos, pode-se destacar o ACT celebrado com o Governo do Estado de Santa Catarina, que possibilitou uma grande ampliação na rede de atendimento para realização de Juntas Médicas, o que resultou em um retorno mais breve dos servidores oriundos de afastamentos médicos. Outro resultado obtido foi o reflexo positivo no quantitativo de efetivo disponível para as atividades de policiamento, auxiliando como forma de amenizar o principal ponto de dificuldade desta UJ – a falta de efetivo.

Em relação à atividade finalística, merecem destaque os ACTs celebrados com diversas prefeituras em municípios onde esta UJ tem circunscrição, visando o recolhimento e guarda de veículos. Essa era uma necessidade premente há muitos anos, que dificultava sobremaneira a efetiva fiscalização de veículos e atendimento de acidentes de trânsito por parte dos policiais na pista. Outrora, quando da necessidade de remoção de um veículo acidentado ou de um veículo sem condições de tráfego (normalmente pela falta de equipamentos obrigatórios), o policial não tinha

um meio formal e eficaz ao qual pudesse recorrer para realizar tais atividades. Ademais, na maior parte das Unidades Operacionais não havia e não há lugar próprio para o depósito de veículos. Com vistas a essa situação, buscando sanar uma situação urgente, é que a gestão da 8ª SRPRF/SC empreendeu esforços que resultaram nos referidos ACTs.

Ainda nesse diapasão, durante o exercício de 2013 serão celebrados novos ACTs com as prefeituras dos demais municípios catarinenses onde haja rodovias federais, objetivando também o recolhimento e guarda de veículos.

Não menos importante é o Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Ministério Público de Santa Catarina para a elaboração de Termos Circunstanciados pelos próprios policiais rodoviários federais que atendem as ocorrências. Esta UJ foi e é um modelo para as outras regionais do DPRF nessa atuação que traz grandes benefícios à sociedade, seja pela celeridade e efetividade dos procedimentos, seja sensação de efetivo e ágil cumprimento da Lei sob os infratores sociais.

Por último, temos o ACT celebrado com o Instituto Técnico Federal de Santa Catarina, a fim da promoção e realização de comandos de saúde nas rodovias federais catarinenses, com enfoque nos motoristas profissionais. A finalidade dessa ação é tanto educativa quanto preventiva, contribuindo para motoristas mais atentos, dispostos e conscientes ao volante.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

“PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012”

Inicialmente, mister informar que o nível estratégico do Departamento de Polícia Rodoviária Federal está na sua alta administração, ou seja, na Direção-Geral e nas Coordenadorias-Gerais. Portanto, esta Unidade Jurisdicionada não tem um planejamento estratégico autônomo, agindo de forma subsidiária às determinações estratégicas traçadas pela administração central do DPRF.

Ademais, verifica-se que as Unidades Regionais do DPRF não possuem responsabilidades estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) ou na Lei Orçamentária Anual (LOA). Entretanto, apesar de não ser a UJ responsável pela coordenação de Ação de Governo (o que incumbe ao próprio DPRF), há uma parcela de responsabilidade da Unidade Regional na execução destas Ações, sendo pertinente apresentar a execução das ações que couberam à Unidade, o será feito por meio dos quadros A.4.4 e A.4.6.

O PPA não estabelece responsabilidade para Iniciativas e Ações. Por sua vez, na LOA só há indicação das Unidades Orçamentárias e os respectivos valores que estas receberão para cada Ação, mas não há definição de Unidade Responsável pela gestão da Ação de Governo. Entretanto, no Cadastro de Ações, divulgado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, em conformidade com o disposto no art. 17, § 1º, inciso I, alínea "i", da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012), além da Unidade Orçamentária, há a previsão da Unidade Responsável pela Ação de Governo.

No Programa 2070, o DPRF é responsável pelas Ações 1D49, 200C, 200G, 2524, 2723, 2816, 8623, 8698, 86A1. Para a Ação 4641, apesar do Cadastro de Ações não definir a responsabilidade para o DPRF, verifica-se que este é o Único Órgão receptor de orçamento para a Ação, motivo pelo qual conclui-se pela sua responsabilidade, em analogia à análise apresentada em relação às Iniciativas.

Importante observar que há situações em que a Unidade não é a única a receber orçamento para a Ação de Governo, logo entende-se que não é a Unidade Responsável pela gestão, acompanhamento e coordenação da Ação, situação em que configuraria a responsabilidade do Órgão Superior, ainda que não esteja explícito na LOA ou no Cadastro de Ações. Como exemplo, temos a Ação 20IC, em que o ENAFRON é uma estratégia do Ministério da Justiça e não de uma unidade específica deste. Entretanto, apesar de não ser o Órgão Responsável pela coordenação da Ação, há uma parcela de responsabilidade do DPRF, sendo pertinente apresentar a execução da Ação que coube à cada Unidade, elaborando ainda a análise crítica decorrente desta execução.

Feitas as devidas considerações e ressalvas, a seguir discorrer-se-á acerca do Planejamento Estratégico do DPRF e da vinculação e alinhamento dos planejamentos desta UJ com aquele.

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O Planejamento Estratégico do DPRF compreende o período 2012-2020 e tem sua elaboração pela alta administração da instituição (Direção-Geral e Coordenadorias-Gerais). Dele descortinam-se os planejamentos em nível tático das diversas áreas da administração central, cada uma dessas áreas obedecendo a um plano diretor vinculado ao Planejamento Estratégico do DPRF.

Durante o ano de 2012 as diversas áreas da administração central do DPRF trabalharam na elaboração de seus planos diretores, bem como nos desdobramentos de cada objetivo estratégico apresentado anteriormente. Essa tarefa não foi completada integralmente no exercício aqui relatado, ficando, portanto, sua confecção final para o exercício 2013.

Às Unidades Desconcentradas, caso desta Superintendência Regional, resta a elaboração do planejamento em nível operacional, guardando consonância com o Planejamento Estratégico do DPRF e observando as diretrizes definidas pela Direção-Geral do órgão.

Com o desdobramento das metas da atividade finalística até as Unidades Desconcentradas por meio da Instrução de Serviço nº 004, de 14/12/2011, restaram definidos indicadores e metas para esta UJ, como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO Q.4 – METAS DO DPRF PARA A 8ª SRPRF/SC

INDICADOR	Procedimentos de Fiscalização		
	Veículos Fiscalizados	Pessoas Fiscalizadas	Teste com Etilômetro
META	222.793	222.793	32.082

Fonte: Instrução de Serviço nº 004, de 14/12/2011 – CGO/DPRF.

Para perseguir as metas definidas, a atividade rotineira obedeceu a criterioso levantamento dos pontos críticos de acidentes de trânsito, considerando-se também os fatores críticos para a sua ocorrência, o que orientou o planejamento das ações diárias de policiamento e fiscalização.

Esse planejamento foi difundido ao efetivo de servidores por meio de Cartão-Programa de Policiamento, onde a chefia das delegacias usualmente faz constar os itinerários de patrulhamento, pontos de parada e abordagens e as metas de procedimentos.

Além desse planejamento da ação diária, tem-se também as Operações Nacionais, definidas pelo próprio DPRF, cujo calendário (abaixo) relaciona-se com os feriados e festas nacionais. Essas operações têm por objetivo reforçar o policiamento e diminuir os riscos de sinistro potencializado pelo aumento do fluxo de veículos e pessoas nas rodovias.

TABELA T.2 – OPERAÇÕES NACIONAIS DO DPRF

OPERAÇÕES NACIONAIS	PERÍODO		HORÁRIO/DIA	
	INÍCIO	TÉRMINO	00h00	24h00
CARNAVAL	17/02/12	22/02/12	SEXTA-FEIRA À QUARTA-FEIRA	
SEMANA SANTA	05/04/12	08/04/12	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
DIA DO TRABALHO	27/04/12	01/05/12	SEXTA-FEIRA À DOMINGO	
CORPUS CHRISTI	06/06/12	10/06/12	QUARTA-FEIRA À DOMINGO	
INDEPENDÊNCIA	06/07/12	09/07/12	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
NOSSA SENHORA APARECIDA	11/10/12	14/10/12	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
FINADOS	01/11/12	04/11/12	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	14/11/12	18/11/12	QUARTA-FEIRA À DOMINGO	
FIM DE ANO	21/12/12	02/01/13	SEXTA-FEIRA À TERÇA-FEIRA	

Além do calendário nacional e de outras operações definidas pelo DPRF houve também a programação de ações diferenciadas para os eventos e situações regionais, definidas no âmbito desta Unidade. Outrossim, será demonstrado no item 2.3 a listagem de todas as operações realizadas pela

8ª SRPRF/SC.

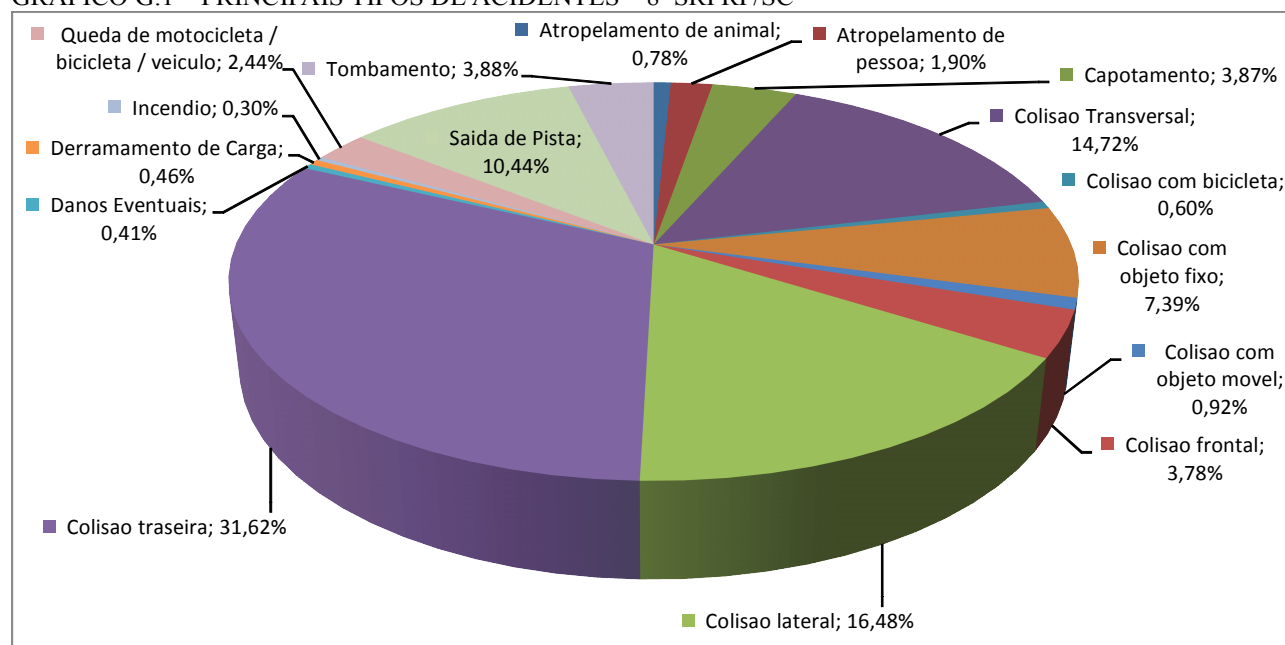
O enfrentamento à criminalidade nesta UJ merece especial destaque, tendo sido alvo de previsão de reforço por meio de operações especiais de combate ao crime, aliadas à realização das etapas regionais da Operação Sentinela, que se estenderam durante todo o ano e nos principais pontos de ligação à fronteira.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Como já exposto anteriormente, o grande diferencial da ação fiscalizadora foi a eleição dos fatores críticos mais comuns para acidentes graves, quais sejam, excesso de velocidade e ultrapassagem indevida. A fiscalização rigorosa dessas duas condutas foi a tônica da atividade finalística voltada para a segurança no trânsito no exercício.

O gráfico a seguir mostra que as colisões figuraram como principais tipos de acidentes. Seus maiores fatores contribuintes foram exatamente a falta de atenção, velocidade alta ou incompatível e a ultrapassagens indevidas (ultrapassagem em active, em faixa contínua, em cruzamentos, etc.).

GRÁFICO G.1 – PRINCIPAIS TIPOS DE ACIDENTES – 8ª SRPRF/SC

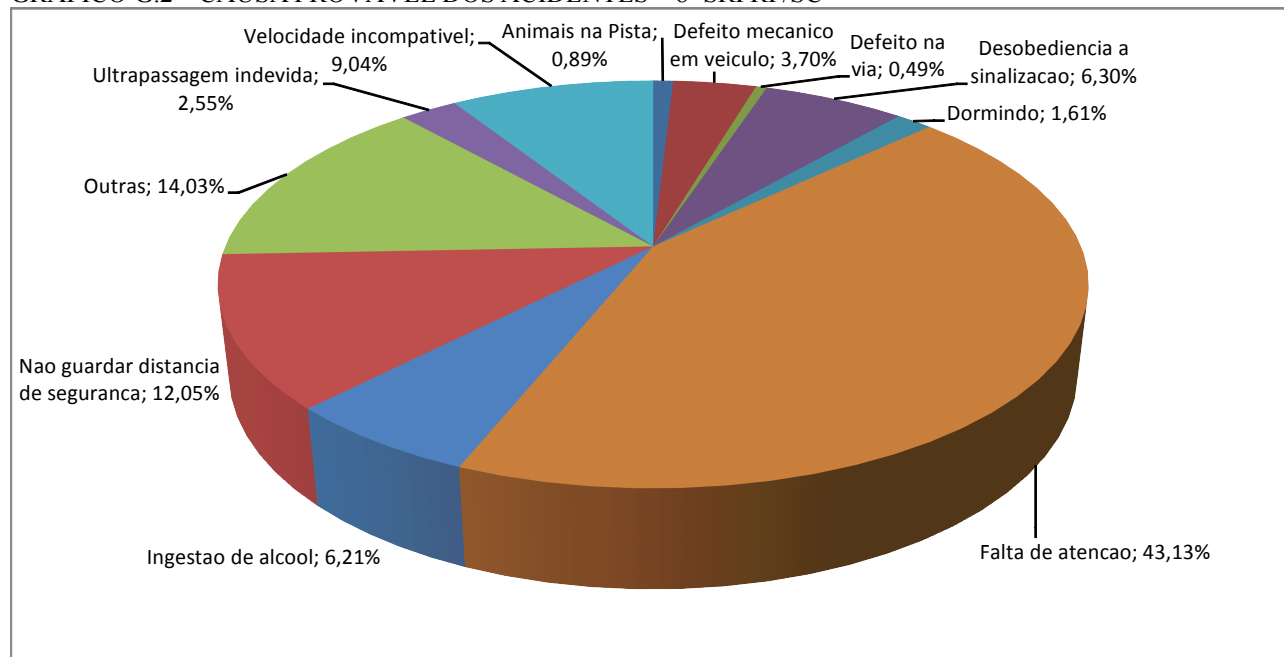


Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – 8ª SRPRF/SC..

Aliada a essa fiscalização, foi estabelecida estratégia de manter diálogo constante e efetivo com a imprensa a fim de sensibilizar a sociedade quanto aos riscos que envolvem a direção veicular nas rodovias, bem como em relação ao papel protagonista que cabe ao motorista na construção de um trânsito mais seguro.

O gráfico seguinte demonstra que no exercício de 2012, da mesma forma que em anos anteriores, o comportamento inadequado é o grande algoz da segurança viária.

GRÁFICO G.2 – CAUSA PROVÁVEL DOS ACIDENTES – 8ª SRPRF/SC



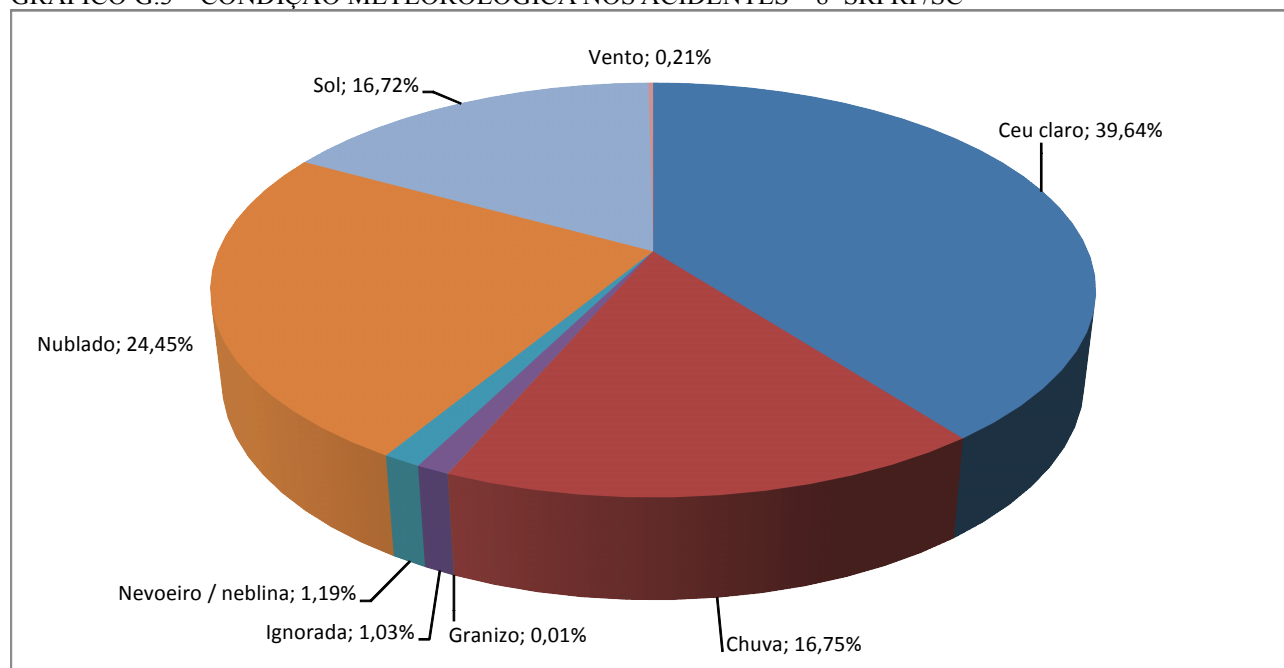
Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – 8ª SRPRF/SC.

Pode-se verificar um percentual alto da causa “falta de atenção”. Essa observação é uma boa oportunidade de melhoria no registro dos Boletins de Acidente de Trânsito (BAT), pois percebe-se que por vezes o policial deixa de anotar o fator efetivamente contribuinte, utilizando-se de fatores genéricos, tais quais “falta de atenção” ou “outras”.

Providências estão sendo tomadas no sentido de melhorar o registro dessa informação, podendo, inclusive, serem retirados campos do sistema de registro de BAT a fim de efetivamente forçar a anotação do fator correto. A experiência permite aferir que escondidas atrás dos fatores “genéricos” estão ultrapassagem indevida e velocidade incompatível.

Outro fato relevante, também, é a ocorrência dos sinistros em sua maioria nas retas e em condições meteorológicas favoráveis, como demonstra o gráfico a seguir:

GRÁFICO G.3 – CONDIÇÃO METEOROLÓGICA NOS ACIDENTES – 8ª SRPRF/SC



Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – 8ª SRPRF/SC.

No campo do enfrentamento à criminalidade, a principal estratégia foi o direcionamento e incremento do policiamento ostensivo em trechos mapeados com a ocorrência de ilícitos penais. Ainda, buscou-se a interação da área de Inteligência com os demais órgãos policiais e Ministério Público, a fim de permitir ações integradas de combate a grupos criminosos.

A utilização de procedimentos de comando e controle foi fundamental para o acompanhamento das ações, ocorrências e monitoramentos diversos. Todas as ocorrências de relevância foram imediatamente comunicadas à Central de Informações Operacionais, a qual difundiu a informação para a central nacional (no DPRF) e para as chefias imediatas, o que permitiu intervenção adequada e rápida.

A educação para o trânsito foi realizada em duas vertentes. A forma tradicional de realizá-la, ou seja, palestras, comandos educativos, distribuição de material informativo, visitas a escolas, empresas, etc. Na outra vertente, estrategicamente cada abordagem revestiu-se de ato pedagógico e foi encarada como oportunidade propiciadora de reflexão e mudança de comportamento. Embora haja autuações sem abordagem e com equipamentos de operação autônoma, a prioridade sempre foi a da abordagem, do contato da PRF com o cidadão, o qual, longe de ser um infrator a ser perseguido, foi encarado como um potencial parceiro na promoção de um trânsito mais seguro.

A chamada Lei Seca foi um importante instrumento a serviço da segurança. Estatisticamente, ao longo dos anos, a embriaguez ao volante não é o maior fator contribuinte para ocorrência dos sinistros em rodovias federais, com exceção nos perímetros urbanos. Por outro lado, a grande visibilidade dada pela mídia a essas mudanças, a modalidade de fiscalização ostensiva, o receio de ser apanhado, entre outros fatores, criou um clima favorável para a reflexão em direção a mudança de comportamento. Naturalmente a PRF aproveitou essa excelente oportunidade para maximizar seus resultados.

Não raro, as abordagens para fiscalização de trânsito culminaram também em ações de combate à criminalidade, pois dessas situações muitas vezes surgem desdobramentos diversos, como cumprimento de mandados de prisão, apreensões de armas, drogas, entre outros. Na verdade,

o policiamento ostensivo tem o condão de promover a segurança de forma ampla, seja na contribuição para um trânsito seguro e fluido, seja no enfrentamento à criminalidade.

Outrossim, o principal fator da estratégia de atuação desta UJ frente às metas prescritas pela Direção-Geral, que implicava na obtenção de resultados positivos em relação à taxa de variação de acidentes, taxa de mortalidade, quantidade de procedimentos de fiscalização de veículos e pessoas e de testes com etilômetro, foi a atuação direcionada ao policiamento ostensivo e a realização de fiscalizações.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Esta Unidade Regional realizou uma série de operações e ações a fim dar cumprimento ao plano de ação e atingimento das metas estabelecidas para o exercício em tela. A tabela a seguir apresenta todas as operações realizadas em 2012:

TABELA T.3 – OPERAÇÕES EXECUTADAS PELA 8ª SRPRF/SC

OPERAÇÃO	INÍCIO	FINAL	ATUAÇÃO
SENTINELA I	23/01/12	22/02/12	Reforçar o policiamento na região fronteira do Estado de Santa Catarina e combater o crime nas rodovias federais.
RODOVIDA	04/01/12	27/02/12	Policiamento ostensivo nas rodovias federais.
OTTCO	12/03/12	23/03/12	Combate aos crimes de menor potencial ofensivo.
IDENTIFICAÇÃO VEICULAR	12/01/12	27/01/12	Planejar, padronizar, programar e executar ações policiais referentes à Operação de Identificação Veicular
IDENTIFICAÇÃO VEICULAR	30/01/12	02/03/12	Planejar, padronizar, programar e executar ações policiais referentes à Operação de Identificação Veicular.
PAPAGAIO	12/01/12	12/01/12	Escolta de presos em apoio ao Departamento de Administração Prisional/SC.
CORREIOS URUBICI	12/01/12	13/01/12	Executar ação de busca e captura de elementos envolvidos com o narcotráfico em evento conjunto com a Polícia Federal e Correios.
LEVANTAMENTO OPERACIONAL DE CAMPO	18/01/12	20/01/12	Executar um levantamento operacional de campo dos locais com maior incidência de acidentes nas rodovias federais de Santa Catarina, em especial onde houveram eventos com vítimas fatais, visando a melhoria das condições de segurança e trafegabilidade para redução das ocorrências e desenvolvimento de operações policiais.
PAPANDUVA	28/01/12	29/01/12	Reforçar as ações de policiamento no combate ao crime nas rodovias federais catarinense, em especial, o tráfico de drogas, armas, contrabando e descaminho, dentre outros.
PORTO SECO	30/01/12	04/02/12	Reforçar as ações de policiamento de fiscalização de trânsito e o combate ao crime nas rodovias federais catarinenses.
CARNAVAL	16/02/12	23/02/12	Operação Nacional - Redução do número de acidentes.
APOIO RJ	09/02/12	17/02/12	Reforçar o policiamento, com foco na criminalidade, nas rodovias federais na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, haja vista a greve da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Comando da CGO/DPRF.
SENTINELA II	29/02/12	25/03/12	Reforçar o policiamento na região fronteira do Estado de Santa Catarina e combater o crime nas rodovias federais.
LEI SECA	08/03/12	11/03/12	Combate à embriaguez.
FARRA DO BOI	09/03/12	09/04/12	Combate ao crime nas rodovias federais.

OPERAÇÃO	INÍCIO	FINAL	ATUAÇÃO
EXPOXAXIM	21/03/12	26/03/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
SENTINELA III	02/04/12	26/04/12	Reforçar o policiamento na região fronteira do estado de Santa Catarina e combater o crime nas rodovias federais.
OTNARCO	26/03/12	05/04/12	Combate ao crime nas rodovias federais.
RADAR	26/03/12	28/03/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
SEMANA SANTA	05/04/12	08/04/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
VOLVO OCEAN RACER	03/04/12	22/04/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
ENCONTRO GESTORES	14/05/12	17/05/12	Diretrizes operacionais da Regional
DIA DO TRABALHO	27/04/12	01/05/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
FESTA DO PINHÃO	01/06/12	10/06/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
FEMI CHAPECÓ	27/04/12	07/05/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
APOIO LONTRAS	05/05/12	07/05/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
DROGA SOBRE RODAS	03/05/12	03/05/12	Combate ao crime nas rodovias federais.
SENTINELA IV	08/05/12	02/06/12	Reforçar o policiamento na região fronteira do Estado de Santa Catarina e combater o crime nas rodovias federais.
MULTIDISCIPLINAR V-SUL	27/05/12	05/06/12	Reforçar o policiamento, com foco na fiscalização do serviço de transporte rodoviário de cargas e de passageiros nas rodovias federais da Região Sul.
ESCOLTA PRESIDENTE	21/05/12	21/05/12	Escolta de autoridades.
RIO + 20	06/06/12	27/06/12	Combate ao crime nas rodovias federais.
COMANDO MÉDICO RIO DO SUL	18 e 23/05/12	18 e 23/05/12	Comando de saúde nas rodovias federais.
SENTINELA V	16/06/12	05/07/12	Reforçar o policiamento na região fronteira do Estado de Santa Catarina e combater o crime nas rodovias federais.
ESCOLTA MIN. JUSTIÇA	25/05/12	25/05/12	Escolta de autoridades.
CORPUS CHRISTI	07/06/12	10/06/12	Operação Nacional - Redução do número de acidentes.
ENCONTRO OPERACIONAL	18/06/12	20/06/12	Diretrizes operacionais da Regional.
LEI SECA II	21/06/12	23/06/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
VETERAN CAR CLUB - JOINVILLE	21/07/12	22/07/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
JORNADA LEGAL	25/07/12	25/07/12	Operação de combate ao trabalho escravo – MPT.
DIVISA NORTE	24/07/12	31/07/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
PHD 2012	03/08/12	05/08/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
UOIT	07/08/12	16/08/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
COMANDO MÉDICO -LAGES	10/08/12 e 14/08/12	10/08/12 e 15/08/12	Comando de saúde nas rodovias federais.
RAIO X	12/08/12 e 19/08/12	18/08/12 e 25/08/12	Combate ao crime nas rodovias federais- operação da CGO.
SETE DE SETEMBRO	06/09/12	09/09/12	Operação Nacional - Redução do número de acidentes.
DESFILE CÍVICO	07/09/12	07/09/12	Desfile cívico de 7 de setembro.

OPERAÇÃO	INÍCIO	FINAL	ATUAÇÃO
LEILÃO 8ª SRPRF/SC	18/08/12 e 22/08/12	20/08/12 e 22/08/12	Segurança do leilão da 8ª SRPRF/SC.
FOZ	23/08/12	31/08/12	Combate ao crime nas rodovias federais.
ESCOLTA MIN. INTEGRAÇÃO NACIONAL	31/08/12	31/08/12	Escolta de autoridades.
OTTCO – 4ª DEL	17/09/12	19/09/12	Combate aos crimes de menor potencial ofensivo.
SENTINELA VI	17/09/12	08/10/12	Reforçar o policiamento na região fronteira do estado de Santa Catarina e combater o crime nas rodovias federais.
ESCOLTA MINISTERIAL	24/09/12	24/09/12	Escolta de autoridades.
SERRA CATARINENSE	02/10/12	31/10/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
NOSSA SENHORA APARECIDA	05/10/12	14/10/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
ESCA	27/09/12	03/10/12	Combate a exploração sexual infantil.
FESTAS DE OUTUBRO	10/10/12	28/10/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
ENEM 2012	17/10/12	18/10/12	Escolta e segurança das provas do Enem
PAU-DE-ARARA	15/10/12	19/10/12	Operação de combate ao trabalho escravo – MPT.
SENTINELA VII	16/10/12	01/11/12	Reforçar o policiamento na região fronteira do Estado de Santa Catarina e combater o crime nas rodovias federais.
RETOMADA 2012-RJ	11/10/12	16/10/12	Combate ao crime nas rodovias federais- operação da CGO.
FINADOS	31/10/12	05/11/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
RESCALDO	23/10/12	31/10/12	Identificação e remoção de veículos apreendidos.
SERRA CATARINENSE II	04/11/12	21/11/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	12/11/12	20/11/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
ENCONTRO OPERACIONAL DE GESTORES	19/11/12	21/11/12	Diretrizes operacionais da Regional.
BALADEIROS	15/11/12	18/11/12	Combate às fraudes veiculares.
ATTRPP EM AGUA DOCE	06/11/12	08/11/12	Fiscalização de Produtos Perigosos.
SENTINELA VIII	10/11/12	02/12/12	Reforçar o policiamento na região fronteira do Estado de Santa Catarina e combater o crime nas rodovias federais.
MALHA FINA	06/11/12	11/11/12	Combate ao contrabando e descaminho em ação conjunta com a RFB.
ANTITRUSTE	07/11/12	08/11/12	Combate ao crime nas rodovias federais.
PENTE FINO	08/11/12	10/11/12	Combate às fraudes veiculares.
LONTRAS II	10/11/12	11/11/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
OTTRPP II-MAFRA	20/11/12	22/11/12	Fiscalização de Produtos Perigosos.
CONTROLE ESTATÍSTICO	03/12/12	07/12/12	Rotinas operacionais.
OTTRPP III- BARRA VELHA	05/12/12	06/12/12	Fiscalização de Produtos Perigosos.
OTFEP- MAFRA	10/12/12	14/12/12	Fiscalização de Peso nas rodovias federais – MPF.
PORTO SECO II	17/12/12	19/12/12	Combate às fraudes veiculares.
DIVISAS- SP	26/11/12	20/12/12	Combate ao crime nas rodovias federais.
PAU-DE-ARARA II	10/12/12	14/12/12	Operação de combate ao trabalho escravo – MPT.
FIM DE ANO	21/12/12	02/01/13	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
SENTINELA IX	05/12/12	20/12/12	Reforçar o policiamento na região fronteira do Estado de Santa Catarina e combater o crime nas rodovias federais.
OTTCO	03/12/12	05/12/12	Combate aos crimes de menor potencial ofensivo.

OPERAÇÃO	INÍCIO	FINAL	ATUAÇÃO
OTEMOTO-GO	03/12/12	14/12/12	Combate ao crime nas rodovias federais.
II COMANDO DE SAUDE – CONCORDIA	27/11/12	29/11/12	Comando de saúde nas rodovias federais.
CCO JOINVILLE	17/12/12	31/12/12	Centro de operações e fiscalização eletrônica das rodovias federais.
RESCALDO II	30/11/12	30/12/12	Identificação e remoção de veículos apreendidos.
CONVALIDAR	03/12/12	31/12/12	Estabelecer rotinas operacionais.
APOIO MAFRA	29/11/12	30/11/12	Combate ao crime nas rodovias federais.
RODOVIDA 2012-2013	15/12/12	13/02/13	Redução dos acidentes de trânsito. Embriaguez. Motocicletas. Ultrapassagens.
VIAGEM SEGURA	13/12/12	14/12/12	Fiscalização aos transporte de pessoas.
RADAR	07/12/12	07/12/12	Reforço visando redução do número de acidentes e vítimas.
OTENARCO	26/12/12	31/12/12	Combate aos crimes de menor potencial ofensivo.
APOIO GAECO	12/12/12	13/12/12	Combate ao crime nas rodovias federais.
MARÃIWATSEDE	27/12/12	15/01/13	Combate ao crime nas rodovias federais.

As intervenções culminaram em resultados expressivos, principalmente em relação à diminuição do número geral de acidentes e na quantidade de vítimas fatais e feridas nas rodovias federais catarinenses. Não obstante, importante também destacar a obtenção de resultados significativos no enfrentamento à criminalidade. Esses números são frutos de operações e ações planejadas, mas também são, sobretudo e sobremaneira, resultado do trabalho diuturno das equipes de plantão. O quadro a seguir aponta os resultados operacionais obtidos pela 8ª SRPRF/SC no exercício de 2012:

QUADRO Q.5 – RESULTADOS OPERACIONAIS – 8ª SRPRF/SC

Veículos fiscalizados	771.212	Veículos rec. roubo/furto	235
Pessoas fiscalizadas	331.298	Veículos rec. busca/apreensão	19
Testes de alcoolemia	39.680	Apreensões de drogas	374
Autuações CTB com abordagem	55.851	Outras apreensões	979
infrações de percurso	20.102	Apreensões de animais	121
infrações de alcoolemia	1.956	Auxílios a usuários	2.390
Autuações CTB sem abordagem	74.554	Comandos de saúde	18
Outras autuações	1.544	Desobstruções de via	12
Operação de radar fotográfico - imagens	375.097	Escortas/Batedor	476
Operação de radar portátil - autuações	18.516	Fiscalização com opacímetro	103
Apreensões de CNH	3.541	Fiscalização de carga especial	457
Liberações de CNH	1.639	Palestras/campanhas educativas	159
Retenções de CRLV	10.685	Orientações de trânsito	2.025
Liberações de CRLV	5.906	Socorro a enfermos	102
Retenções de veículos	4.371	Socorro a vítimas de acidente	142
Liberações de veículos	2.637	Acidentes sem vítimas	11.059
Boletins de ocorrência policial	1.655	Acidentes com vítimas	6.981
por embriaguez	433	Ocupantes ileso	37.414

por outros motivos	1.222	Vítimas com lesões leves	7.801
Termos Circunstanciados / Boletins de Ocorrência Circunstanciados	493	Vítimas com lesões graves	2.166
Pessoas detidas	1.181	Mortes	550
Pessoas detidas por mandado de prisão	43	Declarações de acidentes de trânsito	4.129

Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização – 8ª SRPRF/SC>

Além das operações elencados anteriormente, foram também realizadas exposições e palestras, tendo sido alcançado um público mais de 8 (oito) mil pessoas, entre alunos de 1º, 2º graus, motoristas, empresários e população em geral. Dá-se destaque, nesse sentido, para realização de comandos educativos relacionados à Semana Nacional de Trânsito.

Dentre as diversas ações, oportuno frisar a ênfase dada ao Termo de Cooperação Técnica (TCT) celebrado com o Ministério Público da União a fim de responsabilizar as empresas embarcadoras pelo excesso de peso, fator esse primordial em relação ao estado da pavimentação das rodovias.

Na área da fiscalização de trânsito, houve foco nas operações de controle de velocidade, através das quais a 8ª SRPRF/SC, dentre as demais regionais PRF, alcançou o primeiro lugar geral nacional. Observou-se, como será exposto no curso deste relatório, que esse foi um dos fatores responsáveis pela diminuição no quantitativo e gravidade dos acidentes de trânsito nas rodovias federais catarinenses.

Foram realizadas no exercício 2012 diversas missões de escolta e batedor para as autoridades que se deslocam ao estado da Santa Catarina. Usualmente, situações não previamente planejadas, que demandaram bastante esforço a esta UJ. Inobstante, as missões foram cumpridas com pleno êxito, sem ocorrência de nenhum incidente.

A Operação Rodovida, capitaneada pelo DPRF, integrou as diversas instituições no estado em prol da redução de acidentes, óbitos e feridos nas rodovias catarinenses. A integração das informações e o rápido encaminhamento facilitaram a gestão dos dados que foram repassados pela CIOP/SC ao DPRF.

Na área de capacitação foi dado impulso à realização de alguns projetos, dentre os quais, a habilitação de todo o efetivo na utilização de equipamentos de menor potencial ofensivo (dispositivos de condução de energia e espargidores de pimenta), técnica de uso de algemas, técnicas de revista em pessoas e veículos, atualização em técnicas de tiro, início do curso de especialista em policiamento metropolitano, o qual visa nivelar e padronizar os procedimentos dos integrantes dos Grupos Táticos das Delegacias, dentre outros.

Também na área de capacitação destacamos a parceria entre a 8ª SRPRF/SC e a Guarda Municipal de São José, cujo objeto tratava da formação e habilitação dos integrantes dessa instituição à utilização de arma de fogo (pistola Taurus PT 58 – calibre 380).

Outra realização de merecido destaque, que tem relação com a consecução das atividades operacionais, foi organização e execução da remoção, guarda e leilão dos veículos retidos por esta Regional, sanando um passivo de mais de 3.000 veículos nos pátios de diversas unidades operacionais. Algumas delegacias, que possuíam veículos retidos por mais de 20 (vinte) anos, estão em processo de remoção e leilão dos mesmos, resolvendo um passivo de descaso e abandono

gerado em outras administrações.

Através das ações realizadas por esta UJ no exercício 2012 foram obtidos diversos resultados positivos, que serão trabalhados no decorrer deste relatório, dando materialidade à missão institucional da PRF (“*Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.*”). Dentre os referidos resultados, pode-se destacar desde já alguns, quais sejam:

- Redução no número de acidentes, mortos e feridos nas rodovias federais catarinenses;
- Superação considerável nas metas estabelecidas pelos indicadores de avaliação do DPRF;
- Aumento na fiscalização de controle de velocidade, motivo pelo qual esta UJ figurou em segundo lugar no número efetivo de multas aplicadas pelo DPRF;
- Investimento no combate ao crime organizado nas rodovias federais, com ações operacionais mais frequentes, principalmente nas regiões de fronteira;
- Realização de diversos cursos de especialização e capacitação do efetivo;
- Avanço na informatização das unidades operacionais e CIOP, haja vista a distribuição de novos computadores e equipamentos de TI;
- Melhoria nas condições de uso da maioria das instalações das unidades operacionais e das unidades administrativas da 8ª SRPRF/SC;
- Realização de operações para lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrências em todas as unidades operacionais;
- Realização da Operação Rodovida, em parceria com a Polícia Militar Rodoviária, Guardas Municipais e Departamento de Trânsito do estado de Santa Catarina;
- Intensificação das operações de fiscalização de alcoolemia, controle de velocidade, produtos perigosos, ANTT e RNTRC, dentre outras.
- Estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica com diversos municípios, objetivando a remoção, guarda e leilão de veículos retidos;
- Melhoria nos serviços prestados pelos grupos especializados desta UJ – Núcleo de Operações Especiais, Corpo de Motociclistas Regional, Base da Divisão de Operações Aéreas;
- Incremento no número de encontros operacionais entre os gestores da 8ª SRPRF/SC, de forma a padronizar procedimentos e ações.

2.4 Indicadores

Entre os Indicadores constantes do Programa Temático 2070 – Segurança Pública com Cidadania, de responsabilidade do Ministério da Justiça, está o de **número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais**. No Programa Temático 2048 – Mobilidade e Trânsito, sob responsabilidade do Ministério das Cidades, existem dois indicadores quanto ao tema da violência no trânsito, quais sejam, **índice de vítimas de acidentes de trânsito** e **índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito**.

TABELA T.4 – INDICADORES DOS PROGRAMAS 2070 E 2048 - PPA 2012-2015

Programa	Indicador	Unidade de medida	Referência	
			Data	Índice
2070	Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais (número de mortos)	unidade	31/12/2010	8.623
2048	Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,10
	Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	18,30

Fonte: Plano Plurianual 2012-2015.

Importante observar que tais indicadores não carregam em si metas de realizações, funcionando apenas como uma referência de patamares a serem melhorados.

Tendo-se por base o indicador do programa de responsabilidade do Ministério da Justiça (número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais - número de mortos), ao qual é vinculado o DPRF, e em consonância com os indicadores do programa sob responsabilidade do Ministério das Cidades (índice de vítimas feridas e vítimas fatais em acidentes de trânsito), foi estabelecido no âmbito desta UJ como objetivo primordial a redução na quantidade de vítimas fatais e de vítimas feridas nos acidentes de trânsito.

Para efeito de avaliar o resultado das intervenções e serviços prestados acerca do objetivo *supra*, resta colacionar os resultados apurados em 31/12/2012. O quadro a seguir demonstra os índices de acidentes e mortes nas rodovias federais catarinenses no ano de 2012:

QUADRO Q.6 – ACIDENTES, MORTES E FERIDOS NAS RODOVIAS FEDERAIS CATARINENSES

Exercício	Variáveis		Taxas
	2011	2012	
Frota Nacional	3.679.482	3.940.467	+ 7,09%
Acidentes em SC	19.240	17.987	- 7%
Mortes em SC	627	552	- 12%
Feridos em SC	11.198	10.548	- 5,8%

Fonte: SIGER/DPRF e DENATRAN.

Considera-se que a redução na quantidade de vítimas fatais e de vítimas feridas nos acidentes de trânsito seja o principal indicador em relação a atuação desta UJ. Seu atingimento depende de muitos fatores, dentre os quais, o crescimento da frota, comportamento do clima, condições das vias, veículos sem itens importantes de segurança (freios ABS, *air bag*, etc.) e, principalmente, a decisão pessoal e intransferível dos usuários da via (motoristas, pedestres e ciclistas) de cultivarem ou não um comportamento adequado.

A maioria dos indicadores do Programa 2070, aos quais o DPRF vincula-se, são indicadores de esforço, com destaque para o número de veículos fiscalizados, quantidade de pessoas fiscalizadas, testes de alcoolemia realizados e pessoas alcançadas por ações de Educação para o Trânsito.

No quadro seguinte serão demonstrados esses indicadores de esforço para todo o período do PPA, isto é, de 2012 a 2015. Todavia, frisa-se que esses indicadores são nacionais, ou seja, para todas as Superintendências do DPRF. Outrossim, cabe a gestão central do órgão distribuí-los de forma equânime.

TABELA T.5 – INDICADORES DE ESFORÇO PROGRAMA 2070 - PPA 2012-2015

INDICADOR	OBJETIVO	META PARA OS 4 ANOS
Veículos fiscalizados	8825 e 0833	24.000.000
Pessoas fiscalizadas	8825 e 0833	24.000.000
Teste de alcoolemia	0833	6.000.000
Pessoas alcanças por ações de Educação para o trânsito	0833	1.000.000

Fonte: Plano Plurianual 2012-2015.

Nesse diapasão, a Instrução de Serviço 004/2011, da Coordenação-Geral de Operações/DPRF, distribuiu as metas entre as Superintendências Regionais, nos termos do quadro a seguir, o qual também traz o percentual de realização no exercício em tela.

TABELA T.6 – INDICADORES DE ESFORÇO NA 8ª SRPRF/SC

INDICADOR	META	REALIZADO	ALCANCE
Veículos fiscalizados	222.793	771.212	346,15%
Pessoas fiscalizadas	222.793	331.298	148,70%
Teste de alcoolemia	32.082	39.680	123,68%
Pessoas alcanças por ações de Educação par o trânsito	Não houve	8.000	-

Fonte: Plano Plurianual 2012-2015 e Seção de Policiamento e Fiscalização – 8ª SRPRF/SC.

Outrossim, em relação aos indicadores de esforço constantes do Programa Temático 2070 – Segurança Pública com Cidadania, de responsabilidade do Ministério da Justiça, esta UJ superou consideravelmente as metas que lhe foram prescritas pelo DPRF, seja no quantitativo de testes de alcoolemia realizados, pessoas fiscalizadas, mas, sobretudo, na quantidade de veículos fiscalizados.

Como restou demonstrado nos quadros apresentados, a 8ª SRPRF/SC obteve excelentes resultados no exercício de 2012, dentre os quais destaca-se a significativa redução de 12% em relação ao ano anterior (2011) no número de vítimas fatais decorrentes dos acidentes de trânsito nas rodovias federais catarinenses. Houve também um redução de 5,8% na quantidade de feridos e 7% na quantidade de acidentes. Por si só esses resultados já são bastante expressivos, todavia, considerando-se o aumento de 7,09% na frota nacional de veículos, tomam vulto ainda mais significativo.

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

“PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.”

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
<p>Esta UJ tampouco o DPRF possuem em sua estrutura uma área encarregada especificamente do acompanhamento do Sistema de Controle Interno. Essa estruturação encontra-se presente no âmbito do Ministério da Justiça, a qual o DPRF está subordinado.</p> <p>Inobstante, foi criado em nível do Departamento o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização, que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU.</p> <p>Também implantou-se no DPRF o Escritório de Projetos Estratégicos (EPE), e publicada a sua metodologia, voltada para a gestão de projetos, especialmente os prioritários, contendo planejamento das demandas, análise e monitoramento de riscos entre outros mecanismos de aperfeiçoamento de gestão.</p> <p>Cabe ressaltar que a alta administração do DPRF tem envidado esforços no sentido de dotar a instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de Reestruturação do DPRF, que está atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para posterior encaminhamento à Casa Civil.</p> <p>Quanto ao código de conduta, informamos que o DPRF orienta seus servidores pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Tal instrumento (que por se tratar de dispositivo legal em vigor, já pressupõe prévio conhecimento por parte dos servidores públicos) é abordado na disciplina Ética e Cidadania do Curso de Formação Profissional do DPRF. Além disso, alguns de seus preceitos são comumente reiterados pela Comissão de Ética desta UJ (cujos membros são designados por Portaria Interna) e através de ações de Corregedoria Participativa.</p>					
Escala de valores da Avaliação:					
<p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.4 Sistema de Correição

A Corregedoria Regional da 8ª SRPRF/SC, que abrange o Núcleo de Assuntos Internos - NUAL, conta com três salas. Uma delas é a sala de audiências e nas outras funcionam, respectivamente, a Corregedoria e o Núcleo de Assuntos Internos.

A Corregedoria Regional possui três viaturas descaracterizadas, quais sejam: um Fiat Pálio, um GM Astra e um Nissan Sentra.

Durante o exercício 2012, dois servidores estiveram lotados no Núcleo de Assuntos Internos, quais sejam, Wagner Mufarrej de Oliveira Filho (chefe) e Donisete João de Souza (chefe)

substituto). Na Corregedoria Regional, atuou como Corregedor Regional entre janeiro e junho o servidor Jackson Fraga, removido para outro setor naquele último mês. Durante todo o período, o servidor Fernando Berté Moratelli exerceu a função de Corregedor Regional Substituto. Também compõe a equipe da Corregedoria Regional, desde março de 2012, o servidor Fabrício Colombo. Por fim, também permaneceram lotados na Corregedoria Regional durante todo o exercício, mas atuando exclusivamente em comissões disciplinares, os servidores Andrei Luiz da Cunha e Rogério Rodrigues.

A Corregedoria Regional, com o apoio do Núcleo de Assuntos Internos, é a área responsável pela recepção e apuração de denúncias de infrações disciplinares, diretamente, por intermédio de instruções preliminares, e indiretamente, mediante coordenação e apoio às comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar. Essa atuação é regida pela Instrução Normativa nº 01/2010-CG/DPRF, que, por sua vez, tem amparo nas Leis nº 8.112/90 e 9.784/99.

Quanto aos resultados observados em relação à atividade correicional desta UJ, ressalta-se a diminuição do passivo processual da Regional e do número de denúncias de casos de corrupção.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Os processos administrativos disciplinares estão sendo cadastrados no sistema CGU-PAD. Contudo, frequentemente os dados dos processos são inseridos no sistema CGU-PAD apenas em duas etapas: na instauração do processo e no encerramento, uma vez que, durante a instrução processual, os autos permanecem com as comissões, cujas sedes, o mais das vezes, localizam-se no interior do Estado. Em suma: geralmente os processos, após instaurados, só retornam à Corregedoria após a elaboração do relatório final, quando então o processo é julgado e são lançados todos os dados referentes ao processo.

Durante o exercício 2012, a Corregedoria Regional enfrentou muitas dificuldades para gerenciar os procedimentos disciplinares instaurados e alimentar o sistema CGU-PAD com os dados pertinentes, em razão do reduzido número de servidores no setor, consequência natural do baixo efetivo de toda a 8ª SRPRF/SC. Ainda assim, estão sendo envidados todos os esforços possíveis para cumprir a determinação constante no art. 5º da Portaria nº 1.043/2007, da CGU. Quanto à tecnologia, dispomos da necessária ao gerenciamento dos procedimentos e à inserção dos seus dados no sistema CGU-PAD.

O lançamento de dados no sistema CGU-PAD iniciou-se no segundo semestre de 2008 e, nos termos da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da CGU, foram incluídas informações de procedimentos disciplinares autuados a partir de janeiro de 2006. Em consulta efetuada no próprio sistema CGU-PAD, verifica-se que desde então foram incluídos os dados pertinentes a 186 procedimentos disciplinares já encerrados (159 PADs, 1 procedimento de Rito Sumário e 26 sindicâncias), correspondentes ao período compreendido (autuação) entre 1º/01/2006 e 28/02/2013, em cumprimento ao que dispõe o art. 4º da Portaria nº 1.043/2007, da CGU. O [Anexo IV](#) traz detalhamento dos números.

Por fim, informa-se a designação formal dos servidores Fernando Berté Moratelli e Giancarlo Rosseto, para, sob presidência do primeiro, integrarem a Comissão Responsável pelo Registro no Sistema CGU-PAD de Informações sobre Procedimentos Disciplinares instaurados no âmbito desta UJ (Portaria nº 91, de 15 de março de 2013, do Superintendente da 8ª SRPRF/SC).

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

“PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.”

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Conforme Portaria TCU N° 150/2012, no item 4.1:

“As informações sobre os programas de governo sob a responsabilidade da UJ devem ser atendidas de acordo com as seguintes subdivisões e quadros:

- *Quadro A.4.1 – Informações sobre os programas temáticos;*
- *Quadro A.4.2 – Informações sobre os objetivos vinculados a programas temáticos;*
- *Quadro A.4.3 – Informações sobre iniciativas vinculadas a programas temáticos;*
- *Quadro A.4.4 – Informações sobre ações vinculadas a programas temáticos;*
- *Quadro A.4.5 – Informações sobre programas de gestão, manutenção e serviço ao estado;*
- *Quadro A.4.6 – Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado.*

Para fins de definição da obrigação de elaboração dos quadros relacionados a este subitem 4.1, as UJ devem considerar o seguinte:

- *A UJ deve preencher os quadros de acordo com a existência de cada nível de programação definido no PPA na sua responsabilidade.”*

Portanto, em princípio, com relação às Unidades Regionais do DPRF, uma vez que estas não possuem responsabilidades estabelecidas no PPA ou na LOA, pela leitura da norma entende-se que não devem preencher os quadros do item 4.1. Entretanto, apesar de não ser a UJ responsável pela coordenação da Ação de Governo, há uma parcela de responsabilidade da Unidade Regional na execução destas Ações, sendo importante apresentar a execução da Ação que coube à Unidade, por meio dos quadros A.4.4 e A.4.6, elaborando ainda a análise crítica decorrente desta execução.

No caso dos campos dotação inicial e final, coloca-se os valores recebidos pelas Regionais por movimentação, uma vez que não recebem diretamente da LOA. Não ficaria muito claro colocar a dotação total do DPRF e compará-la com os valores da Regional para despesa empenhada, liquidada, os restos a pagar e os valores pagos presentes nas demais colunas.

Ademais, além do quadro A.4.1, o preenchimento dos quadros A.4.2, A.4.3 e A.4.5 também não se aplica às Unidades Regionais.

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica a esta UJ.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica a esta UJ.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica a esta UJ.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	20IC					
Descrição	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON					
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	473.857,05	473.857,05	478.753,62	-	5.866,03	478.753,62
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação Apoiada	unidade	04	01	473.857,05	478.753,62

Análise crítica da Ação 20IC:

Fonte: SPF.

Foram envidados esforços no combate ao crime nas regiões de fronteiras. As metas foram cumpridas, com diversas apreensões de drogas, contrabando, descaminho e detenções de pessoas.

A Operação Sentinela permaneceu ativa durante praticamente todo o ano de 2012, proporcionando um incremento no efetivo nas regiões de fronteira, promovendo uma fiscalização mais forte e trazendo uma maior sensação de segurança para essas regiões. Os policiais deslocados para a operação receberam instruções prévias de como seriam realizados os trabalhos e também foram repassadas informações sobre rotas de crimes, *modus operandis* dos criminosos locais e outras informações relevantes disponibilizadas pela Núcleo de Inteligência desta Unidade Regional

Trazendo os resultados da execução dessa Ação, concomitantemente com a Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais (analisada à frente), destacamos os resultados apresentados no Quadro Q.5 - “RESULTADOS OPERACIONAIS – 8ª SRPRF/SC”. Todavia, apesar dos bons resultados obtidos, frisa-se acerca da dificuldade relacionada à falta de efetivo.

Identificação da Ação						
Código	200G					
Descrição	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS E DELEGACIAS DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	37.313,59	37.313,59	-	-	37.313,59	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Obra realizada	Unidade	1	-	37.313,59	-

Análise crítica da Ação 200G:

Fonte: SAF.

Recurso utilizado para a construção de murada divisória na UO de Rio do Sul, pertencente à 4ª Delegacia. Essa UO teve sérios problemas com as chuvas ocorridas em 2010/2011. A obra já foi concluída e entregue no mês de fevereiro de 2013.

O recurso ficou em restos a pagar pois foi disponibilizado no final do exercício, impossibilitando que a obra fosse finalizada ainda no ano de 2012.

Identificação da Ação						
Código	2524					
Descrição	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	81.516,78	81.516,78	81.427,62	-	89,16	81.427,62
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	Unidade	500	200	81.516,78	81.427,62

Análise crítica da Ação 2524:

Fonte: NUCAP.

Não obstante a inexistência de metas estabelecidas pelo DPRF, o objetivo desta UJ é sempre capacitar todos os servidores lotados na Regional pelo menos uma vez ao ano. Todavia, muitas ações ainda não foram implementadas por conta do baixo efetivo, fato que dificulta muito a disponibilização de instrutores para ministrarem os cursos. Por esse motivo não foi possível

capacitar todo o efetivo, contudo, por volta de 200 servidores foram capacitados em 2012, em diversos cursos, e a meta financeira realizada satisfatoriamente.

Também é oportuno frisar que algumas ações não puderam ser realizadas ou foram interrompidas em decorrência das diversas operações policiais que ocorreram no período, o que acarretou no deslocamento de muitos servidores e instrutores para atender à convocações.

Houve alguns cursos que se destacaram no exercício de 2012, como os cursos dos Grupos de Policiamento Tático, capacitação de servidores na utilização do dispositivo de condução de energia e espargidor de pimenta e cursos de atualização em armamento e tiro nas delegacias do oeste do estado.

Concluindo, ressalta-se que os resultados alcançados foram bastante benéficos, tendo sido possível trazer atualização e reciclagem em diversas atividades aos nossos servidores, e que o objetivo desta UJ para 2013 é ampliar o número de servidores capacitados.

Identificação da Ação						
Código	2723					
Descrição	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	2.800.814,85	2.800.814,85	2.390.701,56	-	410.113,29	2.390.701,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Procedimento realizado	Unidade	477.668	1.142.190	2.800.814,85	2.390.701,56

Análise crítica da Ação 2723:

Fonte: SPF.

Em 2012 todas as grandes operações nacionais foram planejadas com ambiciosas metas regionais de fiscalização de pessoas e veículos. Durante essas operações as metas foram acompanhadas diariamente e tiveram seu cumprimento cobrado de todos os gestores responsáveis.

Foi dada ênfase à fiscalização de alcoolemia, ultrapassagem proibida e excesso de velocidade, considerando-se os pontos críticos de ocorrência de acidentes de trânsito. Como resultado houve diminuição no número de acidentes, mortes e feridos, em relação ao ano de 2011, tanto em números absolutos como em números relativos ao aumento da frota nacional. O quadro a seguir apresenta os resultados obtidos:

QUADRO Q.7 – RESULTADOS FINALÍSTICOS DE TRÂNSITO

Variáveis			Taxas
Exercício	2011	2012	
Frota Nacional	3.679.482	3.940.467	+ 7,09%
Acidentes em SC	19.240	17.987	- 7%
Mortes em SC	627	552	- 12%
Feridos em SC	11.198	10.548	- 5,8%

Fonte: SIGER/DPRF e Denatran.

Outrossim, foram envidados esforços na fiscalização para diminuição de acidentes de trânsito e suas consequências, e os objetivos foram alcançados. Todavia, importante frisar a maior dificuldade na consecução das atividades, que foi a falta de efetivo.

Identificação da Ação						
Código		2816				
Descrição		SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Iniciativa		03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	47.594,39	47.594,39	47.594,39	-	-	47.594,39
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não aplicável	-	-	-	47.594,39	47.594,39

Análise crítica da Ação 2816:

Fonte: NUINT.

Entre as metas estabelecidas para o exercício de 2012, destaca-se a descentralização da atividade de inteligência na Regional, com a criação de Bases de Inteligência em todas as delegacias, por meio de ato administrativo da autoridade gestora, dando cumprimento ao Plano Diretor de Inteligência, estabelecido pela Direção-Geral do DPRF.

Nesse sentido, foram designados agentes descentralizados de inteligência para atuarem no âmbito das delegacias, através do que resultados positivos gradativamente vêm sendo alcançados.

A necessidade de realização de operações constantes na região de fronteira do estado de Santa Catarina, de acordo com as diretrizes do PRF, não foi plenamente atendida em virtude da carência de servidores para a ação.

A insuficiência de recursos humanos continua a ser o principal óbice para execução das atividades, tendo refletido em dificuldade de implantação das bases descentralizadas de inteligência.

Ressalta-se que a atividade de Inteligência nesta UJ teve por norte a proximidade com os policiais na pista, visando subsidiar sua atuação. Outrossim, prestou-se constante auxílio e apoio na consecução de diversas atividades que resultaram nos expressivos números apresentados no item 2.3 (“Execução do Plano de Metas ou de Ações”).

Identificação da Ação						
Código	8623					
Descrição	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	924.683,32	924.683,32	207.306,49	-	717.376,83	207.306,49
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não aplicável	-	-	-	924.683,32	207.306,49

Análise crítica da Ação 8623:

Fonte: SAF.

Os recursos para reformas, no mais das vezes, foram disponibilizados no fim do ano de 2012, impossibilitando que a execução total das obras fosse finalizada ainda no próprio exercício. Por isso, o valor alto de restos a pagar dessa Ação.

Outro fator a ser considerado é o numero grande de reformas realizadas, o que sobrecarregou a Comissão Permanente de Licitações desta UJ, que, além das respectivas licitações, teve de trabalhar em diversas outras de igual importância para a Superintendência. Houve certa dificuldade em algumas dessas licitações por conta da apresentação de poucos participantes.

Ainda, frisamos que o numero elevado de reformas decorreu da situação estrutural precária em que se encontravam muitas unidades operacionais e delegacias desta UJ. Situação essa que se desenvolveu ao longo de anos de utilização sem que houvesse as devidas intervenções de manutenção.

Por fim, grande parte dessas obras estão bastante adiantadas e serão finalizadas ainda no primeiro semestre de 2013.

Identificação da Ação						
Código	8698					
Descrição	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	1.656.666,92	1.656.666,92	252.669,48	-	1.403.997,44	252.669,48
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não aplicável	-	-	-	1.656.666,92	252.669,48

Análise Crítica da Ação 8698:

Fonte: NUTEL.

Nesta Ação entram os contratos de telefonia fixa e móvel, manutenção de radiocomunicação, rede de dados, *outsourcing* de impressões, longa-distância de fixo e móvel, entre outros.

Mister iniciar a análise tratando do Contrato Administrativo nº 15/2011, celebrado com a empresa Brasil Telecom Comunicação e Multimídia Ltda., cujo objeto é o fornecimento de comunicação de dados entre a sede da 8ª SRPRF/SC, localizada em Florianópolis, e suas unidades administrativas/operacionais, distribuídas pelo Estado de Santa Catarina.

Ocorre que a implantação dos serviços deveria estar completamente terminada até o dia 01/03/2012 (prazo máximo), contudo, a contratada injustificadamente deixou de cumprir o prazo. De fato, a aceitação final do objeto contratado veio a ocorrer apenas no mês de setembro de 2012. Tal situação obstou que fossem realizados os pagamentos antes da entrega do objeto, contribuindo significativamente para o valor não realizado na presente Ação.

Visando apurar o descumprimento contratual decorrente das condutas e omissões da empresa contratada, foram autuados por esta UJ os processos administrativos 08666008259/2012-29 e 08666003797/2012-27, resultando na aplicação e pagamento de multa no valor de R\$ 64.377,45.

Ademais, houve também algumas situações pontuais no acompanhamento dos contratos de telefonia fixa e móvel, por conta de irregularidades nas faturas, que impediram o ateste dos fiscais para o pagamento. Todavia, a maior parte dessas pendências (geradas pelas contratadas) já foram saneadas e os pagamentos efetuados no início de 2013.

Importante frisar que esta UJ desenvolveu um planejamento para modernização de sua rede de dados no exercício de 2012, visando encontrar novas soluções que possibilitassem uma melhor prestação de serviços, com melhores valores para a Administração. Nesse sentido, o NUTEL, após exaustiva pesquisa de mercado, elaborou um Termo de Referência através do qual se pretende chegar a valores bastante vantajosos em relação à contratação atual, além de melhor qualidade nos serviços. O procedimento para a referida contratação encontra-se com o edital e demais documentos

em análise pela AGU, a fim de que seja publicado.

Todavia, apesar das dificuldades enfrentadas, foram obtidos bons resultados na execução da Ação em epígrafe, como demonstrado nos itens 8.1 e 8.2, que tratam da Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.

Identificação da Ação						
Código		86A1				
Descrição		PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Iniciativa		03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	16.571,43	16.571,43	16.571,43	-	-	16.571,43
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não aplicável	-	-	-	16.571,43	16.571,43

Análise crítica da Ação 86A1:

Fonte: NMP.

Em virtude do passivo de julgamento de processos de defesa de autuação, o DPRF, através da Coordenação Geral de Operações (Ordem de Serviço nº 134/2012), deflagrou em todo o país um mutirão para julgamento de defesas de autuação. A 8ª SRPRF/SC engajou-se na ação através da Operação Convalidar, conforme Ordem de Missão nº 086/2012 da Seção de Policiamento e Fiscalização.

Foram 26 dias de operação (03/12 a 29/12), contando com 08 policiais capacitados para o julgamento (quantidade de dias variável por policial), com o resultado apresentado a seguir:

- Passivo inicial: 10.180 processos de defesa da autuação;
- Passivo final: zerado;
- Meta da Divisão de Multas e Penalidades/CGO: 3105 processos ;
- Atingimento da meta: 327,86%;
- Total de defesas indeferidas: 7800;
- Total de indeferimento por ilegitimidade: 990;
- Total de indeferimento por intempestividade: 1010;
- Total de defesas deferidas: 380;
- Julgamento total: 10.180 processos.

O impacto foi extremamente positivo, com a diminuição do tempo de espera de julgamento de 01 ano para apenas 03 meses, aumentando, assim, a eficácia e eficiência no serviço prestado ao cidadão. Houve também reflexo na celeridade na aplicação da penalidade de multa, para os casos

devidos, diminuindo substancialmente a sensação de impunidade para as infrações de trânsito nas rodovias federais de Santa Catarina.

Outrossim, foi saneado todo o passivo de processos de defesa da autuação que aguardavam análise e instrução na 8ª SRPRF/SC, evitando-se a incidência de prescrição para os processos, visto o estabelecido na Lei 9.873/99 e Instrução Normativa nº 05/2011 da DG/DPRF.

Objetivando um melhor atendimento à sociedade, tendo-se em vista o crescente número de recursos contra imposição de penalidade de multa recebidos, a 8ª SRPRF/SC criou em 2012 duas novas Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI), ampliando seu número de 4 (quatro) para 6 (seis).

Além das JARI, que julgam os recursos em 1ª instância, esta UJ mantém um Colegiado Especial para julgamento de recursos contra as decisões das JARI, conforme previsto na alínea "b" do inciso I do art. 289 da Lei nº 9.503, de 1997, composto pelo Coordenador-Geral das JARI, pelo Presidente da JARI que apreciou o recurso e por mais um Presidente de outra JARI.

Em relação às atividades de análise de defesas de autuação e recursos, em 1ª e 2ª instâncias, contra a imposição de penalidade de multa de trânsito, os resultados obtidos por esta UJ estão expressos no [Anexo V](#).

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não se aplica a esta UJ.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	0181					
Descrição	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	35.313.797,16	35.313.797,16	35.313.797,16	-	-	35.313.797,16
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não se aplica	-	-	-	35.313.797,16	35.313.797,16

Análise crítica 0181:

Fonte: NUAP.

Ao final do exercício de 2012, a 8ª SRPRF/SC possuía 236 aposentados e 102 pensionistas civis. No exercício 2012 (folhas de dezembro/2011 a novembro/2012) foram pagos

R\$ 28.017.234,39 de proventos de aposentadoria e R\$ 7.296.562,77 de pensão civil, conforme informações extraídas do sistema SIAPE, na transação GRCOFINDDP.

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	4.768.357,16	4.768.357,16	4.112.448,44	-	655.908,72	4.112.448,44
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não se aplica	-	-	-	4.768.357,16	4.112.448,44

Análise crítica da Ação 2000:

Fonte: SAF.

Essa Ação refere-se aos contratos de terceirização e despesas públicas, dentro da qual esta UJ mantém contrato de apoio administrativo, vigilância, limpeza e estagiários. Ademais, as despesas com água, luz e esgoto também incluem-se nessa Ação, bem como despesas com publicações legais, taxa de iluminação, aluguel de hangar, correios, licenciamento e DPVAT de viaturas. Nesse sentido, oportuno frisar que se faz difícil o estabelecimento de metas, uma que se tratam de despesas com a manutenção do funcionamento da Regional e a despesa é gerada de acordo com a demanda.

Ainda, ressalta-se que não houve problemas na execução dessa Ação, havendo apenas algumas situações pontuais de ajuste de procedimentos dos fiscais dos contratos com as contratadas.

Por fim, importante destacar que os restos a pagar são referentes aos meses de novembro e dezembro que ficaram em aberto e acabaram sendo pagos somente no início do outro exercício.

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	1.204.258,87	1.204.258,87	1.204.258,87	-	-	1.204.258,87
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não se aplica	-	-	-	1.204.258,87	1.204.258,87

Análise crítica da Ação 2004:

Fonte: NUAP.

Acerca da presente Ação vale destacar que atualmente está em vigor o convênio celebrado entre a operadora de saúde GEAP e o Ministério da Justiça, que oferece 04 tipos de planos/coberturas aos servidores que realizarem a sua adesão, bem como está vigendo contrato firmado entre a administradora de planos de saúde Aliança e o Ministério da Justiça, que apresenta também uma série de propostas de operadoras de plano de saúde para a escolha dos servidores.

Além disso, existe hoje o benefício do auxílio *per capita* – saúde suplementar, que é devido àqueles servidores que possuem plano de saúde e comprovam tal fato dentro dos requisitos legais, independentemente do plano e da operadora de saúde escolhida. No exercício 2012 (folhas de dezembro/2011 a novembro/2012) foram pagos R\$ 1.204.258,87 de auxílio *per capita* aos servidores, conforme informações extraídas do sistema SIAPE, na transação GRCOFINDDP.

Identificação da Ação						
Código		2010				
Descrição		ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	105.543,00	105543	105.543,00	-	-	105.543,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não se aplica	-	-	-	105.543,00	105.543,00

Análise crítica da Ação 2010:

Fonte: NUAP.

Informa-se que o auxílio pré-escolar é pago àqueles servidores que requerem o benefício, com a apresentação da documentação legal exigida (lançamento do dependente do servidor em seus assentamentos funcionais, criança com até 05 anos de idade e declaração de que o outro genitor não é servidor público, ou sendo, que não requereu tal benefício em seu órgão). No exercício 2012 (folhas de dezembro/2011 a novembro/2012) foram pagos R\$ 105.543,00 de auxílio pré-escolar aos servidores, conforme informações extraídas do sistema SIAPE, na transação GRCOFINDDP.

Identificação da Ação						
Código		2011				
Descrição		AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	5.116,71	5.116,71	5.116,71	-	-	5.116,71
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não se aplica	-	-	-	5.116,71	5.116,71

Análise crítica da Ação 2011:

Fonte: NUAP.

O auxílio-transporte, em síntese, é devido aos servidores que utilizam meio de transporte público para o deslocamento casa-trabalho-casa, desde que requerido e comprovado documentalmente pelo interessado, dentro dos ditames legais. No exercício 2012 (folhas de dezembro/2011 a novembro/2012) foram pagos R\$ 5.116,71 de auxílio transporte aos servidores, conforme informações extraídas do sistema SIAPE, na transação GRCOFINDDP.

Identificação da Ação						
Código	2012					
Descrição	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	1.508,354,77	1.508,354,77	1.508,354,77	-	-	1.508,354,77
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não se aplica	-	-	-	1.508,354,77	1.508,354,77

Análise crítica da Ação 2012:

Fonte: NUAP.

O auxílio alimentação é devido a todos os servidores ativos e normalmente lançado em folha de pagamento do servidor quando do momento de sua posse e exercício. No exercício 2012 (folhas de DEZ/2011 a NOV/2012) foram pagos R\$ 1.508,354,77 de auxílio alimentação aos servidores - informações extraídas do sistema SIAPE, na transação GRCOFINDDP.

Identificação da Ação						
Código	20TP					
Descrição	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	64.300.125,09	64.300.125,09	64.300.125,09	-	-	64.300.125,09
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não se aplica	-	-	-	64.300.125,09	64.300.125,09

Análise crítica da Ação 20TP:

Fonte: NUAP.

Ao final do exercício de 2012, a 8ª SRPRF/SC possuía 538 servidores ativos, entre policiais rodoviários federais e servidores administrativos. No exercício 2012 (folhas de dezembro/2011 a novembro/2012) foram pagos R\$ 64.300.125,09 de vencimentos e vantagens

fixas, conforme informações extraídas do sistema SIAPE, na transação GRCOFINDDP.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

Não se aplica a esta UJ o preenchimento dos quadros A.4.8 – Programação de Despesas Correntes, A.4.9 – Programação de Despesas de Capital e A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência, uma vez que a elaboração da proposta orçamentária está centralizada na sede do DPRF.

O entendimento é esposado no item 4.2.2 da Portaria TCU Nº 150/2012, que traz nota em destaque com o seguinte conteúdo:

“Os quadros A.4.8, A.4.9 e A.4.10 a seguir descritos somente devem ser preenchidos pelas UJ que são unidade orçamentária (UO) ou que tenham, entre as suas unidades consolidadas ou agregadas, Unidade Gestora (UG) na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos atribuídos originariamente da LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.”

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ	30107	200109

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Não se aplica a esta UJ.

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Não se aplica a esta UJ.

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Não se aplica a esta UJ.

4.2.2.4 Análise Crítica

Não se aplica a esta UJ.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	200230	200125	06122211220TP0001	10.544,14	-	-
		200230	200125	09272008901810001	37.896,91	-	-
		200109	200125	06122211220000001	-	-	4.581.905,02
		200109	200125	06128207025240001	-	-	81.516,78
		200109	200125	06181066314M30033	-	-	379.786,74
		200109	200125	06181207020IC0001	-	-	1.345.846,19
		200109	200125	06181207027230001	-	-	2.750.014,85
		200109	200125	06181207086230001	-	-	924.683,32
		200109	200125	06181207086980001	-	-	1.592.074,92
		200109	200125	06181207086A10001	-	-	16.571,43
		200109	200125	06183207028160001	-	-	47.594,39
		200109	200125	12368203020RM0001	-	-	819,78
200109	200125	26125207523460001	-	-	288.990,31		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	200109	200125	06122211220000001	186.452,14	-	-
		200109	200125	061812070200G0001	37.313,59	-	-
		200109	200125	06181207020IC0001	2.228.757,39	-	-
		200109	200125	06181207027230001	50.800,00	-	-
200109	200125	06181207086980001	64.592,00	-	-		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 8ª SRPRF/SC.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

Não se aplica a esta UJ, uma vez que trabalha apenas com créditos de movimentação.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	4.968.869,24	5.478.895,80	4.968.869,24	4.933.004,72
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	4.968.869,24	5.478.895,80	4.968.869,24	4.933.004,72
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
8. Contratações Diretas (g+h)	686.238,98	637.487,96	686.238,98	637.487,96
g) Dispensa	576.543,38	497.460,02	576.543,38	497.460,02
h) Inexigibilidade	109.695,60	140.027,94	109.695,60	140.027,94
9. Regime de Execução Especial	2.431,93	7.829,92	2.431,93	7.829,92
i) Suprimento de Fundos	2.431,93	7.829,92	2.431,93	7.829,92
10. Pagamento de Pessoal (j+k)	2.240.691,17	1.479.535,44	2.240.691,17	1.479.535,44
j) Pagamento em Folha	48.441,05	82.220,82	48.441,05	82.220,82
k) Diárias	2.192.250,12	1.397.314,62	2.192.250,12	1.397.314,62
11. Outros	2.360.151,75	1.555.453,84	2.360.151,75	1.555.453,84
12. Total (1+2+3+4+5)	10.258.383,07	9.159.202,96	10.258.383,07	8.613.311,88

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 8ª SRPRF/SC.

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	48.441,05	82.220,82	48.441,05	82.220,82	-	-	48.441,05	82.220,82
2. Juros e Encargos da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
DIARIAS - CIVIL	2.203.129,86	1.397.314,62	2.203.129,86	1.397.314,62	-	-	2.203.129,86	1.397.314,62
MATERIAL DE CONSUMO	1.700.825,17	2.580.516,36	1.417.537,89	1.488.622,62	283.287,28	1.091.893,74	1.417.537,89	1.250.524,42
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	137.290,76	96.074,26	115.228,58	85.318,37	22.062,18	60.018,61	115.228,58	10.755,89
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS P. FISICA	885,00	17.087,00	885,00	17.087,00	-	-	885,00	17.087,00
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.599.424,57	2.547.192,60	2.205.830,62	2.121.487,23	393.593,95	1.987.163,93	2.205.830,62	425.705,37
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS P. JURIDICA	5.234.359,31	2.736.006,20	1.835.385,82	2.255.306,38	3.398.973,49	480.699,82	1.835.385,82	2.100.754,63
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMEN.	49.185,07	42.691,99	45.755,41	40.005,32	3.429,66	2.686,67	45.755,41	40.005,32
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	40.086,77	266.523,26	40.086,77	266.523,26	-	-	40.086,77	266.523,26
INDENIZACOES E RESTITUICOES	41.806,84	81.191,21	41.806,84	81.191,21	-	-	41.806,84	81.191,21
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- P. JURIDICA	112.811,19	-	-	-	112.811,19	-	-	-
OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB.	2.161.447,79	-	-	-	2.161.447,79	-	-	-
EQUIP. E MATERIAL PERMAN. OP.INTRA ORC.	293.656,14	677.086,87	235.702,14	83.007,52	57.954,00	594.079,35	235.702,14	83.007,52
5. Inversões Financeiras								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 8ª SRPRF/SC.

4.2.4.2.3 Análise Crítica

Os números apresentados demonstram claramente que no exercício 2012 houve um aumento significativo nos gastos com diárias, serviços de terceiros, investimentos e obras. Esse aumento reflete o grande esforço promovido pela atual gestão em reformar e construir instalações desta Regional em todos os municípios onde temos unidades. Demonstra também a grande movimentação do efetivo dentro e fora da Regional em cumprimento das inúmeras missões realizadas durante o exercício em tela, das quais se destacam a Operação Sentinela e a Operação Divisas.

Há de se destacar também o decréscimo das despesas de exercício anteriores, o que se deve a uma gestão que utiliza o planejamento como ferramenta fundamental para alcançar os objetivos traçados.

Oportuno ressaltar que, ao contrário de outros anos, não houve contingenciamento significativo no referido exercício.

Por fim, pode-se destacar a rápida aprovação da LOA 2012, fator esse que facilitou a execução orçamentária do início do exercício. Ademais, não identificou-se eventos negativos significativos durante o período.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

“PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.”

5.1 Reconhecimento de Passivos

Não se aplica a esta UJ.

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica a esta UJ.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2010	311.165,17	1.996,04	295.529,13	-
2011	565.913,01	-	565.913,01	-
2012	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2010	2.553.135,85	121.346,87	2.285.678,19	140.273,00
2011	2.605.820,84	353.685,20	2.126.636,95	79.160,27
2012	6.433.559,54	111,00	1.558.759,83	5.029.080,60

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 8ª SRPRF/SC.

5.2.2 Análise Crítica

Esta UJ busca sanar as pendências juntos aos seus fornecedores no intuito de pagar as despesas inscritas em restos a pagar. A maioria dos montantes inscritos em restos a pagar são resultantes das faturas dos contratos continuados dos meses de novembro e dezembro de 2012, que por diversos fatores acabam sendo pagas no início do exercício posterior, entrando em restos a pagar.

O valor expressivo de 2012 é reflexo dos recursos recebidos no fim do exercício para a realização de diversas obras de reforma e construção de unidades operacionais e delegacias.

A 8ª SRPRF/SC possui apenas restos a pagar não processados de outros exercícios. Os valores referentes a 2010 são oriundos de contratação de empresa para instalação de controle de acesso às instalações da sede desta Superintendência, na qual a contratada não cumpriu várias cláusulas do contrato, o que ensejou a sua rescisão. O referido recurso não foi cancelado em virtude de haver uma ação judicial acerca da situação.

Já os recursos oriundos de 2011 são referentes aos contratos de telefonia e rede de dados, onde as empresas fornecedoras dos serviços estavam cobrando valores a maior, além de não

cumprirem algumas cláusulas contratuais. Inobstante, atualmente a maior parte desse montante já foi paga restando pouco para ser liquidado.

Concluindo, frisa-se que todos os restos a pagar de outros exercícios foram prorrogados de acordo com os Decretos nº 7418/10, 7468/11, 7654/11 e 7680/12, da Presidência da República. E, como informado anteriormente, grande parte dos restos a pagar desta Regional são oriundos de recursos de obras liberados no fim do exercício ou de faturas de contratos continuados referentes ao meses de novembro e dezembro, que acabam sendo pagas no ano seguinte, ora por falta dos documento para efetivarmos o pagamento, ora por falta de financeiro.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
200125	8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal	-	-	2.431,93	2.431,93
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		-	-	2.431,93	2.431,93

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 8ª SRPRF/SC.

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não se trabalha com com suprimento de fundos utilizando conta tipo “B” nesta UJ.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	200125	Limite de Utilização da UG	24.750,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
RENATO FELICE FERRER	04290808751	2.250,00	-	582,00	582,00
EDUARDO LUGO SAMUDIO	39088910197	2.250,00	-	21,70	21,70
ANDRE LUIZ ORTEGA	36070904087	2.250,00	-	142,00	142,00
JOAO ATADEU DE MELO	08282056049	2.250,00	-	179,40	179,40
JOÃO JOSÉ BLOMER	83636641972	2.250,00	-	-	-
IVERSON IUIZ WAMSER	86350773934	2.250,00	-	-	-
MARCOS CESAR DOS ANJOS	37222864768	2.250,00	-	-	-
IVO HEIDRICH SILVEIRA	71277862915	2.250,00	-	44,50	44,50
TRAJANO FREDERICO SILVA FAGUNDES	60174536968	4.500,00	-	1.462,23	1.462,23
NARDON MACHADO	93674341972	2.250,00	-	-	-
Total Utilizado pela UG			-	2.431,83	2.431,83

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 8ª SRPRF/SC.

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO
(SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos						Total (R\$) (a+b+c)
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012	-	-	-	-	10	2.431,93	2.431,93
2011	-	-	-	-	8	7.829,92	7.829,92
2010	-	-	-	-	9	15.495,83	15.495,83

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 8ª SRPRF/SC.

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.12 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	10	2.431,93	8	7.829,92	9	15.495,83

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 8ª SRPRF/SC.

5.4.1.6 Análise Crítica

Reiterando que esta UJ não utiliza suprimento de fundos por meio de contas tipo “B”, informa-se que a utilização de suprimento de fundos é feita somente por CPGF, o que demonstra a preocupação na transparência na utilização de tal recurso. Nesse sentido, através do *website* do Banco do Brasil e do Comprasnet é feito o acompanhamento dos gastos realizados por cada suprimento. As possibilidades de utilização são filtradas no *website* do Banco do Brasil, limitando a utilização aos estabelecimentos e serviços previamente selecionados pelo gestor da conta.

Todos os suprimentos são instruídos a utilizar o cartão corporativo para emergências e compras de pequeno valor, respeitando a legislação em vigor - Lei nº 4.320/64, Decreto-Lei nº 200/67, Decretos nº 93.872/86, nº 2.289/04, nº 941/93 e nº 5.355/05, Portarias MF nº 95/02 e nº 448/02, Portaria MP nº 41/06, IN da STN nº 04/04 e Macrofunção 02.11.21 do manual SIAFI.

Os valores utilizados no exercício evidenciam que os suprimentos estão atentos as normas e utilizam o CPGF eventualmente, para problemas que surgem no dia a dia e que precisam de rápida solução. Nesse sentido, todos os suprimentos recebem seus processos de acompanhamento onde constam orientações de utilização e a legislação em vigor. No referido processo são apensados todos os comprovantes de pagamento, notas fiscais, recibos e também as solicitações de informação sobre a existência do material/serviço em contrato ou em estoque. Os processos ao final da concessão são recolhidos pela Superintendência, onde são analisados, feitos os lançamentos contábeis pertinentes, para que a utilização do recurso por cada suprimento passe pela avaliação e aprovação do ordenador de despesas.

Por fim, informa-se que esta UJ baseia o uso dos cartões corporativos no manual de utilização disponibilizado no site do CGU e do TCU.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídica

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.5.7 Comunicações à RFB

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

“PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.”

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	-	-	-
1.1.Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.1.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	531	54	18
1.1.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.1.3.Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.1.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4.Total de Servidores (1+2+3)	-	531	54	18

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

Em análise do quadro acima, verificou-se no exercício uma efetiva reposição de força de trabalho, principalmente em decorrência do 1º concurso nacional de remoções por remanejamento, previsto na Instrução Normativa nº 07/2012/DPRF. Através desse concurso, 26 policiais rodoviários federais foram removidos para a 8ª SRPRF/SC, havendo apenas 09 remoções desta Regional para as demais. Houve também a nomeação dos candidatos aprovados do concurso nacional de 2009, realizado de forma regionalizada, onde esta UJ foi contemplada com 17 servidores.

Todavia, necessário informar que a força de trabalho apresentada no quadro acima está muito aquém da necessidade desta Regional. Em estudo realizado pela Seção de Recursos Humanos, considerando diversas situações e variáveis, **chegou-se a definição que o efetivo mínimo para a Regional seria de 537 servidores, já o efetivo desejável para a realização do serviço esperado pela sociedade seria de 897 servidores.**

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1.Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1.Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2.Exercício de Função de Confiança	1
1.3.Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2.Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1.Para Exercício de Mandato Eletivo	2
2.2.Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3.Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4.Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3.Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1.De Ofício, no Interesse da Administração	-

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
3.2.A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3.A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4.A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5.A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	13
4.Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1.Doença em Pessoa da Família	-
4.2.Capacitação	-
5.Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1.Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2.Serviço Militar	-
5.3.Atividade Política	-
5.4.Interesses Particulares	-
5.5.Mandato Classista	-
6.Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7.Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	16

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

No quadro apresentado acima, considerando as opções apresentadas, não se constatou grande ocorrência de situações que reduzem a força de trabalho.

Porém, considerando-se as licenças remuneradas para tratamento da própria saúde e as licenças para tratamento de acidentes em serviço, obtém-se um número mais acentuado. Após estudo realizado pela Seção de Recursos Humanos, concluiu-se que houve uma redução da força de trabalho pelas licenças citadas próximo a 7,5% do efetivo por dia, o que corresponderia em dezembro de 2012 a 40 servidores. Talvez, comparado a outros órgãos e ainda à iniciativa privada, esse percentual não pareça tão elevado, mas, considerando tratar-se da saúde do servidor, a gestão desta UJ prefere ter sempre como objetivo a redução deste quadro.

Ressalta-se ainda, que esta administração vem combatendo o absenteísmo por motivo de tratamento de saúde com o programa de promoção à saúde “Patrulha da Saúde” e com o apoio da Unidade SIASS/UFSC nos atendimentos periciais e de equipe multiprofissional em saúde.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1.Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	1	-	-
1.2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3.Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4.Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5.Aposentados	-	-	-	-
2.Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	34	34	-	-
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3.Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	35	35	-	-

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

Conforme o quadro acima, no detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas, esta UJ possui apenas um cargo em comissão, o de Superintendente Regional, ocupado por servidor de carreira da ativa, e 34 servidores ocupando as funções gratificadas de Chefe de Núcleo (FG-003), Chefe de Delegacia (FG-002) e Chefe de Seção (FG-001).

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1.Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-
1.1.Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2.Servidores de Carreira	23	186	225	85	11
1.3.Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2.Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-
2.1.Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	-	-	-
2.3.Funções Gratificadas	-	-	-	-	-
3.Totais (1+2)	23	187	225	85	11

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

No quadro de servidores por faixa etária constatou-se a elevação da mesma. Isso se deve ao envelhecimento do efetivo, bem como pela alteração do nível de escolaridade do cargo de Policial Rodoviário Federal para nível superior. Dessa forma, tem-se percebido o ingresso no cargo de PRF de servidores com a idade mais avançada.

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2.Servidores de Carreira	-	-	-	5	199	292	-	-	-
1.3.Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1.Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	1	-	-
2.3.Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	34	-	-	-
3.Totais (1+2)	-	-	-	5	199	326	1	-	-

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto;	6 – Superior;
2 - Alfabetizado sem cursos regulares;	7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação;
3 - Primeiro grau incompleto;	8 – Mestrado;
4 - Primeiro grau;	9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência;
5 - Segundo grau ou técnico;	10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

Na distribuição dos servidores por nível de escolaridade notou-se o gradual e constante aumento do nível de escolaridade, alavancada pela alteração do nível de escolaridade do cargo de PRF para nível superior.

Ainda nesse sentido, pode-se observar que todos os cargos em comissão estão sendo ocupados por servidores de carreira que possuem ao menos o nível superior completo, o que demonstra o comprometimento da atual administração com a busca pelo aprimoramento e competência técnica do quadro de gestores da 8ª SRPRF/SC.

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2012	55.175.883,24	183.955,16	7.413.666,66	2.008.453,36	1.933.163,66	-	-	-	66.715.122,08
	2011	55.421.233,87	192.960,73	7.235.048,07	1.960.991,70	1.947.384,51	-	-	-	66.757.618,88
	2010	52.901.080,97	221.708,24	6.898.751,39	1.948.716,84	1.985.367,86	-	-	-	63.955.625,30
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2012	122.248,04	29.102,76	18.993,39	6.186,63	3.648,00	-	-	-	180.178,82
	2011	28.402,17	-	12.364,10	4.121,36	2.736,00	-	-	-	47.623,63
	2010	48.504,72	-	4.042,06	1.347,35	3.773,99	-	-	-	57.668,12
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

Nesse quadro estão informados os custos de pessoal no exercício de 2012, com base nas informações fornecidas pelo Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, pela transação GRCOFINDDP. Considerando-se as disposições legais, recaem sobre as rubricas de vencimentos e vantagens fixas as contas: 3.3190.11.01, 3.3190.11.07, 3.3190.91.27 e 3.3190.91.32; sobre retribuições, as contas: 3.3190.11.05, 3.3190.11.33 e 3.3190.16.32; sobre gratificações, as contas: 3.3190.11.31 e 3.3190.11.43; sobre adicionais, as contas: 3.3190.11.04, 3.3190.11.09, 3.3190.11.10, 3.3190.11.37, 3.3190.11.45 e 3.3190.11.46; e sobre indenizações, as contas: 3.3190.08.05, 3.3190.08.09, 3.3390.08.55, 3.3390.46.01 e 3.3390.49.01.

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1) Integral	-	-
1.1) Voluntária	204	4
1.2) Compulsória	3	-
1.3) Invalidez Permanente	22	-
1.4) Outras	-	-
2) Proporcional	-	-
2.1) Voluntária	2	-
2.2) Compulsória	-	-
2.3) Invalidez Permanente	11	-
2.4) Outras	-	-
3) Totais (1+2)	242	4

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

Conforme composição do quadro de servidores inativos, esta UJ conta com um percentual de aposentadorias por invalidez de 13,63% sobre o total de aposentadorias. Ainda, no exercício de 2012 foram concedidas apenas 04 aposentadorias, todas voluntárias.

Não obstante, a preocupação da gestão da 8ª SRPRF/SC recai sobre o exercício de 2014, onde se prevê ocorrência superior a 70 servidores policiais rodoviários federais com preenchimentos dos requisitos necessários à aposentadoria voluntária.

Sabe-se que o DPRF está em tratativas com o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão para a autorização de concurso nacional para 1500 policiais rodoviários federais para os exercícios de 2013 a 2015, através do qual se espera conseguir a devida reposição do quadro das aposentadorias previstas.

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.8 – INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	91	5
1.1. Integral	41	4
1.2. Proporcional	50	1
2. Em Atividade	11	4
3. Total (1+2)	102	9

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC e Relatório de Folha de Pagamento.

Neste exercício houve um destaque negativo pelo falecimento de 02 (dois) servidores na ativa, que deram ensejo a 04 (quatro) pensões civis.

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Conforme disposto no Estatuto dos Servidores Públicos aplicado à PRF, por ocasião da posse por nomeação de candidatos habilitados em concurso é exigido o preenchimento e assinatura de declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos ou proventos, bem como é exigida a apresentação de Certificado de Reservista demonstrando o desligamento dos candidatos oriundos das forças armadas e documento comprobatório de vacância para aqueles oriundos de outros órgãos públicos.

Não foi constatada a ocorrência de acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não foi constatada a ocorrência de acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Todos os atos de pessoal sujeitos a registros e comunicação ao TCU por intermédio do SISAC e todas as informações sobre os atos submetidos a registro no órgão de controle interno são realizados de forma centralizada pelo DPRF.

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

QUADRO Q.8 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Absenteísmo
O controle de faltas na 8ª SRPRF/SC é realizado pelo comunicado de frequência enviado pelas chefias imediatas, com reflexo nos lançamentos cadastrais e financeiros.
Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais
Com a implantação do SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor, todo o acompanhamento dos atestados médicos, licenças para tratamento de saúde e acidentes de trabalho é realizado pelo portal SIASS, no sítio www.siapenet.gov.br , no módulo Siape Saúde, onde são armazenadas todas as informações sobre os afastamentos. Todavia, a Seção de Recursos Humanos desta UJ dispõe apenas do acesso administrativo. Consultas e relatórios estatísticos dos afastamentos decorrentes de acidentes de serviço e doenças ocupacionais são fornecidas pela Unidade SIASS/UFSC.
Rotatividade
A rotatividade no âmbito da 8ª SRPRF/SC é irrisória, dada a carreira do Policial Rodoviário Federal e a estabilidade no serviço público.
Educação Continuada
O programa de capacitação é formulado pela Coordenação de Ensino no DPRF, sendo executada no âmbito das regionais pelo Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal.
Disciplina
Não existe qualquer indicador na área de Recursos Humanos sobre disciplina no trabalho. No caso da 8ª SRPRF/SC as informações sobre disciplina e correspondentes indicadores gerenciais ficam a cargo da Corregedoria Regional e da Comissão de Ética.
Desempenho Funcional:
Medido pela avaliação funcional da chefia imediata e conforme Decreto nº 84.669/80 e pela Avaliação de Desempenho Individual - ADI instituída pela 8ª SRPRF/SC.

A ADI visa mensurar a produtividade individual de cada policial rodoviário federal em serviço na atividade-fim do órgão, através da contabilização das atividades por ele executadas.

A ADI pode ser utilizada, dentre outras aplicações:

- Como referencial para avaliações de natureza individual, tais como progressão funcional, estágio probatório, dentre outras;
- Como critério de classificação e/ou desempate em processos seletivos internos de qualquer natureza;
- Como referencial para a elaboração de escalas de serviço, de comandos e de férias, bem como para concessão de permutas;
- Como referencial para elogios e homenagens àqueles que se destacarem positivamente em suas atividades;
- Para identificação de dificuldades e elaboração de planos para capacitação profissional;
- Para identificação de irregularidades passíveis de punição disciplinar.

Aposentadoria versus reposição do quadro

No exercício de 2012 foram verificadas apenas 04 aposentadorias, em compensação, esta UJ foi agraciada com a nomeação e lotação de 17 servidores pelo concurso nacional de 2009, realizado de forma regionalizada. Neste mesmo concurso já tomaram posse e entraram em exercício em janeiro de 2013, mais 13 servidores.

Todavia, a maior preocupação recai sobre o exercício de 2014, onde está prevista ocorrência superior a 70 servidores policiais rodoviários federais com os requisitos à aposentadoria voluntária preenchidos.

Sabe-se que o DPRF está em tratativas com o MPOG para a autorização de concurso nacional para 1500 policiais rodoviários federais para os exercícios de 2013 a 2015, onde se espera conseguir a devida reposição do quadro das aposentadorias previstas.

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não há existência da informação requerida, uma vez que não existe terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão nesta UJ.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: 8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL													
UG/Gestão: 200125							CNPJ: 00.394.494.0120-61						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	13/2011	05449286/0001-00	01/01/2012	31/12/2012	0	0	17	17	0	0	A
2011/2012	L	O	10/2011	05233652/0001-90	15/12/2011	14/12/2012	35	35	0	0	0	0	P
Observações: Sem observações.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Seção Administrativa e Financeira - 8ª SRPRF/SC.

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: 8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL													
UG/Gestão: 200125							CNPJ: 00.394.494.0120-61						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	3, 4, 5, 12	O	03/2011	10565981/0001-78	25/01/2012	24/01/2013	0	0	32	32	0	0	P
Observações: Sem observações.													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Seção Administrativa e Financeira - 8ª SRPRF/SC.

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1) Nível superior	-	-	-	-	-
1.1) Área Fim	-	-	-	-	-
1.2) Área Meio	-	7	9	9	670,00
2) Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1) Área Fim	-	-	-	-	-
2.2) Área Meio	-	10	23	26	5.000,00
3) Total (1+2)	-	17	32	35	5.670,00

Fonte: Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

No exercício de 2012 foi contratada, mediante pregão eletrônico, uma nova empresa agenciadora de estágios. A empresa vencedora foi a Usina de Talentos, que não desempenhou de forma satisfatória o serviço contratado.

Outrossim, considerando o mau serviço prestado e ainda o baixo valor da bolsa de estágio e auxílio transporte legalmente definido, não se obteve por completo o preenchimento das vagas de estágio oferecidas durante todo o exercício em tela.

Com vistas a essa situação e considerando-se a verificação de preços mais vantajosos para a administração, a Seção de Recursos Humanos manifestou-se no sentido da renovação do contrato em tela, dando início nas tratativas para realização de novo pregão eletrônico.

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

“PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.”

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Inicialmente, cumpre-se frisar que não há veículos automotores contratados de terceiros a serviço da UJ, para, então, passar-se a análise dos tópicos a seguir elencados.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

- DECRETO N° 6403 DE 17 DE MARÇO DE 2008 - Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 3, DE 15 DE MAIO DE 2008 / SLTI MPOG - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 07, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011 / DPRF - Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A importância da frota de veículos sobre as atividades desta UJ decorre das próprias competências e atribuição institucionais da PRF, impondo-se a disponibilidade de viaturas em ideais condições de segurança e conservação, visando o desenvolvimento das atividades precípuas do órgão (policciamento ostensivo, atendimento de acidentes, auxílios a usuários, etc.). Ressalta-se que o patrulhamento desenvolve-se diuturnamente nas rodovias federais durante períodos de 24 horas, nos 7 dias da semana.

A viatura policial é principal ferramenta de trabalho do Policial Rodoviário Federal, impactando tanto na qualidade e eficiência dos serviços prestados a sociedade, quanto na preservação da integridade física destes servidores públicos.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ

QUADRO Q.9 – CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

GRUPO	UTILIZAÇÃO		CARACTERÍSTICA	USUÁRIO	QTDE.
I - Veículos de representação	Na representação oficial		Veículo com características adequadas a alta apresentação do restado	Autoridades referidas no art. 3º do Decreto 6403/08	000
II – Veículos especiais	Conforme regulamentação prevista no art. 4º do Decreto 6403/08				000
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço		Automóvel – capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Autoridades referidas no art. 5º do Decreto 6403/08	000
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Veículo básico – automóvel, motocicleta, motoneta ou ciclomotor – capacidade de motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo	035
		Transporte coletivo	Veículo básico – ônibus, micro-ônibus ou van, capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço	002
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Veículo básico – automóvel de carga, furgão, utilitário ou pick-up - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no transporte de carga e serviço	010
		Transporte de carga pesada	Veículo básico – caminhão, caminhão guincho, reboque ou semi reboque capacidade e motorização compatíveis com o serviço.	Servidor na execução de atividades específicas	003
		Atividades específicas	Veículo de tração – trator de rodas, de esteira ou misto, pá mecânica, motoniveladora e outros equivalentes		000
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		Veículos com especificações próprias devidamente justificadas – capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no desempenho das atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados.	176
TOTAL					226

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais – 8ª SRPRF/SC.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra

QUADRO Q.10 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS

GRUPO	CARACTERÍSTICA		MÉDIA DE QUILOMETROS RODADOS / VIATURA
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço		-
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	10.686
		Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	
		Transporte de carga pesada	
	Atividades específicas		
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		20.399

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais – 8ª SRPRF/SC.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

QUADRO Q.11 – IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS

GRUPO	CARACTERÍSTICA		IDADE MÉDIA DA FROTA
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço		-
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	9,40 ANOS
		Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	
		Transporte de carga pesada	
	Atividades específicas		
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		5,27 ANOS

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais – 8ª SRPRF/SC.

f) Custos associados à manutenção da frota

QUADRO Q.12 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA

Valores em R\$ 1,00

GRUPO	CARACTERÍSTICA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA /CORRETIVA	COMBUSTÍVEL	DPVAT	TOTAL	
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	-	-	-	-	
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	166.551,99	171.219,40	-	337.771,39
		Transporte coletivo				
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve				
		Transporte de carga pesada				
Atividades específicas						
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	628.803,44	1.114.217,08	-	1.743.020,52	
TOTAL		795.355,43	1.285.436,48	29.936,99	2.110.728,90	

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais – 8ª SRPRF/SC.

g) Plano de substituição da frota

O plano de substituição da frota dá-se de forma centralizada pelo DPRF, através de sistema de informatizado de dados que, atualmente, é gerenciado pelo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, ferramenta denominada Módulo Transporte.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A ferramenta principal de trabalho do Policial Rodoviário Federal é a viatura policial, que apresenta características singulares para a consecução da atividade policial. As características estabelecidas pelo artigo 29, inciso VII, da Lei 9.503/97, somadas a dispositivos de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente, além do compartimento para transporte de presos, são essenciais e imprescindíveis para a atividade policial. Nesse viés são classificados como veículos especiais, o que difere do padrão dos veículos utilizados nas locações costumeiras.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle e gestão da frota é realizada através do Núcleo de Serviços Gerais (NUSEG), subordinado à Seção Administrativa e Financeira, com atribuições específicas conferidas no artigo 87 da Portaria 1.375/2007 – Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Os serviços de manutenção corretiva e preventiva da frota são realizadas através de contrato continuado de gestão efetuado com a empresa Ticket Serviços S/A(Ticket Car) – Contrato nº 11/2010.

O NUSEG possui um banco de dados de manutenção, razão pela qual, a cada serviço a ser executado, é realizada uma checagem do que foi solicitado, conferindo-se os serviços em garantia, para então emitir a Autorização para a Execução dos Serviços. Verifica-se também os valores oferecidos junto ao banco de dados do sistema Audatex/Molicar, para verificar se os preços apresentados estão dentro dos valores praticados no mercado. Ainda, é verificado o quantitativo de hora técnica a ser contratada bem como os valores aplicados sobre as mesmas.

Outrossim, os meios utilizados por esta UJ garantem a efetividade e o cumprimento dos princípios constitucionais da economicidade e eficiência proferidas pelo artigo 37 da CF.

Os abastecimentos da frota são realizados através de contrato continuado de gestão efetuado com a empresa Ticket Serviços S/A(Ticket Car) – Contrato nº 05/2008.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	SANTA CATARINA	22	22
	Araranguá	1	1
	Barra Velha	1	1
	Biguaçu	1	1
	Blumenau	1	1
	Campos Novos	1	1
	Catanduvas	1	1
	Concórdia	1	1
	Garuva	1	1
	Guaramirim	1	1
	Itaiópolis	1	1
	Itapema	1	1
	Lages	1	1
	Maravilha	1	1
	Paulo Lopes	1	1
	Ponte Alta	1	1
	Rancho Queimado	1	1
	Rio do Sul	1	1
	Rio Negrinho	1	1
	Santa Cecília	1	1
	São José	1	1
Tubarão	1	1	
Xanxerê	1	1	
Subtotal Brasil		22	22
EXTERIOR	NÃO POSSUI IMÓVEIS NO EXTERIOR	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		22	22

Fonte: Seção Administrativa e Financeira - 8ª SRPRF/SC.

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	SANTA CATARINA	1	1
	São José	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	NÃO POSSUI IMÓVEIS NO EXTERIOR	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Seção Administrativa e Financeira - 8ª SRPRF/SC.

Em complemento à informação acima, trata-se de contrato de locação de um heliponto com pátio e hangar, para decolagens, pousos e hagaragens dos helicópteros Bell-407 e EC-120-Colibri, localizado na rua São benedito, 255, Serraria, São José/SC, registro no cartório de imóveis de nº 84.565, celebrado com a empresa Helisul Táxi Aéreo Ltda (CNPJ 75543611/0001-85).

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200125	8027.00051.500-6	21	3	271.104,79	12/05/2010	285.351,03	-	-
200125	8041.00009.500-2	21	3	341.562,24	12/05/2010	573.252,64	-	-
200125	8045.00011.500-6	21	3	391.823,32	12/05/2010	599.293,74	-	-
200125	8047.00025.500-9	21	3	147.524,50	12/05/2010	199.886,83	-	-
200125	8069.00008.500-7	21	3	48.606,59	12/05/2010	75.421,54	-	-
200125	8077.00005.500-1	21	3	77.108,12	12/05/2010	135.220,87	-	-
200125	8083.00017.500-1	21	3	70.390,60	12/05/2010	112.087,93	-	-
200125	8115.00003.500-7	21	3	80.621,86	12/05/2010	107.530,31	-	-
200125	8127.00003.500-0	21	3	87.575,32	12/05/2010	132.709,55	-	-
200125	8159.00005.500-0	21	7	41.767,81	12/05/2010	41.767,81	-	-
200125	8163.00003.500-7	21	3	490.800,85	12/05/2010	659.387,91	-	-
200125	8183.00046.500-6	21	3	49.749,83	12/05/2010	84.106,73	-	-
200125	8205.00006.500-2	21	3	86.122,42	12/05/2010	149.098,65	-	-
200125	8241.00003.500-2	21	3	125.107,79	12/05/2010	186.797,64	-	-
200125	8261.00003.500-7	21	3	59.621,34	12/05/2010	114.054,48	-	-
200125	8281.00001.500-0	21	3	239.408,88	12/05/2010	327.196,65	-	-
200125	8291.00025.500-9	21	3	59.854,88	18/11/2010	203.964,25	-	-
200125	8295.00011.500-5	21	3	91.869,10	12/05/2010	237.044,15	-	-
200125	8305.00003.500-2	21	3	65.942,79	12/05/2010	106.221,29	-	-
200125	8327.00061.500-0	21	3	594.979,69	12/05/2010	594.979,69	-	-
200125	8327.00093.500-4	21	3	4.323.880,00	10/07/2012	4.323.880,00	-	-
200125	8367.00036.500-2	21	3	92.931,49	12/05/2010	166.553,64	-	-
200125	8383.00008.500-1	21	3	66.793,51	12/05/2010	100.999,16	-	-
Total							Σ	Σ

LEGENDA

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

Fonte: Seção Administrativa e Financeira - 8ª SRPRF/SC.

Em complemento às informações do quadro acima, fez-se a análise acerca dos bens que não possuem RIP e dos imóveis compartilhados, conforme a seguir:

- 1. A Sede Administrativa da 8ª SRPRF/SC** – Está localizada nas dependências a que se refere o RIP 8105.00224.500-1 da UG 393013 - 16ª UNIT/DNIT/SC.
- 2. Garajão do Estreito** – Imóvel sob responsabilidade da UG 393013 - 16ª UNIT/DNIT/SC e de uso compartilhado. Situado à rua Felipe Neves, 261, bairro Estreito, Município de Florianópolis/SC.
- 3. Morro do Avai** – Imóvel situado as margens da BR 101, KM 207, Morro do Avai – São José, compreendendo grande área com oito edificações em estado precário de utilização, com formalização da entrega sendo processada nos autos do Processo nº 04972.004645/2010-65 da Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina.
- 4. Stand de Tiro na Av. Das Torres** – Imóvel com área de 60.984 m², situado na Rua Pedro Blunn, Avenida das Torres, sem número, Barreiros, São José, com formalização da entrega sendo processada nos autos do Processo nº 05022.004614/2003-87 da UG 170173 - Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina.
- 5. 1ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 101, KM 204, Barreiros, São José, SC, com formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.
- 6. 2ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 101, KM 336, Tubarão, SC, com formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.

7. **3ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 101, KM 39, São Marcos, Joinville, SC, com formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.
8. **4ª Delegacia PRF** – Imóvel pertencente a Prefeitura Municipal de Itajaí, situado rua Blumenau, 1500, bairro Barra do Rio, Itajaí, SC, com formalização de Acordo de Cooperação Técnica 02/2012, processo 08666000692/2012-16 para instalação de uma delegacia.
9. **Unidade Operacional Itajaí** – Imóvel pertencente a Prefeitura Municipal de Itajaí, situado Avenida Vereador Abrahão João Francisco, s/n, Itajaí, SC, com formalização de Acordo de Cooperação Técnica 02/2012, processo 08666000692/2012-16 para instalação de uma Unidade Operacional.
10. **5ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na Rua Getúlio Vargas nº 515 / Lages SC, com formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.
11. **6ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na rua Cel. José Severiano Maia, nº 111 / Mafra, com formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.
12. **7ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 282, KM 391, Joaçaba, SC, com formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC. Gastos com reforma e manutenção, mediante Contrato Administrativo nº 10/2012, no valor de R\$ 87.916,05.
13. **8ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 282, KM 539, Chapecó, SC, com formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC. Gastos com reforma e manutenção, mediante Contrato Administrativo nº 11/2012, no valor de R\$ 80.121,21.
14. **Unidade Operacional de Palhoça** - Imóvel situado as margens da BR 101, KM 222 Bairro Aririu da Formiga - Palhoça, compreendendo 162 m² de área construída em estado regular de utilização, com formalização da Cessão de Uso pelo Estado de Santa Catarina, através da Lei estadual nº 14.535, de 19 de novembro de 2008.
15. **Unidade Operacional de Lages** - Imóvel situado as margens da BR 282, KM 205,3 - Localidade de Índios, compreendendo 262 m² de área construída em estado novo. Gastos com reforma e manutenção, mediante Contrato Administrativo nº 12/2012, no valor de R\$ 39.269,23.
16. **Unidade Operacional de Água Doce** - Imóvel situado as margens da BR 153, KM 11, município de Água Doce/SC, pertencente ao Estado de Santa Catarina, com Termo de Permissão de Uso 050/2012 para instalação de Unidade Operacional.
17. **Unidade Operacional de Mafra** - Imóvel situado as margens da BR 153, KM 11, município de Água Doce/SC, pertencente ao Estado de Santa Catarina.

Por fim, frisa-se que as avaliações dos imóveis venceram no final de 2012, havendo a necessidade de nova avaliação para os próximos dois anos. Nesse sentido, informa-se que a Seção Administrativa e Financeira já está adotando as providências necessárias.

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

“PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.”

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
x	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
x	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
x	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
x	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
x	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.

6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
<i>Vide item 8.2.</i>	

8.2 Análise Crítica

A Gestão da Tecnologia da Informação no âmbito desta UJ é realizado pelo Núcleo de Telecomunicações – NUTEL, que tem suas atribuições definidas no artigo 88 do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria MJ nº 1375, de 2 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União na Edição nº 150, de 6/08/2007 ([Anexo II](#)).

Durante o exercício de 2012 houve algumas importantes contratações na área de TI, como a implantação de rede de dados na nova Unidade Operacional inaugurada no município de Água Doce e a aquisição de 3 novos servidores de rede para utilização no Centro de Processamento de Dados desta UJ, dentre outros. Foram também renovados contratos de telefonia fixa, de serviços móveis pessoais, *outsourcing* de impressão e manutenção de radiocomunicação.

Foi celebrado o Contrato nº 15/2012, cujo objeto é o fornecimento de uma conexão com a internet de 34 Mbps, instalado na sede da 8ª SRPRF/SC. Com essa contratação foi possível cancelar uma outra conexão mais onerosa mantida pelo próprio DPRF, para interligação de sua sede com a sede desta UJ. Essa nova conexão está sendo utilizada para acesso à intranet e à internet não apenas pela sede da 8ª SRPRF/SC, mas por todas as unidades PRF no estado de Santa Catarina.

Outro ponto de destaque foi a implementação e os testes realizados para utilização da rede de dados implementada por fibra óptica pelas empresas concessionárias nas BR-101 e 116. Essa utilização esta contemplada no Programa de Exploração da Rodovia, definido pela ANTT. Essa

implementação, que ainda não está pronta, possibilitará um serviço de muito maior qualidade, bem como possibilitará uma redução de custos na contratação de interligação de redes para os pontos atendidos.

Nesse mesmo sentido, o NUTEL apoiou a instalação da mesa de controle da PRF no Centro de Comando e Operação (CCO) da concessionária Autopista Litoral Sul, em Joinville. Outrossim, possibilitou-se que um PRF atuasse junto ao monitoramento por câmeras em toda a extensão de trecho concessionado na BR-101, auxiliando imensamente em situações de acidente e combate a ilícitos em geral.

A área de TI tem por uma de suas maiores dificuldades a falta de servidores com formação técnica, o que ocorre devido a falta de um quadro de cargos/servidores técnicos no DPRF, que nunca realizou concurso para servidores administrativos. Dessa forma, servidores ocupantes de cargo de Policial Rodoviário Federal, que tenham formação ou experiência na área de TI, acabam sendo alocados para essa atuação. Ocorre também que, por serem policiais, muitas vezes os servidores são convocados para operações, o que desfalca ainda mais a equipe no núcleo.

O quadro do NUTEL no final do exercício de 2012 estava composto por 3 servidores (PRFs) e 4 terceirizados (3 técnicos em informática e uma recepcionista). Com relação aos terceirizados, temos dificuldade em manter os melhores talentos, uma vez que temos colaboradores com nível superior, mas contratados como técnicos de informática.

Convém destacar que, durante o ano de 2012, foram atendidas 1607 ordens de serviço (OS). Ordens de Serviço são chamados para a realização de alguma atividade relacionada à área de TI, dentre os quais, configuração de computadores, suporte aos usuários, manutenção de rede, fornecimento/troca de equipamentos, atualização de sistemas e configurações das mais diversas.

Dessa forma, no fim de 2012 foi desenvolvido pela própria equipe do NUTEL o Sistema de Apoio do NUTEL, com módulos de gestão de patrimônio, gestão das ordens de serviço e de demandas internas. Esse sistema acarretou grande melhoria na organização dos trabalhos executados. Ademais, foi implementado um módulo chamado Sistema de Ordens de Serviço (SOS), que é a interface utilizada pelos usuários demandantes para abertura e acompanhamento de chamados.

Outra dificuldade significativa em 2012 foi a recorrente indisponibilidade dos sistemas mantidos pelo DPRF, dentre os quais destacamos o sistema Br-Brasil (para confecção do Boletins de Acidente de Trânsito), SISCO (Sistemas de Multas) e e-mail funcional. Pelas informações obtidas do DPRF, as causas eram o problema de abastecimento de energia elétrica no DF, que estava gerando alguns apagões, bem como a mudança da estrutura da sede antiga para a nova sede do DPRF, em Brasília/DF. Todavia, já se observou a minimização dessas situações.

Houve também dificuldades na implantação do Contrato Administrativo nº 21/2012 cujo objeto é o fornecimento de rede MPLS para interligar a sede da Superintendência com suas unidades no estado de Santa Catarina. A empresa contratada incorreu em um grande atraso na implantação dos serviços, que deveria ter ocorrido em março/2012, mas acabou ocorrendo apenas em setembro, ensejando procedimento de aplicação de penalidade.

Por fim, a expectativa do Núcleo de Telemática é a possibilidade de lotação de servidores oriundos de novos concursos, que tenham formação e experiência técnica na área de TI, permitindo uma melhor divisão do trabalho e uma maior qualidade na prestação dos serviços.

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

“PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.”

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Resposta abaixo do quadro.					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Resposta abaixo do quadro.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Resposta: Papel reciclado.					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Resposta abaixo do quadro.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Resposta abaixo do quadro.				X	
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Resposta abaixo do quadro.			X		

<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>Resposta abaixo do quadro.</p>			X		
<p>14. Considerações Gerais:</p> <p>Resposta abaixo do quadro.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Respostas/complementos às informações do Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis:

Item 1

Foram previstas obrigações para as contratadas conforme o exposto a seguir:

1.1) Nos serviços de engenharia:

- Organizar e administrar canteiro de obra, terraplanagem, escavações no solo e, de maneira a causar o menor impacto ambiental e degradação do local;
- Utilizar materiais reciclados possíveis de aplicação na obra, conforme a oferta local;

1.2) Nos demais serviços:

- Adotar diretrizes e procedimentos para a gestão de resíduos, armazenamento, transporte, destinação e reutilização, ou descarte dos resíduos, detritos e entulhos resultantes da prestação do serviço, observando à legislação ambiental pertinente;
- Utilizar materiais com o mínimo de substâncias tóxicas e/ou perigosas, obedecendo as classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- Comprovar de adoção de práticas de sustentabilidade em caso de ser certificada pela ISO 14000;
- Observar às normas do CONAMA quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;
- Treinar os empregados e adotar medidas para evitar desperdício de energia elétrica, de água e para a redução de produção de resíduos sólidos;
- Substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, racionalizando o uso das mesmas;
- Treinar/capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de sustentabilidade;
- Utilizar materiais e produtos de empresas registradas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, quando a legislação assim o exigir.
- Descartar adequadamente, óleo lubrificante, pneus inservíveis, tintas e solventes, bem como de baterias, conforme a registação pertinente;
- Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- Proceder o encaminhamento adequado dos materiais potencialmente poluidores dispostos para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio,

mercúrio e seus compostos, bem como de óleo lubrificante, pneus inservíveis, tintas e solventes, lâmpadas, baterias, etc, conforme a registação pertinente.

Item 5:

Houve substituição e instalação de lâmpadas mais econômicas, no entanto, o impacto ainda não foi refletiu nos gastos em decorrência das condições das atuais instalações elétricas, que são muito antigas.

Item 7:

A aquisição de veículos é feita pela sede do DPRF, sendo que esse previu nos editais que os motores à diesel fossem turbo-intercooler, recurso que dá maior eficiência e economia. Outra postura adotada é o uso exclusivo de diesel S50 nesses motores.

Item 8:

Na execução das obras foi previsto que sempre que houver oferta local de materiais reciclados possíveis de aplicação, estes deverão preferencialmente ser empregados, salvo se os custos de aquisição fossem superiores ou se não houvesse capacidade de suprimento.

Item 12:

As campanhas são feitas contando com cartazes dispostos nos banheiros, cozinhas e áreas externas onde constam torneira e lâmpadas.

Item 13:

A postura de conscientização é incitada contando com palestras, com repasse de orientações e dicas pelos e-mails funcionais, e, também de maneira informal entre os servidores com conversas nos ambientes de trabalho.

Item 14:

Na contratação dos serviços em geral, foram inseridas previsões de ações ambientais com o objetivo de proteção à saúde dos prestadores de serviços da contratada, ao meio ambiente natural e do trabalho e a redução de resíduos poluentes no meio ambiente. Todos os critérios ambientais e de segurança do trabalho adotados são objetivos, respeitaram os princípios da isonomia entre os licitantes sem restringir a competição porque decorrem de normas gerais que devem ser seguidas por todas as empresas dos setores envolvidos no objeto licitado.

Registra-se que os critérios ambientais não foram utilizados como mecanismo de desempate nas licitações, mas como obrigações a serem cumpridas na execução dos serviços, tendo inclusive a previsão de aplicação de sanção específica em caso de inobservância de tais obrigações. As exigências às contratadas foram fundamentadas nas Leis nº8.666/1993 e, nº12.349/2010, Normas do IBAMA e CONAMA, Instruções da ANVISA, Regulamentos do INMETRO, Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e demais legislação afim. Nos editais, contratos, termos de referência e projetos básicos foram citadas as norma correspondentes a serem observadas.

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (em resmas)	1404	1578	1902	13.983,34	14.999,24	19.737,60
Água	5.463 m ³	5.664 m ³	5.775 m ³	29.652,47	23.808,44	21.207,10
Energia Elétrica	654.970 kW/h	600.218 kW/h	718.582 kW/h	367.306,92	315.710,48	311.893,30
			Total	410.942,73	354.518,16	352.838,00

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais – 8ª SRPRF/SC.

Verificou-se, em relação ao consumo de papel, que a adoção de algumas medidas foram eficientes na economia de consumo, sobretudo, a normatização pelo DPRF da impressão frente e verso. Nesse sentido, houve no exercício de 2012 uma economia maior do que nos dois últimos anos (2011 e 2010).

A busca e promoção de um uso consciente de recursos no âmbito desta UJ resultou também em economia no consumo de água, que foi a menor registrada nos últimos anos (2010-2012).

Em relação ao consumo de energia elétrica, provavelmente em decorrência da inauguração de novas unidades operacionais, houve um certo aumento. Todavia, a quantidade de kilowatt-hora consumida no exercício 2012, apesar do pequeno acréscimo em relação a 2011, foi menor que a registrada em 2010, demonstrando a preocupação da atual gestão da 8ª SRPRF/SC na sustentabilidade e economia de recursos.

10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

“PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.”

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

Conforme informações prestadas pela Seção Administrativa e Financeira e pelo Núcleo de Apoio Técnico, não houve ocorrência das informações solicitadas abaixo em relação ao exercício 2012 nesta UJ.

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve deliberações do TCU para serem atendidas no exercício.

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve deliberações do TCU para serem atendidas no exercício.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Não houve recomendações do OCI para serem atendidas no exercício.

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve recomendações do OCI para serem atendidas no exercício.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	1	-	1
	Entregaram a DBR	1	-	1
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	35	-	35
	Entregaram a DBR	35	-	35
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal - 8ª SRPRF/SC.

10.3.2 Análise Crítica

No âmbito desta UJ, ocorre a disponibilização periódica a todos os servidores de Termo de Opção que trata da obrigatoriedade de autorização de acesso ou da apresentação da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda.

O quadro acima foi preenchido de forma parcial, uma vez que não se aplicam para esta UJ os incisos de I a VI, da Lei nº 8.730/93, que tratam do: Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, membros do Congresso Nacional, membros da Magistratura Federal e membros do Ministério Público da União.

Ademais, vale ressaltar que de todos os obrigados a entregar a Declaração de Bens e Renda elencados no quadro anterior, apenas 01 permanece com essa situação, sendo que os demais optaram por autorizar o acesso às suas DBR.

Os Termos de Opção são controlados e exigidos pelo Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal (NUAP) quando da posse e exercício de novos servidores. No caso de servidores já ocupantes do cargo de PRF, a obrigatoriedade de exigir a DBR anualmente ou o preenchimento do Termo de Opção é delegada aos chefes imediatos, que, após a entrega dos referidos documentos pelos seus subordinados, devem encaminhá-los para o NUAP para fins de registro e arquivo.

A maior parte do efetivo da 8ª SRPRF/SC optou por autorizar o acesso à sua DBR, restando, em um universo de aproximadamente 545 servidores ativos (PRFs e servidores administrativos), apenas 12 servidores que se comprometem a apresentar anualmente tal documentação.

Nesse sentido, anualmente, após o término do prazo de entrega do IR à Receita Federal, ou seja, no mês de maio, o NUAP encaminha memorandos e e-mails para as chefias imediatas a fim de que cobrem daqueles servidores que se comprometeram a entregar a DBR o cumprimento dessa obrigação. No caso de negativa por parte de algum desses servidores, a exigência é novamente reforçada, podendo ainda ser encaminhada tal situação à Corregedoria Regional. Outrossim, incumbe às delegacias, seções e núcleos da 8ª SRPRF/SC o recebimento da DBR de seus servidores para posterior encaminhamento ao NUAP.

Atualmente, utiliza-se um sistema informatizado, com uma base eletrônica de dados funcionais e pessoais de servidores, que possui mecanismos de controle e registro para esse gerenciamento.

A DBR e o Termo de Opção são entregues em papel. Todavia, mesmo com a autorização de acesso assinada pelo servidor, tal acesso se restringe aos órgãos de controle, portanto, não há por esta UJ nenhum tipo de acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil. Ademais, não há uma rotina de se analisar as DBR apresentadas pelos servidores.

Por fim, ressalta-se que todo ano é aberto e instruído um processo administrativo específico que serve de arquivo e consultas dos documentos apresentados pelos servidores: DBR e Termo de Opção / Autorização.

10.4 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.10.6 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Eduardo Lugo Samudio, CPF nº390.889.101.97, Chefe da Seção Administrativa e Financeira da 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado de Santa Catarina, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres, firmados até o exercício de 2012 por esta unidade estão atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores, com exceção daqueles instrumentos de contrato que ficaram impossibilitados de inserção no Sistema SIASG, devido a problemas apresentados no próprio sistema, geralmente relativos às licitações originárias de outros Órgãos Gerenciadores.

Florianópolis/SC, 29 de Março de 2013.



EDUARDO LUGO SAMUDIO

390.889.101-97

Chefe da Seção Administrativa e Financeira
8ª SRPRF/SC

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

“PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.”

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Esta UJ ainda não realiza tais atividades, assim como as outras regionais do DPRF, uma vez que se aguardam diretrizes e orientações da administração central para padronização e capacitação de servidores.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.2 Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
8ª SUPERINTEND. DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL			200125
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais as seguintes:</p> <p>a) 106 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.ATIVO IMOBILIZADO.;</p> <p>b) 115 - FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES;</p> <p>c) 253 - SALDO INVERTIDO/INDEVIDO - PASSIVO EXIG. LP.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	25 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC nº	DF - 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/DPROG/SE/MJ
Coordenador

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

“PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.”

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Para melhorar compreensão da atuação e resultados que foram apresentados neste Relatório de Gestão, interessante discorrer acerca do contexto (político, econômico, ambiental, tecnológico, social), bem como sobre as limitações internas da UJ.

Iniciando, convém elencar as rodovias federais no estado de Santa Catarina, palco de atuação desta UJ, quais sejam: BR-101, BR-116, BR-153, BR-158, BR-163, BR-280, BR-282, BR-470, BR-475, BR-477, BR-480, totalizando uma extensão de mais 18.000 quilômetros.

A principal rodovia é a BR-101, que atravessa o litoral e escoar grande parte da produção do estado e também do Rio Grande do Sul. Outra rodovia importante é a BR-470, que liga o meio-oeste ao litoral. Por ela circula a produção agroindustrial que é exportada pelo porto de Itajaí. Pela BR-280, que liga a cidade de Porto União, no Planalto Norte, com o porto de São Francisco do Sul, é transportada a produção da indústria de móveis de São Bento do Sul e a erva-mate produzida em Canoinhas. Outras rodovias importantes são a BR-153 e a BR-116, que atravessam as cidades de Lages, Papanduva e Mafra, cortando o estado até a fronteira com o Rio Grande do Sul.

A tabela a seguir informa a extensão da malha rodoviária federal, número anual de acidentes (referente a um estudo realizado no ano de 2009), frota de veículos em circulação e população, em relação aos entes federativos abrangidos por cada Superintendência ou Distrito Regional da Polícia Rodoviária Federal. O estado do Acre, devido à pequena extensão de suas rodovias federais, integra a 21ª SRPRF, de Rondônia.

TABELA T.7 – MALHA RODOVIÁRIA, ACIDENTES, FROTA DE VEÍCULOS E POPULAÇÃO POR UF

UF	Regional PRF	N.º de acid.		Malha rod. fed. (km)		Frota de veículos		População	
AC/RO	21ª SRPRF	3.459	13º	4.644,0	4º	679.089	18º	2.109.141	22º
AL	13ª SRPRF	1.914	20º	815,6	23º	419.096	22º	3.037.103	16º
AP	5º DRPRF	161	26º	1.874,3	14º	109.375	26º	587.311	25º
AM	3º DRPRF	199	25º	774,4	25º	509.350	21º	3.221.939	15º
BA	10ª SRPRF	8.206	7º	6.449,7	1º	2.210.593	8º	14.080.654	4º
CE	16ª SRPRF	2.916	16º	1.811,4	15º	1.625.611	10º	8.185.286	8º
DF	1º DRPRF	1.227	21º	950,3	22º	1.210.450	12º	2.455.903	20º
ES	12ª SRPRF	6.748	9º	804,2	24º	1.223.745	11º	3.351.669	14º
GO	1ª SRPRF	7.178	8º	12828,4	11º	2.339.706	7º	5.647.035	12º
MA	18ª SRPRF	2.317	18º	3.426,6	8º	744.970	16º	6.118.995	10º
MT	2ª SRPRF	3.566	11º	4.036,2	6º	1.128.933	13º	2.854.642	19º
MS	3ª SRPRF	2.834	17º	3055,3	10º	936.814	14º	2.265.274	21º
MG	4ª SRPRF	25.076	1º	6.211,8	2º	6.768.579	2º	19.273.506	2º
PA	19ª SRPRF	3.413	14º	4.384,8	5º	921.515	15º	7.065.573	9º
PB	14ª SRPRF	3.546	12º	1.263,9	19º	666.869	19º	3.641.395	13º
PR	7ª SRPRF	15.608	3º	3.607,1	7º	5.017.026	3º	10.284.503	6º

UF	Regional PRF	N.º de acid.		Malha rod. fed. (km)		Frota de veículos		População	
PE	11ª SRPRF	5.983	10º	2.302,5	12º	1.697.187	9º	8.485.386	7º
PI	17ª SRPRF	2.216	19º	3.130,4	9º	552.424	20º	3.032.421	17º
RJ	5ª SRPRF	14.208	4º	1.471,0	17º	4.370.237	5º	15.420.375	3º
RN	15ª SRPRF	3.315	15º	1.628,4	16º	700.486	17º	3.013.740	18º
RS	9ª SRPRF	11.714	6º	5.870,8	3º	4.687.841	4º	10.582.840	5º
RR	4º DRPRF	287	24º	1.126,0	20º	119.606	25º	395.725	26º
SC	8ª SRPRF	17.896	2º	2.221,8	13º	3.311.302	6º	5.866.252	11º
SP	6ª SRPRF	12.472	5º	1.067,6	21º	20.041.172	1º	39.827.570	1º
SE	20º SRPRF	1.201	22º	321,0	26º	407.527	23º	1.939.426	23º
TO	2º DRPRF	977	23º	1.317,6	18º	380.861	24º	1.243.627	24º
Total		155.178		67.395,10		62.780.364		183.987.291	

Fonte: DPRF, DENATRAN e IBGE.

O estado de Santa Catarina apresentou o 2º maior número de acidente de trânsito nas rodovias federais em todo o país. Não obstante o estudo ter sido realizado em 2009, essa posição vem mantendo-se nos últimos anos. Assim, apesar do grande número de acidentes, a malha rodoviária federal de SC é a 13ª em extensão. Ainda, a frota de veículos em circulação registrada no estado é a 6ª maior do país. Contudo, deve-se lembrar da grande circulação de veículos registrados em outros estados, especialmente, em decorrência do turismo. Por fim, em termos de população Santa Catarina ocupa a 11ª posição.

Outro apontamento muito sério é oriundo do estudo promovido pela Confederação Nacional de Municípios, que realizou uma análise dos dados mais atualizados existentes sobre mortes no trânsito nos estados e municípios brasileiros. Segundo as informações obtidas Santa Catarina apresentou a maior taxa média anual de mortes no trânsito do país - 33,1 a cada 100.000 habitantes. Além disso, a maior parte dos municípios com as maiores taxas do país é de Santa Catarina.¹

Assim, a grande quantidade de acidentes no Estado de Santa Catarina (2ª posição), de forma absoluta ou em relação aos outros parâmetros apresentados (extensão da malha rodoviária, frota de veículos em circulação e população), indica a importância do estudo do fenômeno dos acidentes de trânsito, de suas causas e da melhor forma de combatê-las.

Diversos fatores, dentre os quais destaca-se o turismo, são determinantes na composição do trânsito e sobressaltam o porquê de Santa Catarina apresentar uma quantidade tão grande de acidentes, apesar de ter população, frota de veículos e malha viária menor do que muitos outros entes da Federação. Esses parâmetros são e foram preponderantes no planejamento das estratégias de atuação desta UJ, resultando na redução na quantidade de acidentes, vítimas fatais e vítimas feridas nas rodovias federais catarinenses no exercício 2012. Feito esse que esta UJ pretende novamente alcançar no próximo exercício.

1 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Estudos Técnicos: Mapeamento das Mortes por Acidentes de Trânsito no Brasil, de 14 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/sites/9000/9070/Estudos/Transito/EstudoTransito-versaoconcurso.pdf>>

CONCLUSÃO

Findo o exercício de 2012, pode-se elaborar o presente Relatório de Gestão evidenciando os trabalhos da Administração Pública na figura da 8ª SRPRF/SC, sendo este uma possibilidade impar para expor não só aos órgãos de controle, mas também à sociedade em geral, as atividades realizadas e/ou pretendidas por esta instituição de Segurança Pública.

Cientes da responsabilidade que é imputada aos gestores públicos quanto à transparência na aplicação e prestação de contas dos recursos alocados, sejam eles orçamentários, materiais, humanos, etc., foram abordados amiúde e com o maior nível de detalhamento possível os aspectos que refletem a gestão desta UJ.

Como principais realizações da 8ª SRPRF/SC no exercício de 2012, destacam-se a significativa **redução de 12% em relação ao ano anterior (2011) no número de vítimas fatais** decorrentes dos acidentes de trânsito nas rodovias federais catarinenses. Houve também um **redução de 5,8% na quantidade de feridos e 7% na quantidade de acidentes**. Importante destacar que por si só esses resultados já são bastante expressivos, não obstante, considerando-se o aumento de 7,09% na frota nacional de veículos, tomam vulto ainda mais significativo.

Ademais, fundamental frisar a grande superação nas metas relacionadas ao cumprimento do Programa Temático de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania, programa esse vinculado ao Ministério da Justiça. Outrossim, as metas relacionadas aos Objetivos de Governo, aos quais as ações da PRF vinculam-se, foram plenamente cumpridas naquilo que cabia a esta UJ.

Também bastante relevante a obtenção de resultados significativos no combate ao narcotráfico, entrada ilegal de armas e munições e no contrabando e descaminho, com foco nas regiões de fronteira. A Operação Sentinela permaneceu ativa durante praticamente todo o ano de 2012, proporcionando um incremento no efetivo das regiões de fronteira, promovendo uma fiscalização mais forte e trazendo efetiva sensação de segurança para essas regiões.

Desse feito, foram 771.212 veículos fiscalizados (346,15% da meta regional), 331.298 pessoas fiscalizadas (148,70% da meta regional) e 39.680 procedimentos de fiscalização de alcoolemia ao volante (123,68% da meta regional). Ainda, aproximadamente 8.000 pessoas foram alcançadas por ações de educação para o trânsito.

A Polícia Rodoviária Federal tem uma característica intrínseca de prevenção. Embora tenha sido preparada ao longo de anos para o enfrentamento à criminalidade, com ações e táticas especiais, o dia a dia reclama mais ações preventivas que repressivas. Outrossim, a meta está na fiscalização e não na autuação, prisão ou apreensão. A fiscalização bem feita, respeitosa, com foco definido por levantamentos estatísticos, é fundamental para a obtenção do principal resultado, qual seja, salvaguardar vidas.

Prisões, apreensões e autuações são consequências da fiscalização devidamente realizada, na hora e no lugar adequado. O alinhamento de cada policial e de cada servidor com os objetivos institucionais foi uma filosofia trabalhada no exercício em tela e que deve continuar em destaque nos anos seguintes.

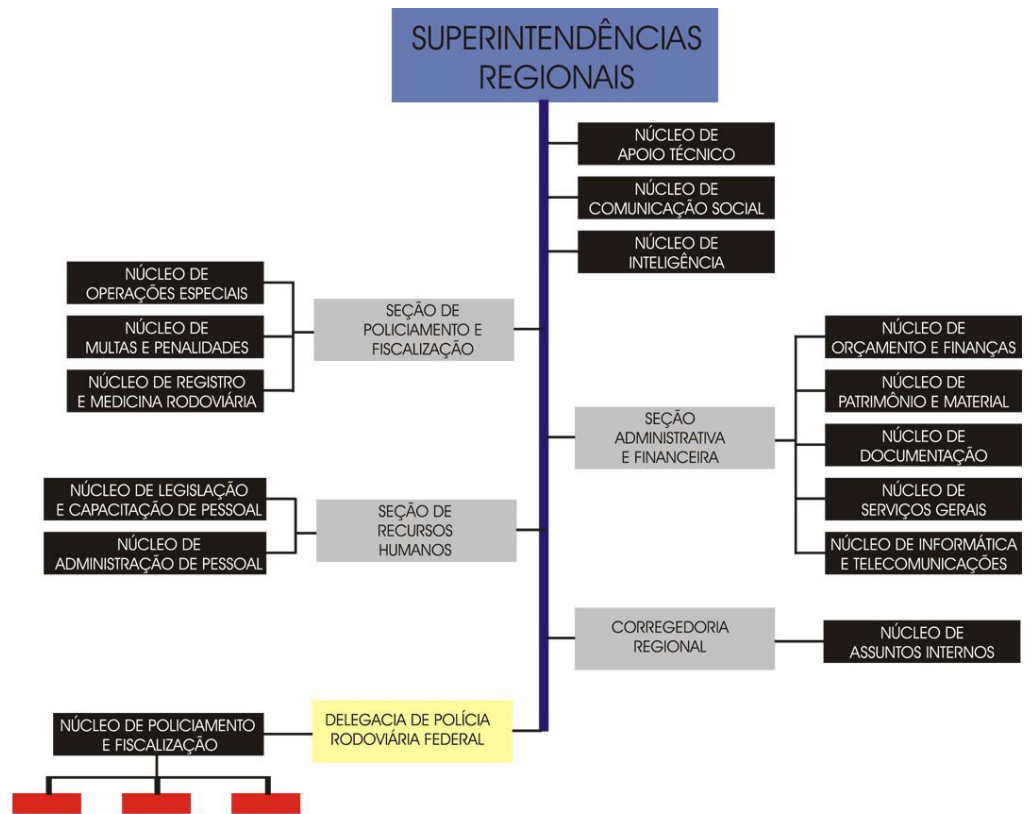
Em relação aos resultados obtidos, premente ressaltar que foram frutos de grande esforço e comprometimento pessoal de cada servidor e gestor desta UJ, que se superaram ante a uma crítica defasagem de efetivo. A 8ª SRPRF/SC apresenta um quadro em que todas as delegacias, sem

exceção, estão com uma significativa defasagem de efetivo, e a área administrativa também apresenta sobrecarga de trabalho, devido ao acréscimo de demandas. Tal situação, com o passar do tempo, é agravada em decorrência de remoções de servidores para outras regionais, aposentadorias e afastamentos de servidores. A única solução visualizado para um futuro próximo é abertura de novos concursos para suprir a da demanda por servidores.

Por fim, espera-se que este Relatório de Gestão possa, para os órgãos da Administração Pública, sejam eles de controle ou não, ter trazido as informações necessárias para elucidar e convalidar os atos praticados pelos gestores desta Unidade Jurisdicionada, e para a sociedade, um pouco mais de conhecimento das atividades realizadas pela 8ª SRPRF/SC em suas várias frentes de ação, com a devida e indispensável transparência.

Com o presente documento, a 8ª SRPRF/SC encerra o exercício 2012, enaltecendo a missão institucional de **“preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã”** como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

ANEXO I - ORGANOGRAMA FUNCIONAL



LEGENDA:

- Superintendências Regionais
- Delegacia
- Seções
- Núcleos
- Postos Policiais

ANEXO II - REGIMENTO INTERNO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Abaixo segue-se uma síntese, com ênfase no que diz respeito às competências e atribuições desta UJ, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal (aprovado pela Portaria MJ nº 1375, de 2 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União na Edição nº 150, de 6/08/2007):

PORTARIA N o 1.375, DE 2 DE AGOSTO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, na forma do Anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria no 3.741, de 15 de dezembro de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico singular, integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, a que se refere o art. 2º, inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tem por finalidade exercer as competências estabelecidas no §2º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, e, especificamente:

I - preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais;

II - exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais:

a) autuar infratores, adotar as medidas administrativas e aplicar as penalidades;

b) cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, em razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos, objetos e animais, que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor;

c) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e

d) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;

IV - planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;

V - realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;

VI - assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de trânsito e

manifestações sociais e calamidades públicas;

VII - elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e disciplinando o seu preenchimento a ser aprovada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

VIII - manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;

IX - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

X - informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;

XI - promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como demais atividades de ensino, na área de competência do Departamento; XII - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;

XIII - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança; e

XIV - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal -DPRF tem a seguinte estrutura:

I - Unidades Centrais

...

II - Unidades Desconcentradas

1. Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal - SRPRF

1.1. Núcleo de Apoio Técnico - NUAT

1.2. Núcleo de Comunicação Social - NUCOM

1.3. Núcleo de Inteligência - NUINT

1.4. Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF

1.4.1. Núcleo de Operações Especiais - NOE

1.4.2. Núcleo de Multas e Penalidades - NMP

1.4.3. Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária - NURAM

1.5. Seção Administrativa e Financeira - SAF

1.5.1. Núcleo de Orçamento e Finanças - NUOFI

1.5.2. Núcleo de Patrimônio e Material - NUPAT

1.5.3. Núcleo de Documentação - NUDOC

1.5.4. Núcleo de Serviços Gerais - NUSEG

1.5.5. Núcleo de Telemática - NUTEL

1.6. Seção de Recursos Humanos - SRH

1.6.1. Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal NUCAP

1.6.2. Núcleo de Administração de Pessoal -NUAP

1.7. Corregedoria Regional - CR

1.7.1. Núcleo de Assuntos Internos - NUAI

1.8. Delegacia de Polícia Rodoviária Federal -DelPRF

1.8.1. Núcleo de Policiamento e Fiscalização NPF

...

§1º As Superintendências Regionais em número de vinte e uma, compõem-se de cento e cinquenta e uma delegacias, assim distribuídas:

...

VII - 7ª Superintendência, com sede na cidade de Curitiba, abrangendo o Estado do Paraná, com sete delegacias;

...

Art. 75. Às Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex-ofício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;

VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;

IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;

X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e

XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:

I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;

II - prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;

III - prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;

IV - elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;

V - prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;

VI - reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e

VII - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;

II - promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;

III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;

IV apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;

V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e

VI - promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.

Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:

- I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;*
- II - assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;*
- III - apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;*
- IV - planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;*
- V - produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;*
- VI - intensificar a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;*
- VII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;*
- VIII - identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência;*
- IX - planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;*
- X - solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência;*
- XI - manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;*
- XII - manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;*
- XIII - receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;*
- XIV - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente; e*
- XV - elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.*

Art. 79. À Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

- I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;*
- II - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência;*
- III - coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta;*
- IV - orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;*
- V - organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados;*
- VI - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e*
- VII - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.*

Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;*

II estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;

III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;

IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;

V - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;

VI - executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;

VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e

VIII - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;

III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;

IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;

V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados;

VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;

VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;

VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas, e

IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:

a) atendimento pré-hospitalar e resgate

b) transporte inter-hospitalar;

c) transporte de órgãos;

d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;

e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;

f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;

g) atividades de medicina do tráfego;

h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;

i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

- II - realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;*
- III propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;*
- IV - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;*
- V - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;*
- VI propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;*
- VII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;*
- VIII - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;*
- IX - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;*
- X - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;*
- XI - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários ligados a boletins de ocorrências; e*
- XII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.*

Art. 83. À Seção Administrativa e Financeira compete:

- I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;*
- II - elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;*
- III orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;*
- IV coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;*
- V - comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência;*
- VI - indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional;*
- VII - prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;*
- VIII - supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência;*
- IX - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;*
- X - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e*
- XI - desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em*

prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:

I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;

II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;

III - controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;

IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;

V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;

VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;

VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;

VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;

IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;

X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;

XI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;

XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e

XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;

II - efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;

III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;

IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;

V promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;

VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;

VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;

VIII - examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo;

IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;

X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência;

XI manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e

XII - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.

Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:

I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;

II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;

III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;

IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;

V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;

VI - promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;

VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e

VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:

I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;

II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;

III - processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;

IV - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;

V - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;

VI - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;

VIII - promover o gerenciamento da frota de veículos;

IX - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos -PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;

X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e

XI - repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.

Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;

II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;

III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;

IV - pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;

V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e

VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

Art. 89. À Seção de Recursos Humanos compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e

legislação de pessoal; e

II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:

a) concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável – PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

e) higiene e saúde no trabalho;

f) perícias;

g) doenças do trabalho;

h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;

i) medicina do trabalho;

j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;

l) juntas médicas regionais.

III - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

IV auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

V - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

VI - realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

VII - propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e

VIII - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.

Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores; II - auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;

III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;

IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;

V - planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;

VI - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;

VII - executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA;

VIII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;

IX - instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações rídico-legais necessárias à defesa da União; e

X - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às

necessidades de recursos humanos do Núcleo;

II - auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;

III - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;

IV - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

V - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;

VI - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;

VII - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;

VIII controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;

IX - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;

X - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-offício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;

XI - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;

XII - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;

XIII - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;

XIV - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;

XV - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;

XVI - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;

XVII adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;

XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde:

a) acompanhamento da concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável -PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

e) higiene e saúde no trabalho;

f) perícias de saúde;

g) doenças do trabalho;

h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;

i) atividades de medicina do trabalho;

j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;

l) Junta médica nacional;

m) juntas médicas regionais;

n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde;

q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde;

r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades gêneres, na

busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV.

XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correccional da Unidade Regional;

VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores da Superintendência;

VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - elaborar estatísticas de interesse da área correccional e relatórios de gestão;

XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correccionais;

XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - auxiliar na gestão do orçamento correccional;

XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e

XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional; II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;

V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e

VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 94. As Delegacias de Polícia Rodoviária Federal compete:

I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;

II - controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas; III - controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia;

IV - zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos

especiais e de rotina;

V - adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes;

VI zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito;

VII - adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais;

VIII - controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio;

IX - baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito; e

X - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 95. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

ANEXO III - ESTRUTURA DAS DELEGACIAS DA 8ª SRPRF/SC

Delegacia / Circunscrição	Unidades Operacionais / Localização
DEL.01 - Delegacia metropolitana de São José BR 101 - Km 204 Circunscrição: BR 101: Km 174,0 (Biguaçu) ao Km 246,7 (Palhoça) BR 282: Km 0,0 (Florianópolis) ao Km 6,3 (São José) BR 282: Km 15,5 (Palhoça) ao Km 117,9 (Alfredo Wagner)	DEL.01/UOP 01 – Unidade Operacional de Biguaçu BR 101 - Km 190
	DEL.01/UOP 02 - Unidade Operacional de Palhoça BR 101 - Km 222
	DEL.01/UOP 03 - Unidade Operacional de Rancho Queimado BR 282 - Km 58
DEL.02 - Delegacia metropolitana de Tubarão BR 101 - Km 330 Circunscrição: BR 101: Km 246,8 (Paulo Lopes) ao Km 465,9 (Passo de Torres) BR 101: Km 0,0 ao Km 4,8 – Acesso federal ao aeroporto de Jaguaruna	DEL.02/UOP 01 - Unidade Operacional de Tubarão BR 101 - Km 346
	DEL.02/UOP 02 - Unidade Operacional de Araranguá BR 101 - Km 417
	DEL.02/UOP 03 - Unidade Operacional de Paulo Lopes BR 101 - Km 267
DEL.03 - Delegacia metropolitana de Joinville BR 101 - Km 39 Circunscrição: BR 101: Km 0,0 (Garuva – Divisa com o Paraná) ao Km 110,4 (Navegantes) BR 280: Km 0,0 (São Francisco do Sul) ao Km 77,1 (Jaraguá do Sul)	DEL.03/UOP 01 - Unidade Operacional de Joinville BR 101 - Km 26
	DEL.03/UOP 02 - Unidade Operacional de Barra Velha BR 101 - Km 82
	DEL.03/UOP 03 - Unidade Operacional de Guaramirim BR 280 - Km 54
DEL.04 - Delegacia metropolitana de Itajaí Rua Blumenau, nº 1500, Bairro Barra do Rio Circunscrição: BR 101: Km 110,5 (Navegantes) ao Km 173,9 (Tijucas) BR 470: Km 0,0 (Navegantes) ao Km 201,0 (Ponte Alta) BR 470: Km 0,0 ao Km 1,7 – Acesso federal a Gaspar BR 477: Km 203,2 ao Km 208,6 – Acesso federal a Blumenau	DEL.04/UOP 01 - Unidade Operacional de Blumenau BR 470 - Km 53
	DEL.04/UOP 02- Unidade Operacional de Rio do Sul BR 470 - Km 134
	DEL.04/UOP 03 - Unidade Operacional de Itapema BR 101 - Km 143
	DEL.04/UOP 04 - Unidade Operacional de Itajaí Av. Ver. Abrahão João Francisco, 4755
DEL.05 - Delegacia de Lages Av. Getúlio Vargas, 515, Bairro Conta Dinheiro Circunscrição: BR 116: Km 160,9 (Santa Cecília) ao Km 310,4 (Capão Alto) BR 116: Km 0,0 ao Km 1,3 – Acesso federal ao aeroporto de Lages BR 282: 118,0 (Bom Retiro) ao Km 292,5 (São José do Cerrito) BR 470: Km 201,1 (Ponte Alta) ao Km 270,5 (Curitibanos) BR 475: Km 50,8 (Bocaina do Sul) ao Km 60,0 (Bocaina do Sul)	DEL.05/UOP 01 - Unidade Operacional de Lages BR 282 - Km 205
	DEL.05/UOP 02 - Unidade Operacional de Capão Alto BR 116 - Km 280
	DEL.05/UOP 03 - Unidade Operacional de Ponte Alta BR 116 - Km 200
DEL.06 - Delegacia de Mafra Rua Coronel José Severiano Maia, 1111, Centro Circunscrição: BR 116: Km 0,0 (Mafra – Divisa com o Paraná) ao Km 160,8 (Santa Cecília) BR 116 (PR): Km 190,7 (Campo do Tenente) ao Km 210,8	DEL.06/UOP 01 - Unidade Operacional de Mafra BR 116 - Km 0,5
	DEL.06/UOP 02 - Unidade Operacional de Santa Cecília BR 116 - Km 119
	DEL.06/UOP 03 - Unidade Operacional de Rio

(Rio Negro - Divisa com Santa Catarina) BR 280: Km 77,2 (Corupá) ao Km 154,2 (Canoinhas)	Negrinho BR 280 - Km 132
DEL.07 - Delegacia de Fronteira de Joaçaba BR 282 - Km 387	DEL.07/UOP 01 - Unidade Operacional de Campos Novos BR 470 - Km 355
Circunscrição: BR 153: Km 0,0 (Água Doce – Divisa com o Paraná) ao Km 118,9 (Concórdia - Divisa com o Rio Grande do Sul) BR 282: Km 292,6 (São José do Cerrito) ao Km 469,3 (Ponte Cerrada) BR 470: Km 270,6 (Brunópolis) ao Km 358,8 (Campos Novos - Divisa com o Rio Grande do Sul) BR 470 (RS): Km 0,0 (Barracão - Divisa com Santa Catarina) ao Km 9,7 (Barracão)	DEL.07/UOP 02 - Unidade Operacional de Joaçaba BR 470 - Km 387
	DEL.07/UOP 03 - Unidade Operacional de Concórdia BR 153 - Km 92
	DEL.07/UOP 04 - Unidade Operacional de Água Doce BR 153 – Km 11
DEL.08 - Delegacia de Fronteira de Chapecó BR 282 - Km 533	DEL.08/UOP 01 - Unidade Operacional de Xanxerê BR 282 - Km 509
Circunscrição: BR 158: Km 99,0 (Cunha Porã) ao Km 147,7 (Palmitos – Divisa com o Rio Grande do Sul) BR 163: Km 0,0 (Dionísio Cerqueira – Divisa com o Paraná) ao Km 3,6 (Aduana Internacional de Dionísio Cerqueira) BR 163: Km 71,4 (São Miguel do Oeste) ao Km 123,5 (Dionísio Cerqueira – Divisa com o Paraná) BR 282: Km 469,4 (Vargeão) ao Km 645,6 (São Miguel do Oeste) BR 282: Km 650,7 (São Miguel do Oeste) ao Km 680,6 (Paraíso – Fronteira com a Argentina) BR 480: Km 123,5 (Chapecó) ao Km 131,1 (Chapecó)	DEL.08/UOP 02 - Unidade Operacional de Maravilha BR 282 - Km 607
	DEL.08/UOP 03 - Unidade Operacional de Guaraciaba BR 163 – Km 80

ANEXO IV - ROL DE RESPONSÁVEIS

132 - DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	SILVINEI VASQUES			CPF:	74391607972
Endereço Residencial:	RUA PEDRO ALVES,527 - BELA VISTA II				
Cidade:	SAO JOSE	UF:	SC	CEP:	88110-070
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	silvinei.vasques@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		132 - DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS			
Nome do Cargo ou Função:		SUPERINTENDENTE			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1602/2011	17/08/2011	-	-	01/12/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	EVANDRO GUILHERME DE SOUZA BRUNO FILHO			CPF:	31831206153
Endereço Residencial:	RUA MOACIR ANTONIO ABREU, 94 - SUL DO RIO				
Cidade:	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	UF:	SC	CEP:	88140000
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	evandro.bruno@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		132 - DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS			
Nome do Cargo ou Função:		SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1869/2011	27/09/2011	-	-	01/12/2012	31/12/2012

100 - ORDENADOR DE DESPESAS

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	SILVINEI VASQUES			CPF:	74391607972
Endereço Residencial:	RUA PEDRO ALVES,527 - BELA VISTA II				
Cidade:	SAO JOSE	UF:	SC	CEP:	88110-070
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	silvinei.vasques@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		100 - ORDENADOR DE DESPESAS			
Nome do Cargo ou Função:		ORDENADOR DE DESPESAS			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1602/2011	17/08/2011	-	-	01/01/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	EDUARDO LUGO SAMUDIO			CPF:	39088910197
Endereço Residencial:	AV. MAL. CASTELO BRANCO, 175				
Cidade:	SÃO JOSÉ	UF:	SC	CEP:	88101020
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	eduardo.lugo@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		100 - ORDENADOR DE DESPESAS			
Nome do Cargo ou Função:		ORDENADOR DESPESAS SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 431/2012	26/10/2012	-	-	26/10/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	GIANCARLO ROSSETTO			CPF:	02611625948
Endereço Residencial:	RUA JOAQUIM NABUCO 1394, AP 202				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88090060
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	giancarlo.rossetto@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		100 - ORDENADOR DE DESPESAS			
Nome do Cargo ou Função:		ORDENADOR DE DESPESAS INTERINO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 405/2011	07/10/2011	-	-	01/01/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	ANDRE SAUL DO NASCIMENTO			CPF:	91246458934
Endereço Residencial:	RUA CANELINHA, 156 – BELA VISTA				
Cidade:	São JOSE	UF:	SC	CEP:	88110580
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	andre.saul@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		100 - ORDENADOR DE DESPESAS			
Nome do Cargo ou Função:		ORDENADOR DESPESAS SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 282/2011	30/08/2011	Portaria 431/2012	26/10/2012	01/01/2012	26/10/2012

110 – CONFORMIDADE DE GESTÃO

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	JANICE IANE BALBINOT			CPF:	36996998034
Endereço Residencial:	RUA DUARTE SCHULTELL, 50 – AP. 603				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88015640
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	janice.balbinot@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		110 – CONFORMIDADE DE GESTÃO			
Nome do Cargo ou Função:		RESPONSÁVEL SUBSTITUTO DA CONFORMIDADE REGISTRO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 488/2012	07/12/2012	-	-	07/12/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	ISABEL PINTO MENDES			CPF:	93313594972
Endereço Residencial:	RUA CORONEL MAURICIO SPALDING DE SOUZA, 396				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88025110
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	isabel.mendes@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		110 - CONFORMIDADE DE GESTÃO			
Nome do Cargo ou Função:		TITULAR RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 488/2012	07/12/2012	-	-	07/12/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	JANICE IANE BALBINOT			CPF:	36996998034
Endereço Residencial:	RUA DUARTE SCHULTELL, 50 – AP. 603				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88015640
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	janice.balbinot@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		110 - CONFORMIDADE DE GESTÃO			
Nome do Cargo ou Função:		TITULAR RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 241/2011	17/09/2011	Portaria 488/2012	07/12/2012	01/01/2012	07/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	ALESSANDRA PONTREMOLÉZ OLIVEIRA			CPF:	20017396808
Endereço Residencial:	RUA ALVES DE BRITO, 345 – AP. 131				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88015440
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	alessandra.oliveira@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		110 - CONFORMIDADE DE GESTÃO			
Nome do Cargo ou Função:		RESPONSÁVEL SUBSTITUTO DA CONFORMIDADE REGISTRO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 116/2012	05/03/2012	Portaria 488/2012	07/12/2012	05/03/2012	07/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	NURIA PALOMERO MACHADO			CPF:	80459420968
Endereço Residencial:	RUA PROFESSOR EUCLIDES DA CUNHA, 35				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88051040
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	nuria.palomera@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		110 - CONFORMIDADE DE GESTÃO			
Nome do Cargo ou Função:		RESPONSÁVEL SUBSTITUTO DA CONFORMIDADE REGISTRO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 427/2011	19/10/2011	Portaria 116/2012	05/03/2012	01/12/2012	05/03/2012

131 - RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	EDUARDO LUGO SAMUDIO			CPF:	39088910197
Endereço Residencial:	AV. MAL. CASTELO BRANSO, 175				
Cidade:	SÃO JOSÉ	UF:	SC	CEP:	88101020
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	eduardo.lugo@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		131 - RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1897/2012	05/10/2012	-	-	05/12/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	MARCEL MATIAS PONTES			CPF:	01681137917
Endereço Residencial:	RUA DR. ADERBAL CAPELA, 570, APTO 102, COQUEIROS				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88080-250
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	marcel.pontes@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		131 - RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE SUBSTITUTO DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 2292/2012	17/12/2012	-	-	17/12/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	ANDRE SAUL DO NASCIMENTO			CPF:	91246458934
Endereço Residencial:	AVENIDA DOUTOR ALVARO MULLEN DA SILVEIRA, 104 - CENTRO				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88020-180
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	andre.saul@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		131 - RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1476/2011	30/08/2011	Portaria 1896/2012	05/10/2012	01/12/2012	05/10/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	GIANCARLO ROSSETTO			CPF:	02611625948
Endereço Residencial:	RUA JOAQUIM NABUCO 1394, AP 202				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:		CEP:	88090060
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	giancarlo.rossetto@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		131 - RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE SUBSTITUTO DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1520/2011	01/09/2011	Portaria 2291/2012	15/12/2012	01/12/2012	15/12/2012

137 - RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTARIA

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	BERNARDO DE BARROS OLIVEIRA			CPF:	02185629778
Endereço Residencial:	RUA DEP. ANTONIO EDU VIEIRA, 1304				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88040001
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	bernardo.oliveira@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		137 - RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTARIA			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO ORÇAMENTO E FINANÇAS			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1408/2011	18/08/2011	-	-	01/12/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	GETULIO JOSE DE SOUZA			CPF:	39932222968
Endereço Residencial:	RUA WALDEMIRO MODILHOTT, 247				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88020330
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	getulio.jose@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		137 - RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTARIA			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO ORÇAMENTO E FINANÇAS SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1722/2011	21/09/2011	-	-	01/12/2012	31/12/2012

138 - RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	BERNARDO DE BARROS OLIVEIRA			CPF:	02185629778
Endereço Residencial:	RUA DEP. ANTONIO EDU VIEIRA, 1304				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88040001
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	bernardo.oliveira@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		138 - RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO ORÇAMENTO E FINANÇAS			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1408/2011	18/08/2011	-	-	01/12/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	GETULIO JOSE DE SOUZA			CPF:	39932222968
Endereço Residencial:	RUA WALDEMIRO MODILHOTT, 247				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88020330
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	getulio.jose@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		138 - RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO ORÇAMENTO E FINANÇAS SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1722/2011	21/09/2011	-	-	01/12/2012	31/12/2012

207 - RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	JOSE CARLOS GOMES			CPF:	11551763168
Endereço Residencial:	SQD BRASÍLIA, LOTE 08 BL L APTO 203 - ASA NORTE				
Cidade:	BRASÍLIA	UF:	DF	CEP:	71835-540
Telefone:	(61) 3381-2847	Fax:		e-mail:	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		207 - RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL			
Nome do Cargo ou Função:		COORDENADOR DE CONTABILIDADE			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria SE 488	16/04/2008	-	-	01/12/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	OSEIAS DA SILVA			CPF:	29478960091
Endereço Residencial:	QD CLN 403 BLOCO D, 17 - ASA NORTE				
Cidade:	BRASÍLIA	UF:	DF	CEP:	71835-540
Telefone:	(61) 3039-4637	Fax:		e-mail:	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		207 - RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DE SERVIÇOS			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria SE 0687	07/05/2010	-	-	01/12/2012	31/12/2012

301 - RESPONSÁVEL PELO ALMOXARIFADO-BENS DE ESTOQUE

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	CICERO GOULART DE SOUZA			CPF:	05050219191
Endereço Residencial:	RUA DOUGLAS SEABRA LEIVER, 231 - AP. 202 - TRINDADE				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88040410
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	cicero.goulart@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		301 - RESPONSÁVEL PELO ALMOXARIFADO-BENS DE ESTOQUE			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1013/2012	15/06/2012	-	-	15/06/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	AUGUSTO CESAR TENORIO SIQUEIRA GOMES			CPF:	01407762737
Endereço Residencial:	RUA PASTOR WILLIAN RICHARD SCHISLER FILHO, 1200 - AP.102				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88034100
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	augusto.gomes@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		301 - RESPONSÁVEL PELO ALMOXARIFADO-BENS DE ESTOQUE			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1717/2012	20/09/2012	-	-	20/09/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	CLAUDIA MARGARETE PIRES			CPF:	57859035987
Endereço Residencial:	RUA SATURNINO SOUZA DE OLIVEIRA, 101 AP.303				
Cidade:	SÃO JOSÉ	UF:	SC	CEP:	88110681
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	claudia.pires@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		301 - RESPONSÁVEL PELO ALMOXARIFADO-BENS DE ESTOQUE			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 357/2008	11/03/2008	Portaria 1012/2012	15//06/2012	01/01/2012	15/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	MARCEL MATIAS PONTES			CPF:	01681137917
Endereço Residencial:	RUA DR. ADERBAL CAPELA, 570, APTO 102, COQUEIROS				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88080-250
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	marcel.pontes@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		301 - RESPONSÁVEL PELO ALMOXARIFADO-BENS DE ESTOQUE			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1862/2011	03/10/2011	Portaria 0329/2012	01/03/2012	01/01/2012	01/03/2012

306 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS MOVEIS

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	CICERO GOULART DE SOUZA			CPF:	05050219191
Endereço Residencial:	RUA DOUGLAS SEABRA LEIVER, 231 – AP. 202 – TRINDADE				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88040410
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	cicero.goulart@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		306 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS MOVEIS			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1013/2012	15/06/2012	-	-	15/06/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	AUGUSTO CESAR TENORIO SIQUEIRA GOMES			CPF:	01407762737
Endereço Residencial:	RUA PASTOR WILLIAN RICHARD SCHISLER FILHO, 1200 – AP.102				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88034100
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	augusto.gomes@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		306 – RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS MOVEIS			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1717/2012	20/09/2012	-	-	20/09/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	CLAUDIA MARGARETE PIRES			CPF:	57859035987
Endereço Residencial:	RUA SATURNINO SOUZA DE OLIVEIRA, 101 AP.303				
Cidade:	SÃO JOSÉ	UF:	SC	CEP:	88110681
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	claudia.pires@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		306 – RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS MOVEIS			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 357/2008	11/03/2008	Portaria 1013/2012	15//06/2012	01/01/2012	15/06/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	MARCEL MATIAS PONTES			CPF:	01681137917
Endereço Residencial:	RUA DR .ADERBAL CAPELA, 570, APTO 102, COQUEIROS				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88080-250
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	marcel.pontes@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		306 – RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS MOVEIS			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1862/2011	03/10/2011	Portaria 0329/2012	01/03/2012	01/01/2012	01/03/2012

326 - GESTOR DE TRANSPORTES

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	TRAJANO FREDERICO SILVA FAGUNDES			CPF:	60174536968
Endereço Residencial:	RUA IRMÃ BONAVITA, 2323				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88095200
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	trajano.fagundes@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		326 - GESTOR DE TRANSPORTES			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1804/2011	29/09/2011	-	-	01/01/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	MARCELO DE FREITAS GUIMARAES			CPF:	09070695766
Endereço Residencial:	RUA ADMAR GONZAGA, 1663 – AP. 402				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88034000
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	marcelo.guimaraes@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		326 - GESTOR DE TRANSPORTES			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 2296/2012	17/12/2012	-	-	17/12/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	EVANDRO VERONA			CPF:	59394986987
Endereço Residencial:	RUA ADHEMAR DA SILVA, 395- AP.1102				
Cidade:	SÃO JOSÉ	UF:	SC	CEP:	88101090
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	evandro.verona@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		326 - GESTOR DE TRANSPORTES			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1677/2011	14/09/2011	Portaria 330/2012	01/03/2012	01/01/2012	01/03/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	MARCEL MATIAS PONTES			CPF:	01681137917
Endereço Residencial:	RUA DR .ADERBAL CAPELA, 570, APTO 102, COQUEIROS				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88080-250
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	marcel.pontes@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		326 - GESTOR DE TRANSPORTES			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 781/2012	21/05/2012	Portaria 2295/2012	17/12/2012	21/05/2012	17/12/2012

342 - GESTOR DE PESSOAL

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	ALLAN CARLOS VIEIRA			CPF:	88865215968
Endereço Residencial:	RUA DR FULVIO ADUCCI, 471, APTO 302, BLOCO C, BAIRRO ESTREITO				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88075-001
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	allan.vieira@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		342 - GESTOR DE PESSOAL			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - FG 01			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 930/2010	23/06/2010	-	-	01/01/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	DANIEL ALVES BRASIL			CPF:	61532371268
Endereço Residencial:	RUA HIPOLITO MAFRA, 203, BLOCO B, APTO, SACO DOS LIMÕES				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88045-410
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	daniel.brasil@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		342 - GESTOR DE PESSOAL			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1319/2009	29/09/2009	-	-	01/01/2012	31/12/2012

395 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS IMOVEIS

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	CICERO GOULART DE SOUZA			CPF:	05050219191
Endereço Residencial:	RUA DOUGLAS SEABRA LEIVER, 231 – AP. 202 – TRINDADE				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88040410
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	cicero.goulart@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	395 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS IMOVEIS				
Nome do Cargo ou Função:	CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1013/2012	15/06/2012	-	-	15/06/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	AUGUSTO CESAR TENORIO SIQUEIRA GOMES			CPF:	01407762737
Endereço Residencial:	RUA PASTOR WILLIAN RICHARD SCHISLER FILHO, 1200 – AP.102				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88034100
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	augusto.gomes@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	394 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS IMOVEIS				
Nome do Cargo ou Função:	CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO SUBSTITUTO				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1717/2012	20/09/2012	-	-	20/09/2012	31/12/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	CLAUDIA MARGARETE PIRES			CPF:	57859035987
Endereço Residencial:	RUA SATURNINO SOUZA DE OLIVEIRA, 101 AP.303				
Cidade:	SÃO JOSÉ	UF:	SC	CEP:	88110681
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	claudia.pires@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	394 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS IMOVEIS				
Nome do Cargo ou Função:	CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 357/2008	11/03/2008	Portaria 1013/2012	15//06/2012	01/01/2012	15/06/2012

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	MARCEL MATIAS PONTES			CPF:	01681137917
Endereço Residencial:	RUA DR .ADERBAL CAPELA, 570, APTO 102, COQUEIROS				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88080-250
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	marcel.pontes@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	394 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS IMÓVEIS				
Nome do Cargo ou Função:	CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO SUBSTITUTO				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1862/2011	03/10/2011	Portaria 0329/2012	01/03/2012	03/10/2012	31/12/2012

ANEXO V - RELATÓRIO CGU-PAD

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2006 a 28/02/2013
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		159
Total de Ritos Sumários		1
Total de Sindicâncias		26
Total de Procedimentos		186

Oitava Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal		Período: 01/01/2006 a 28/02/2013
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		159
Total de Ritos Sumários		1
Total de Sindicâncias		26
Total de Procedimentos		186

ANEXO VI – RELATÓRIO DE DEFESAS DE AUTUAÇÃO E RECURSOS

Tipo	Informação	Quantidade
Defesa de Autuação	Recebidas	9551
	Julgadas	15999
	Deferidas	395
	Prescritas	0
	Pendentes de julgamento	0
Recursos em 1ª Instância (JARI)	Recebidas	3900
	Julgadas	2042
	Deferidas	152
	Prescritas	0
	Pendentes de julgamento	2396
	Sessões de julgamento realizadas	864
Recursos em 2ª Instância (Colegiado Especial)	Recebidas	213
	Julgadas	134
	Deferidas	2
	Prescritas	0
	Pendentes de julgamento	79
	Sessões de julgamento realizadas	24
Recursos em 2ª Instância (encaminhados ao CONTRAN)	Recebidas	147
	Julgados	22
	Deferidas	1

Fonte: Coordenador-Geral das JARI – 8ª SRPRF/SC.